


**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA  
CENTRO SÓCIO-ECONÔMICO  
DEPARTAMENTO DE SERVIÇO SOCIAL**

**ANDREZA MARIA DO CARMO**

**PROGRAMA CIDADÃO RESPONSÁVEL: PERFIL DOS USUÁRIOS E A  
PRÁTICA DO ASSISTENTE SOCIAL NO CONTEXTO DA  
PRESTAÇÃO DE SERVIÇO À COMUNIDADE**

DEPTO. SERVIÇO SOCIAL  
DEFENDIDO E APROVADO

EM: 03/04/07

  
Rosana Maria Gaio  
Depto de Serviço Social / CSE

**Florianópolis, 2007**

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA  
CENTRO SÓCIO-ECONÔMICO  
DEPARTAMENTO DE SERVIÇO SOCIAL**

**ANDREZA MARIA DO CARMO**

**PROGRAMA CIDADÃO RESPONSÁVEL: PERFIL DOS USUÁRIOS E A  
PRÁTICA DO ASSISTENTE SOCIAL NO CONTEXTO DA  
PRESTAÇÃO DE SERVIÇO À COMUNIDADE**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado  
como requisito parcial para a obtenção do título  
de Bacharel em Serviço Social, ao  
Departamento de Serviço Social, Centro Sócio-  
Econômico, Universidade Federal de Santa  
Catarina.

**Florianópolis, 2007**



“Tempo virá”. Uma vacina preventiva de erros e violência se fará.

As prisões se transformarão em escolas e oficinas.

“E os homens, imunizados contra o crime, cidadãos de um novo mundo, contarão às crianças do futuro, estórias absurdas de prisões, celas, altos muros, de um tempo superado.”

**Cora Coralina.**

**ANDREZA MARIA DO CARMO**

**PROGRAMA CIDADÃO RESPONSÁVEL: PERFIL DOS USUÁRIOS E A  
PRÁTICA DO ASSISTENTE SOCIAL NO CONTEXTO DA  
PRESTAÇÃO DE SERVIÇO À COMUNIDADE**

Trabalho de Conclusão de Curso aprovado como requisito parcial para obtenção do título de Bacharel em Serviço Social, ao Departamento de Serviço Social, Centro Sócio-Econômico, Universidade Federal de Santa Catarina.

Banca Examinadora:


---

Prof. Myriam Raquel Mitjavila, Dra.  
Professora Orientadora do Departamento de Serviço Social/ UFSC

---

Prof. Maria Del Carmem Cortizo, Dra.  
Professora do Departamento de Serviço Social/ UFSC  
1º Examinador

---



Ana Maria Mafra Dal- Bó  
Assistente Social do Judiciário  
2º Examinador

Florianópolis /SC  
2007

## AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a Deus, por me dar forças para chegar até aqui e conseguir concluir esse curso, o qual foi um grande sonho realizado.

Agradeço aos meus pais Derci e Ivonete (in memoriam) que me possibilitaram a educação e que me guiaram para o caminho do bem, que contribuíram para minha formação como pessoa e que hoje de alguma forma triunfam com mais uma de minhas conquistas.

Ao meu esposo Eduardo pelos os momentos de compreensão, dedicação e de solidão. A minha filhinha Maria Eduarda que muitas vezes dormiu tarde esperando a mamãe fazê-la dormir.

Aos meus sogros Heraldo e Leonir pela força durante toda essa trajetória e também pela confiança que depositaram em mim, sem esquecer é claro, de agradecer os cuidados com a Duda por que eu pudesse estudar.

Agradeço a minha supervisora de campo e amiga Válbia que através do seu conhecimento, competência, comprometimento com a profissão, me possibilitou um excelente aprendizado fora da academia, onde pude aprender que só a teoria por si não basta, é preciso o diferencial do profissional e foi isso que fez a toda diferença nesse momento de aprendizado.

Aos amigos que eu fiz dentro da Universidade também agradeço, mas em especial a Rose, a qual esteve sempre presente quando eu precisei de um ombro amigo.

Aos amigos (as) que fiz dentro da Secretaria da Ação Social, muitos deles se tornaram meus “grandes amigos e amigas”, que não precisarei citar nomes, mas que sabem do meu carinho e da minha admiração.

Agradeço a minha orientadora Myriam Mitjavila, por auxiliar-me no desenvolvimento desse trabalho.

Agradeço de coração a Assistente Social Ana Maria Mafra Dal – Bó por ter sido uma pessoa iluminada, abençoada, que me proporcionou tranquilidade e confiança quando as forças já não eram, mas as mesmas. Por tudo o que fez por mim, agradeço e te admiro ainda mais.

Agradeço a todos os meus familiares que de alguma forma acreditaram e torceram por mim. Em especial a Celha, a Déia, o Dal, a Jéssica, a D. Gedalva e o seu Gerci.

Enfim agradeço a todas as pessoas que acreditaram nos meus sonhos, sonharam comigo e que agora podem compartilhar comigo essa alegria.

E ainda existe alguém que eu não poderia deixar de agradecer, mas que esteve presente nesse turbulento processo de elaboração do trabalho de conclusão de curso, que comigo passou cansaço, angustias, momentos de stress, momentos de aflições, momentos de alegrias e de tristezas, tensões e ansiedade, sem eu mesmo me dá conta da sua presença. Agradeço você meu filho ou minha filha que a uma semana apenas da defesa dessa monografia fui tomar conhecimento da sua presença o que só me proporcionou, mas força para seguir em frente. Amo você.



## RESUMO

O presente Trabalho de Conclusão de Curso tem como objeto central a prestação de serviços à comunidade ou entidades públicas de caráter assistencial (art. 46, CP), que se configura como Medida ou pena alternativa à prisão. Retrata, também, o perfil dos cidadãos beneficiados por essa Medida, em atendimento ao que prescreve a Lei. O Programa Cidadão Responsável cuida dessa demanda específica e administra as bases criadas para sua aplicação. O objetivo deste trabalho é o estudo das Medidas e penas alternativas, em especial a Prestação de Serviços à Comunidade; mostrar como o Programa é administrado e seus desdobramentos em relação aos procedimentos internos e externos. A partir dessas constatações procurou-se, então, realizar através de uma análise crítica, embasando-se em estudos teóricos, a questão sobre a violência e suas causas, a violência no Brasil, o que o Estado brasileiro faz para combater a violência e a criminalidade e, também, a realidade das prisões e das penitenciárias. Concomitante ao desenvolvimento do Programa, trabalhou-se a eficácia das Medidas e penas alternativas, demonstrando se realmente funcionavam. Constatou-se que, se bem administrada, ela pode ter resultados satisfatórios, desde que haja pessoal qualificado e infra-estrutura para tal finalidade. Os resultados permitiram, ainda, identificar que as causas da violência são bem mais profundas e extensas do que aquelas que imaginamos ser a verdadeira violência - a física -; podemos verificar que a violência é mais do que isso, é a violação dos direitos elementares, sendo um deles, a própria vida. Outros resultados dentro dessa pesquisa são relevantes também, pois identificaram o perfil dos prestadores de serviços à comunidade do Programa Cidadão Responsável, como sendo, na sua maioria, do sexo masculino, de faixa etária jovem, que, também na sua maioria, cumpre Medidas alternativas, com respaldo na Lei 9.099/95. Tais apontamentos permitiram vislumbrar a idéia de que, se os cidadãos tiverem os seus direitos elementares respeitados, que se façam políticas públicas realmente eficazes; a prisão em longo prazo pode se tornar utopia; e as Medidas e penas alternativas, um meio de ressocialização e reeducação dos cidadãos dentro da sociedade, e não, fora dela (a prisão).

**Palavras- Chaves:** Prestação de Serviços à Comunidade; Penas e Medidas Alternativas; Serviço Social.

## SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	9
CAPITULO I.....	11
1 A VIOLÊNCIA .....	11
1.1 A questão “Violência”.....	11
1.2 A violência no Brasil .....	16
1.3 O Estado brasileiro no combate à violência e à criminalidade.....	20
1.4 A Prisão e a Penitenciária.....	25
II CAPÍTULO.....	31
2. PENAS E MEDIDAS ALTERNATIVAS .....	31
2.1 Penas Alternativas .....	31
2.2 Medidas Alternativas.....	34
2.3 As Regras de Tóquio e a Aplicação das Penas e Medidas Alternativas no Brasil .....	38
2.4 O Serviço Social e a Implementação de Penas e Medidas Alternativas .....	43
2.5 A Prestação de Serviços à Comunidade como recurso para aplicação de Medidas e Penas Alternativas .....	49
CAPITULO III .....	52
3. O PROGRAMA DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO À COMUNIDADE .....	52
3.1 Programa Cidadão Responsável .....	52
3.2 Metodologia da Pesquisa.....	56
3.3 O Perfil dos Prestadores de Serviço à Comunidade ou a Entidades Públicas.....	60
IV CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	74
V REFERÊNCIAS BIBLIOGRAFICAS .....	78
ANEXO.....	82



## INTRODUÇÃO

A questão da violência sempre esteve presente entre os principais assuntos, tanto dos intelectuais, quanto da mídia. A reflexão a respeito da violência pressupõe um debate voltado às questões fundamentais postas no cotidiano da sociedade brasileira, que, muitas vezes, não têm a mínima atuação do Estado em questões importantes como essa. O Estado oferece apenas medidas paliativas, que muito pouco contribui para a solução do problema; gasta-se muito nessas medidas e os resultados são ínfimos, pois, ao invés de se trabalhar as causas dessas questões, investindo nos setores primários da sociedade como educação, emprego, moradia, melhor distribuição de renda, esta, responsável pelo agravamento das questões sociais, o Estado Brasileiro se preocupa mais com a remediação dessas causas, quando as consequências, por si, já se agravaram muito e, muitas vezes, fogem ao controle do próprio Estado, causando prejuízos que, quase sempre, se torna uma verdadeira bola de neve.

Embora esteja prevista em Lei desde 1984, só a partir do início da década de 90 é que as questões sobre Medidas e penas alternativas começaram a ser tratadas sob um outro prisma, numa tentativa de reeducação e ressocialização dos cidadãos que cometeram delitos de menor potencial ofensivo, evitando segregá-los num sistema prisional. Estamos nos referindo a Lei n. 9.099/95, que instituiu os Juizados Especiais Criminais, os quais possibilitaram a utilização de instrumentos como a transação penal e a suspensão condicional de processos para os casos de infrações com menor potencial ofensivo; nesta Lei também estão previstos mecanismos como a prestação de serviços à comunidade e a Lei 9.714/98, que alterou a redação de alguns artigos do Código Penal Brasileiro e ampliou as possibilidades de aplicação das chamadas penas restritivas de direitos, como a interdição temporária de direitos, a prestação pecuniária, a perda de bens e valores e a própria prestação de serviços à comunidade. E é no âmbito do debate sobre essas Leis e sobre a implementação do Programa de Prestação de Serviço à Comunidade, desenvolvido pela Secretaria da Ação Social, em parceria com o Fórum de São José, que este Trabalho de Conclusão de Curso foi elaborado.

Para tanto, é importante ressaltar que o Serviço Social esteve presente neste Programa apenas nesta gestão, possibilitando uma análise sobre a importância do assistente social nesse tipo de trabalho, visando conscientizar a Instituição prestadora a



priorizar o serviço deste profissional, em benefício de um bom Projeto ético-político, e, assim, contribuir para fazer valer o que prescreve o Provimento nº. 10/92 e o seu Termo de Convênio nº 41/98.

Com o objetivo de discutir o propósito da pesquisa sobre o Programa de Prestação de Serviço à Comunidade, estruturamos este trabalho em três capítulos, a saber: no primeiro capítulo, intitulado *Violência*, comentaremos a respeito dos vários significados dessa palavra. Neste capítulo, mostraremos vários autores que trabalham com conceitos diversificados, o que nos possibilitou um panorama geral a respeito da violência no Brasil. Identificaremos, também, as ações realizadas pelo governo, no que se refere ao combate à violência e à criminalidade.

No segundo capítulo, denominado *Penas e Medidas Alternativas*, nosso objetivo consistirá em demonstrar as diferenças fundamentais entre Medidas e Penas Alternativas. Portanto, buscaremos elucidar as Regras de Tóquio em relação à aplicação das Penas e das Medidas Alternativas. Ainda nesse capítulo, procuraremos mostrar que o Serviço Social cumpre, implacavelmente, um papel fundamental neste tipo de trabalho, fazendo a diferença no que se refere ao atendimento aos usuários do serviço. No Programa Cidadão Responsável é visível a contribuição do assistente social na formação de uma nova consciência dos apenados. Em seguida, abordaremos o caso da prestação de serviço à comunidade como recurso para a aplicação de Medidas e penas alternativas.

No terceiro capítulo, cujo título é O Programa de Prestação de Serviço à Comunidade, faremos uma breve descrição do Programa Cidadão Responsável. Neste contexto, cumpre-nos explicitar a estrutura organizacional do Programa. O principal objetivo deste capítulo consiste em desvendar o perfil dos prestadores de serviço à comunidade. Entre os dados que consideramos mais importantes incluem-se: faixa etária, sexo, tipo de delito cometido, tempo de cumprimento desses delitos e se estes cumprem mais Medidas ou penas alternativas. Por fim, cumpre-nos informar que esta parte da pesquisa é resultado do Estágio Curricular obrigatório realizado no período de maio à novembro de 2005, no Programa Cidadão Responsável, desenvolvido, como mencionado anteriormente, numa parceria entre a Secretaria da Ação Social e Fórum de Justiça da comarca de São José.



## CAPITULO I

### 1 A VIOLÊNCIA

#### 1.1A questão “Violência”

*Mahatma Gandhi: a pobreza é a pior forma de violência.*

Desde os tempos mais remotos a violência tem sido tema de constante preocupação, principalmente no âmbito social. Tamanha preocupação, contudo, não possibilitou ainda se alcançar um consenso acerca de sua conceituação, isso por tratar-se de termo polissêmico, ou seja, por apresentar os mais variados conceitos. Brandt (2005, p.01)

E para compreendermos melhor a noção de *violência*, faz-se necessário apresentar algumas diferenças. Etimologicamente, a palavra violência vem do latim *violentia*, que significa caráter violento, força. O verbo *violare* significa tratar com violência, profanar, transgredir. Tais termos referem-se a *vis*, que quer dizer força, vigor, potência, violência, emprego de força física, mas também quantidade, abundância, essência ou caráter essencial de uma coisa. Mais precisamente, a palavra *vis* significa a força em ação, o recurso de um corpo para exercer sua força. (Michaelis, 2003.p.627)

De modo geral, define-se violência como sendo o uso de palavras ou ações que ferem as pessoas. É violência também é o uso abusivo ou injusto do poder, assim como o uso da força que resulta em ferimentos, sofrimento, tortura ou morte. Brandt 2001, (apud Michaud 1989).

Entretanto, não podemos considerar violência somente aquela decorrente da força física, pois a violência deve ser vista em outros sentidos. Do ponto de vista do tema proposto, podemos começar por Yves Michaud (1989, p.16) que diz que a violência pode assumir duas formas distintas: os estados de violência e os atos de violência.

Os **atos de violência** correspondem ao distanciamento de indivíduos ou da sociedade das normas jurídicas e morais preestabelecidas, causando danos a uma ou a várias pessoas em graus variáveis, seja em sua integridade moral ou física, seja à propriedade privada ou em suas participações simbólicas e culturais. Enquanto nos **estados de violência** os indivíduos sobrevivem à margem de seus direitos. Cabendo ao estado e a seus representantes o papel de agentes da violência, seja ela psicológica ou moral, sobre seus inimigos. Consideram-se como inimigos todos aqueles que se opõem a um

governo antidemocrático, e é sobre esses indivíduos que recairá a ira do estado e de seus dirigentes. (grifos nosso)

Para Souza (2001, p.20) violência é um mecanismo social, é uma expressão da sociedade, uma resposta a um sistema; a violência está tão reificada quanto o poder, o sistema, o capitalismo, etc., como um elemento que é visto de modo isolado, individualizado, da sociedade na qual ela faz sua aparição. Como se a violência e o violento fossem acidentes ou anomalias que um determinado tipo de sistema provoca, e não uma possibilidade real e concreta de manifestação da sociedade brasileira.

Brandt (apud Andrade 2003, p.187) considera a violência como repressão das necessidades reais, como a violação ou suspensão de direitos humanos. Na visão do autor, para acabar com esse tipo de violência, deve-se ter urgência na forma de proporcionar qualidade de vida às pessoas, visando o desenvolvimento da capacidade de produção material e cultural, numa formação econômico-social.

Complementando os dizeres de Andrade, Brandt (apud Alan Touraine 1995, p.431) vê também a violência como sendo uma expressão da exclusão social, exclusão esta, decorrente, especialmente, das crises e do desaparecimento dos controles sociais, políticos e econômicos, podendo certas ações violentas transformarem-se em comportamentos de contestação.

Já para Michel Foucault (2002, p.187), violência não é apenas um instrumento para se chegar a um fim, mas uma estratégia, porque ela possui racionalidade política específica. A violência cria e participa da rede de poder, por meio da reprodução das instituições, levando a pensar sobre o poder político, as práticas sociais e instituições disciplinares e a microfísica do poder e da violência, inserindo-se no cotidiano das relações interpessoais.

Podemos interpretar também a violência como tentativa de corrigir o que o diálogo não foi capaz de resolver. Segundo Dutra (2005, p.102) a violência funciona como um último recurso, que tenta restabelecer o que é justo na ótica do agressor. Em geral, a violência não tem um caráter meramente destrutivo. Na realidade, tem uma motivação corretiva, que tenta consertar o que o diálogo não foi capaz de solucionar.

É a questão do extremo, quando o indivíduo se vê no direito de manifestar suas indignações, suas revoltas, seus infortúnios, e vê na violência o caminho mais eficaz de ter uma resposta para tudo aquilo que no momento o aflige.



Podemos também elencar nesse contexto uma questão importantíssima e que, às vezes, nos passa despercebida, que é a questão da violência simbólica, a qual tem grande influência na relação de dominação de opinião do indivíduo e que pode nos proporcionar um maior entendimento com relação aos diversos tipos de conceito sobre violência.

Bourdieu (2005, p.10) fundamenta que a violência simbólica caracteriza-se ao ocorrer por meio de produções simbólicas, que são utilizadas como instrumentos de dominação. Tais produções estão fundamentadas em ideologias, apresentando-se como produtos coletivos e coletivamente apropriados, servindo a interesses particulares que tem, como objetivo, apresentar conceitos universais comuns ao grupo.

O autor prossegue ainda dizendo que:

A ideologia '[...] não aparece e não se assume como tal, e é deste desconhecimento que lhe vem a sua eficácia simbólica'. (2003, p. 48)  
Ou ainda: o poder ideológico apresenta-se 'como contribuição específica da violência simbólica (ortodoxia) para a violência política (dominação)' (2003, p. 16).

Marilena Chauí (2001, p. 32) vai além, já que para ela a distorção trazida pela ideologia não decorre de ela apresentar-se como uma aparência, mas de ela estar voltada para "neutralizar a história, abolir as diferenças, ocultar as contradições e desarmar toda tentativa de interrogação". A ideologia não se apresenta apenas como uma representação imaginária do real, que serve ao exercício da dominação em uma sociedade fundada na luta de classes, mas sim, como uma inversão imaginária do processo histórico, na quais as idéias ocupam o lugar dos agentes históricos reais. Complementa ainda a autora que:

[...] a ideologia, forma específica do imaginário social moderno, é uma maneira necessária pela quais os agentes sociais representam para si mesmo o aparecer social, econômico e político, de tal sorte que essa aparência (que não devemos simplesmente tomar como sinônimos de ilusão ou falsidade), por ser o modo imediato e abstrato de manifestação do processo histórico, é o ocultamento ou a dissimulação do real. [...] Universalizando o particular pelo apagamento das diferenças e contradições, a ideologia ganha coerência e força porque é um discurso lacunar que não pode ser preenchido (Chauí apud Streck, 2001, p. 33).

Neste sentido, as produções simbólicas são caracterizadas por um discurso ideológico, que não permite ao sujeito a possibilidade de dar-se conta do que realmente



acontece a sua volta. Streck, (2001, p. 34). Muitas vezes essas produções simbólicas tornam os sujeitos prisioneiros de uma ideologia que estão acostumados a ter como verdadeiras, tornando-os manipuláveis, como forma de não fazê-lo confrontar-se com a verdadeira realidade. E uma das grandes vilãs dessas produções simbólicas é a mídia, onde esta difunde a notícia parcialmente ou, muitas vezes, totalmente distorcida da realidade. Bourdieu (2005, p. 11).

Brandt (2005, p. 06) concorda com Bourdieu (2005) e acrescenta que o poder invisível que nos é repassado através do poder simbólico pelos meios de comunicação, é uma forma de violência onde somos violentados e nem ao menos nos apercebemos disso, onde somos atingidos por uma forma simbólica de violência e não a consideramos como tal.

E com base na concepção de Brandt (2005) e Bourdieu (2005), podemos considerar a mídia como fator desencadeante da falsa ideologia vivida pelos indivíduos, onde eles próprios são vitimizados pelo sistema de comunicação. Franco (2000, p.79) concorda com a visão desses dois autores, porém, complementa dentro dessa visão, a relação da questão da violência tida como exclusividade da criminalidade propagada pela mídia, que mascara os fatos acoplados dentro das manifestações da violência, fazendo-nos acreditar que esta é atribuída apenas aos criminosos, marginalizados e excluídos socialmente. Franco (2000, p.79) nos esclarece que:

[...] violência não é apenas e exclusivamente os fatos criminosos. Violência é a terrível faixa de exclusão a que está condenada grande parte da população brasileira, é a concentração de riqueza em poder de um número reduzido de pessoas, é a fome, é a miséria, é o salário aquém das necessidades básicas da pessoa, é o latifúndio improdutivo, é o trabalho forçado do menor, é a prostituição infantil, é o alto índice de acidentes no trabalho, é o privilégio das corporações, é a carência de adequadas políticas públicas na esfera do social, é o uso manipulador dos meios de comunicação social. Sobre a problemática da violência como um todo, e não como um conceito acostado ao de criminalidade e, em relação a cada um dos problemas anteriormente especificados, os meios de comunicação social não esclarecem a população, nem pressionam a opinião pública ou os órgãos de representação popular. Simplesmente, silenciam. FRANCO (2000, p. 79).

E para contribuir ainda mais com essa questão da mídia como ditadora da opinião pública, faz-se necessário considerar o ponto de vista de Brandt (apud Moreira 2002, p. 63) que investigou o papel da mídia na sociedade contemporânea e constatou que:

Ela pode se apresentar como um poder de mobilização, persuadindo-nos a seguir as “regras” que ela estabelece: “o poder de dizer o que o homem deve fazer e como deve fazer é dela [da mídia]”. [...] Ela informa o que interessa as pessoas e, também, dita regras, moldando as suas condutas, fazendo com que a liberdade esteja diretamente ligada a este poder da mídia, impossibilitando ao indivíduo, imerso em informações por ela trazidas, questionar-se acerca da relevância das informações veiculadas pela mesma.

E, considerando os conceitos de diversos autores aqui apresentados, podemos perceber que a violência detém os mais variados conceitos; há quem atribua à violência o fator meramente físico, mas tem quem acredite ser ela uma questão exclusivamente social. Há quem veja a violência ligada diretamente à criminalidade; entretanto, há quem afirme que a ausência de políticas públicas é a principal causa da violência. Ainda existem aqueles que vêem a mídia como grande percussor da violência e a ela atribuem variadas formas de violentações, como por exemplo, o falso conceito de violência (uma falsa ideologia) e a dissimulação dos motivos reais da própria violência.

Concluindo sobre o tema proposto, podemos dizer que violência não é somente aquela que fere o corpo físico, que produz cadáveres, que mutila corpos e que destrói a materialidade, ela é mais do que isso, ela é também aquela que decepa diariamente o respeito à dignidade humana. Dutra (2005, p.103).



## 1.2 A violência no Brasil

A violência, bem como os crimes, não é um fenômeno novo na sociedade brasileira, na medida em que esses não são resolvidos e vão se acumulando, e assim, comprometendo o Estado de direito<sup>1</sup>, em sua dimensão pública e privada (Dutra, 2005, p. 102). Na verdade, a violência é vista ainda hoje pela sociedade como uma ação, e não como uma reação, pois o ser humano não comete a violência sem motivos; essa violência é a reação ao desrespeito a uma condição digna de sobrevivência, onde não se tem “direito a ter direitos”, onde vivemos ainda em uma sociedade em que o acesso à moradia, à saúde e à educação não é para todos. Wacquant (1999, p.12) compartilha dessa visão quando diz que:

[...] no Brasil, como na maioria dos países do planeta, é preciso lutar em todas as direções, não contra os criminosos, mas contra a pobreza e a desigualdade, isto é, contra a insegurança social que, em todo lugar, impele ao crime e normativa a economia informal de predação que alimenta a violência.

Sobre as raízes da violência no Brasil, Matta (1982, p.17) afirma que ela se associa fundamentalmente à estrutura de poder vigente numa sociedade. “Atitudes violentas são classificadas comumente como formas de ação resultantes do desequilíbrio entre fortes e fracos”. Entretanto, elas deveriam ser analisadas como um processo que permeia o sistema.

Baseando-se nesse ponto de vista, podemos abrir um parêntese e incluímos nele a questão da violência estrutural, na qual podemos perceber claramente esse desequilíbrio entre fortes e fracos, do qual Matta (1982) fala.

---

<sup>1</sup> O Estado de Direito aparece, no final do século XVIII, início do XIX, com os movimentos burgueses revolucionários que se opunham ao absolutismo. O objetivo era o de subjugar os governantes à vontade legal, porém, não à de qualquer lei. Os movimentos burgueses tinham rompido com a estrutura feudal e os novos governos deveriam submeter-se, também, às novas leis, nas quais a vontade da classe emergente estivesse consignada. Era necessário que o Estado tivesse suas tarefas limitadas, basicamente, à manutenção da ordem, à proteção da liberdade e da propriedade individual. É a idéia de um Estado mínimo, que intervinha na vida dos indivíduos, somente, para o cumprimento de suas funções básicas. Além disso, deveria vigor as regras do mercado, assim como a livre contratação. Complementa Bobbio, (1990, p.17-18), enquanto o Estado de direito se contrapõe ao Estado absoluto entendido como *legitibus solutus*, o Estado mínimo se contrapõe ao Estado máximo: deve-se, então, dizer que o Estado liberal se afirma na luta contra o Estado absoluto em defesa do Estado de direito e contra o Estado máximo em defesa do Estado mínimo, ainda que nem sempre os dois movimentos de emancipação coincidam histórica e praticamente.

Embasamo-nos então em Minayo (1994, p. 9) onde ela explicita o seu conceito:

A violência estrutural ‘caracteriza-se pelo destaque na atuação das classes, grupos ou nações econômica ou politicamente dominantes, que se utiliza de leis e instituições para manter sua situação privilegiada, como se isso fosse um direito natural’. Refere-se às condições extremamente adversas e injustas da sociedade para com a parcela mais desfavorecida de sua população. Ela se expressa pelo quadro de miséria, má distribuição de renda, exploração dos trabalhadores, crianças nas ruas, falta de condições mínimas para a vida digna, falta de assistência em educação e saúde. Trata-se, portanto, de uma população de risco, sofrendo no dia-a-dia os efeitos da violação dos direitos humanos.

Em todo o mundo segundo Dutra (2005, p.103), as principais causas da violência são: o desrespeito, a prepotência, crises de raiva causadas por fracassos e frustrações. E no Brasil não seria diferente, podemos nos concentrar em apenas uma dessas causas, a do desrespeito, onde poderíamos estar elencando o desrespeito dos nossos governantes na falta do cumprimento de um dos artigos da nossa Lei Maior, a Constituição da República Federativa do Brasil, onde está bem explicitado em seu artigo 6º que,

São direitos sociais: a educação, a saúde, o trabalho, a moradia, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados, na forma desta Constituição (CF,1988, p. 20).

Minayo (1994, p. 9) discorda dizendo que:

[...] apesar das garantias democráticas tão claramente expressas na Constituição de 1988, ainda hoje no Brasil [...] o Estado tem se mostrado bastante ineficaz com relação às violações dos direitos humanos, demonstrando o enfraquecimento de um governo que se diz democrático e promotor da cidadania.

Podemos perceber que somos desrespeitados por nossa Lei Maior, pois vivemos em um País onde a violência ainda é fruto de uma sociedade onde existe fome, miséria e baixa qualidade de vida. A violência, esta sim, relacionada à crise econômica e social vivida por essa sociedade. É preciso considerar as palavras de Siqueira (2001, 60)



onde ele diz que [...] em razão de o cidadão ter seus direitos elementares negados, ou seja, o direito de viver e de ser tratado como ser humano que, com essa negação, acaba encaminhando-o ao mundo do crime.

Siqueira (2001, p.58) complementa dizendo que:

Se situarmos a exclusão social de forma concreta, certamente ela estará associada ao dia-a-dia do analfabetismo, da fome, da falta de moradia, da falta do emprego, do subemprego e de todas as mazelas sociais que tanto tem atingido e lesado a dignidade dos seres humanos, portadores de direitos elementares, como o de ser reconhecido como pessoa.

Podemos dizer que violência é uma resposta do ser humano a algo que não vai bem, a alguma coisa deficitária, é a consequência dos direitos violados, é, sobretudo, a resposta a um sistema que não funciona. Não se quer aqui fazer apologia à violência, mas sim deixar claro que, para toda ação há sempre uma reação e a violência, mesmo que nos pareça equivocada, é a forma mais imediata que o indivíduo encontra para mostrar sua revolta, quando se sente lesado pelo sistema de um país, que prescreve em lei que:

Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade. (CF, 1988, Artigo 5º, p.15).

Temos que ser realista quanto ao fato de que não somos iguais perante a lei; há uma divisão esdrúxula entre as classes: a classe dos ricos que é a minoria no Brasil, mas que responde pela maior parte da riqueza do país, e a classe dos pobres, que é a maioria da população brasileira, a qual é desprovida de políticas públicas eficazes. As que têm, estão cada vez mais fragmentadas, com um atendimento deficitário na área da educação, da saúde e da habitação, onde há um grande déficit de moradias para a população carente. Conta, também, com a questão do alto índice de desemprego, o qual ocasiona o subemprego, a fome, a fadiga, a revolta e, conseqüentemente, a violência e até a morte. Dorneles (1992, p. 57) acrescenta que:

A força de trabalho excedente, desempregada, se vê obrigada a garantir a sua existência através de artifícios e de estratégias de sobrevivência que vão de biscates ao crime. É a utilização dos meios ilegítimos para compensar a falta dos meios legítimos de sobrevivência.



Siqueira (2001, p.60) reforça esse ponto de vista dizendo que:

[...] em razão da incapacidade de o Estado manifestar, em suas ações, a implementação de políticas públicas que supram as necessidades dessa grande parcela da sociedade. Com a ausência de proteção social por parte do Estado, certamente a classe detentora do capital ditará as normas de convivência na sociedade segundo os seus interesses, em detrimento dos interesses dos desprotegidos.

Conclui Siqueira (2001, p.60) que a violência é efeito, pode vir a ser a causa ou, pelo menos, ter implicações profundas na transformação da realidade, cujos problemas têm que ser solucionados, tanto no surgimento e no crescimento da violência, como também da exclusão social.

### 1.3 O Estado brasileiro no combate à violência e à criminalidade

Estamos em pleno século XXI e o que vemos são realidades profundamente desumanas em todo o mundo, principalmente nos países em desenvolvimento, no qual o Brasil está incluso.

Milhares de seres humanos se encontram na mais absoluta condição de pobreza e miséria. Massas de trabalhadores estão desempregados ou subempregados, sem condições mínimas e justas para a sua subsistência. Lembra-nos Iamamoto (2001, p.87) que a redução de emprego, aliada à retração do Estado em suas responsabilidades públicas no âmbito dos serviços e direitos sociais, faz crescer a pobreza e a miséria, passando a comprometer os direitos sociais e humanos, inclusive o direito a própria vida.

Torres, (2004, p.2) afirma que essa conjuntura faz com que o Estado neoliberal junto à globalização consolide cada vez mais o seu caráter desregulador, retirando, progressivamente, políticas sociais que enfrentam a questão social e suas múltiplas expressões, desresponsabilizando-se dos problemas sociais gerados pelo capitalismo e pela grande concentração de renda e riquezas nas mãos de uma minoria.

Torre (2004, p. 2) completa ainda que, no Brasil, a política neoliberal dos governos tem comprometido o processo de consolidação da democracia, cujo princípio fundamental é a garantia e o respeito aos direitos dos cidadãos, que passam permanentemente a ter que “lutar pelo direito de ter direitos”.

Neste contexto, é relevante questionar como o Estado Brasileiro trata a violência e, conseqüentemente, a criminalidade, porém, para tratarmos dessa questão em si, é importante fazermos uma breve análise. Então, se baseando em Cinque (2000, p.1) podemos analisar a respeito da violência praticada por um criminoso ordinário e uma violência praticada por um criminoso Estatal.

Podemos começar analisando o conceito de um *criminoso ordinário*, que segundo Cinque (2000, p.1) é aquele que comete um crime, uma ação com dolo ou culpa, mas contrária aos costumes, à moral e à lei, e que por isso, essa ação é punida pelo Estado, sendo que só o Estado tem o direito de punir e que as leis foram elaboradas para envolver todas as pessoas; contudo, a sanção da lei somente se aplica a quem a infringe. A visão desse conceito é como o próprio nome já diz: o criminoso habitual, comum, aquele criminoso que está na mídia por furtar uma bolsa ou por furtar um pote de



margarina, e que será punido por infringir a lei, independentemente da banalidade do crime, pois a lei é feita para ser cumprida e o Estado que faz as leis tem por obrigação e autoridade fazer com que os criminosos ordinários sejam penalizados.

Em outra ótica o autor ainda determina o que seria o criminoso Estatal, aquele considerado o mais pernicioso e maléfico para a sociedade. Trata-se do próprio Estado que, por omissão ou ação, não provê a sociedade em seus direitos sociais, capitulados na Constituição Federal de 1988. E que esse mesmo Estado, seja ele Federal, Distrital, Estadual ou Municipal, desampara os seus cidadãos em relação aos seus direitos básicos: direito à educação, à saúde, ao trabalho e à previdência social, entre outros direitos, violados sem cerimônia por esse “Estado de Direito”.

E para podemos concluir esse conceito é importante que se tenha claro o que é o Estado de Direito; embasamo-nos então em Bobbio, (1990, p. 18), que diz que Estado de Direito é:

[...] um Estado em que os poderes públicos são regulados por normas gerais (as leis fundamentais ou constitucionais) e devem ser exercidos no âmbito das leis que os regulam, salvo o direito do cidadão de recorrer a um juiz independente para fazer com que seja reconhecido e refutado o abuso ou excesso de poder. Assim entendido, o Estado de direito reflete a velha doutrina [...] da superioridade do governo, das leis sobre o governo dos homens [...].

E complementado esse conceito Canotilho, (1999, p.11) escreve que,

**Estado de direito** é um Estado ou uma forma de organização político-estatal cuja atividade é determinada e limitada pelo *direito*. ‘Estado de não direito’ será, pelo contrário, aquele em que o poder político se proclama desvinculado de limites jurídicos e não reconhece aos indivíduos uma esfera de liberdade ante o poder protegida pelo direito (grifo nosso).

Bem, podemos observar no conceito apresentado de *criminoso estatal*, que o próprio Estado estabelece regras jurídicas para combater a criminalidade, não faz jus as suas próprias regras quando o roubo ou furto está diretamente direcionado aos direitos adquiridos da população brasileira. Podemos perceber isso quando lemos a Constituição Federativa do Brasil de 1988, em seu artigo 7º, inciso IV, que garante direitos aos cidadãos.

São direitos dos trabalhadores urbanos e rurais, além de outros que visem à melhoria de sua condição social: salário mínimo, fixado em

lei, nacionalmente unificado, capaz de atender a suas necessidades vitais básicas e às de sua família com moradia, alimentação, educação, saúde, lazer, vestuário, higiene, transporte e previdência social, com reajustes periódicos que lhe preservem o poder aquisitivo, sendo vedada sua vinculação para qualquer fim (Constituição Federal, 1988).

Observa-se claramente que o Governo Federal, Distrital, Estadual e Municipal, não faz cumprir a sua lei Maior, violam diariamente os cidadãos e seus direitos adquiridos com muita luta, e não são penalizados por isso, deixando para esses cidadãos desprovidos dessas leis, apenas um lastro de miséria e de abandono que atinge toda uma sociedade, sociedade esta, que é regida por regras que somente a ela é aplicada. Segundo Guindani (2001, p.127), muitas vezes, os direitos que são reconhecidos através da Lei, não têm uma aplicação concreta na vida cotidiana.

E, complementando essa visão de Guindani (2001) Cinque (2000, p. 61), diz que:

[...] ao invés de trabalhar pelo povo, o Estado Brasileiro está mais preocupado em salvar bancos (enquanto milhões estão sem emprego), preocupa-se em comprar aviões modernos para as viagens presidenciais (enquanto os brasileiros sequer conseguem alimentar-se), preocupa-se em usar de todos os meios para aprovar emenda de reeleição dos cargos majoritários, em especial o cargo de Presidente da República (enquanto os mais velhos não conseguem aposentar-se e receber um salário digno), preocupa-se em renegociar dívida de grandes empresários (enquanto a educação não tem verbas para construir novas salas de aulas)[...].

Sabe-se claramente que toda causa tem conseqüência. Nesse contexto, a causa são os direitos sociais violados e as conseqüências são: o desemprego, a fome, a miséria, a falta de atendimento médico, de moradia, de educação, de políticas públicas, e, a falta de tudo isso, leva a um único rumo, o da violência e da criminalidade. Siqueira (2001, p. 60) nos diz que, a pobreza e a miséria não podem ser consideradas como causa do aumento da violência, mas são alimentadores do seu surgimento e crescimento.

Segundo Mello e Gomes (2004, p.01), todo esse estado de negação, omissão e descaso podem ser apontados como um dos fatores desencadeadores da violência praticada na criminalidade, em resposta à condição de exclusão em que vive grande parte da sociedade. Assim, o presente trabalho se justifica no sentido de contribuir, mesmo que de maneira limitada, para a reflexão desta problemática, que provoca rebatimentos em nível social, cultural, político, econômico e ideológico, tanto para os



cidadãos marginalizados, quanto para a sociedade, da qual esses cidadãos fazem parte e não podem se sentir excluídos dela, pois aqui, a questão não é a inserção social, mas sim, o direito da socialização, que é um direito inerente ao ser humano.

É interessante saber o que o Estado Brasileiro faz para combater a violência e a criminalidade. Não surpreende ver o Estado Brasileiro investir cada vez mais no sistema penitenciário, em novos presídios, na aquisição de armamentos pesados e na contratação de pessoal para administrar tais investimentos. Segundo o DEPEN (2005), esses investimentos deveriam ser aplicados nas áreas da educação, da saúde, da habitação e na geração de novos campos de trabalho. Entretanto, para o Estado Brasileiro o importante não está na prevenção da causa e sim na forma fracassada de remediar o mal que a *chacina social*<sup>2</sup> provoca diariamente no povo Brasileiro.

Essa chacina social, protagonizada pelos nossos políticos, fere muito mais a coletividade que a consequência de um crime banal, cometido por um criminoso ordinário. A sociedade sofre muito mais com esses descasos dos governistas, do que com a ação dos criminosos comuns, que praticam furto, roubo, estelionato, ameaça ou lesões corporais. É bem verdade que alguns crimes são mais violentos e de uma lesão bem maior que outros, como por exemplo, o homicídio, o tráfico de drogas, o estupro e o roubo, que podem resultar em morte (latrocínio). Contudo, e em que pese à violência da ofensa praticada nesses crimes, eles não atingem a magnitude que uma chacina social alcança. Eles não ferem a sociedade tanto quanto fere o Estado, com seu desleixo pela área social. Cinque (2000, p.57).

Complementa Cinque (2000, p. 61) que:

O Estado não cumpre a sua função social, não cumpre a Constituição Federal e a sociedade pensa ser natural. Acredita-se ser normal os dirigentes não cumprirem seu papel de estadista honesto. E a justiça é capaz de punir um portador de cigarro de maconha, é competente para punir um arrombador de residência, mas não é capaz de punir o Governo que não cria postos de trabalho, que não dá acesso digno ao sistema de saúde e de previdência social, que não valoriza o professor primário e secundário.

---

<sup>2</sup> Chacina social são todas as omissões e ações cometidas pelo Governo, seja ele Federal, Distrital, Estadual ou Municipal, contra os direitos sociais e constitucionais de acesso à educação, à saúde, ao trabalho e à previdência social; contra o trabalhador e honesto povo brasileiro, que é vítima de um sistema político resultante de reiteradas violações aos direitos do homem e que o tem relegado à miséria, à fome, ao analfabetismo e aos abusos de toda espécie. Cinque (2000, p. 02).

Percebe-se que apenas as classes pobres são punidas pelos seus delitos, estes, ocasionados diretamente ou indiretamente a essa população pelos seus governantes. Ninguém vê político ser preso por roubar milhões de reais dos cofres públicos, mas é manchete em primeira página um cidadão que rouba algo para matar sua fome e a dos seus filhos. Concorde-se plenamente com as palavras de Cinque (2000, p.65) que ousa afirmar que em um país onde a corrupção é regra, a lei exceção e a impunidade uma certeza, a deterioração dos valores passa a ser uma consequência natural.

Vale lembrar que o censo penitenciário, do IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas) de 1994, indicou que dos 170 mil presos, 95% desse total eram pobres e 87% não podiam sequer contratar um advogado; isso só reforça a teoria de que a prisão só é feita para pobres e que a justiça não é só lenta, mas também seletiva. Foucault (1987, p.229) expressa bem essa visão quando afirma que:

Seria hipocrisia ou ingenuidade acreditar que a lei é feita para todo mundo e em nome de todos. É mais prudente reconhecer que ela é feita para alguns e se aplica a outros; que, em princípio, ela obriga a todos os cidadãos, mas se dirige principalmente as classes mais numerosas e menos esclarecidas.

Siqueira (2001, p. 62) fala que é inegável não dizer que a criminalidade e a exclusão social não caminham juntas. Acrescenta o autor que isso não quer dizer que todo excluído econômico vá se tornar um marginal, mas que vai ser marginalizado, com grandes possibilidades de trilhar o caminho do crime, violando, dessa forma, o ordenamento jurídico legal criado pelos setores dominantes da sociedade, não restando-lhes outro destino a não ser as prisões.



## 1.4 A Prisão e a Penitenciária

Canto, 2000 (apud Amaral, 2000, pg. 12) com propriedade, consignou o seguinte conceito jurídico de prisão:

No sentido penal, a prisão constitui instrumento coercitivo estatal decorrente da aplicação de uma sanção penal transitada em julgado.

E no sentido processual, a prisão constitui instrumento cautelar de que se vale o juiz no processo para impedir novos delitos pelo acusado, aplicar a sanção penal ou para evitar a fuga do processado, além de outros motivos e circunstâncias ocorrentes em cada caso concreto.

Já de acordo com Goffman (1961, p.16), a prisão é uma instituição total, pois tem características de fechamento, sendo seu caráter simbolizado pela barreira à relação com o mundo externo, participação involuntária e proibições à saída, incluídas no esquema físico de segurança: portas trancadas, muros altos, guardas armados. Segundo ainda o pensamento de Goffman (1961, p.17) nas instituições totais, considerando aqui as prisões, todos os aspectos da vida são realizados no mesmo local e sob uma única autoridade; cada fase diária do participante é realizada na companhia imediata de um grupo relativamente grande de pessoas que são obrigadas a fazer as mesmas coisas em conjunto; todas as atividades diárias são rigorosamente estabelecidas em horários.

A prisão deteve por muito tempo o poder simbólico de representar o processo de normalização da vida social. Isto é, para transformar a conduta dos indivíduos, as instituições eram organizadas de modo a intervir sobre o corpo humano, treiná-lo, torná-lo obediente, submisso, dócil e útil (Foucault, 1997, p.195).

As prisões do século XVIII e XIX foram projetadas como fábricas de disciplina, hoje são projetadas com fábricas de exclusão e a população que habita as prisões é composta por pessoas excluídas socialmente. A exclusão social, noção de origem francesa vem sendo apreendida por Escorel (1998, p.19) “como um processo que envolve trajetórias de vulnerabilidade, fragilidade ou precariedade e até ruptura dos vínculos em cinco dimensões da existência humana em sociedade: o mundo do sócio-familiar, do trabalho, das representações culturais, da cidadania e da vida”.

Contudo, a privação da liberdade não ameaça a todos do mesmo modo, na mesma proporção, nem com a mesma força. Para alguns ela é somente ameaça. E, para



outros, ela é certeza que persegue. De acordo com Wacquant (2001, p.6-8), que estuda o processo da privatização das prisões e da criminalização da pobreza nos EUA, *punir os pobres é uma nova forma de gestão da miséria*, de guardar os inúteis, os que não têm funções econômicas na economia capitalista. Analisa que há uma transição do Estado-providência para um Estado que criminaliza a miséria. Com isso, aponta a existência de uma tendência que o Brasil parece estar querendo seguir, já que, a esmagadora maioria dos presos brasileiros faz parte da camada pobre, trabalhadora e secularmente oprimida e marginalizada, que constitui 80% da população brasileira. Nesta tendência, o autor denuncia a dominância de uma política de mercado onde o crime é não ser consumidor.

Wacquant (1999, p.10) ainda faz uma observação importante em relação à criminalização da miséria:

[...] o Estado penal para responder as desordens suscitadas pela desregulamentação da economia, pela dessocialização do trabalho assalariado e pela pauperização relativa e absoluta de amplos contingentes do proletariado urbano, aumentando os meios, a amplitude e a intensidade da intervenção do aparelho policial e judiciário, equivale a (r) estabelecer uma verdadeira **ditadura sobre os pobres** (grifos nosso).

A realidade das penitenciárias em todo o país é o retrato fiel dessa sociedade desigual, mostra a ausência de política públicas sérias e estruturadas capazes de enfrentar a questão da exclusão social dessa população. O quadro caótico em que se encontra hoje o sistema carcerário brasileiro revela uma “desassistência” generalizada, reflexo da ausência de políticas que venham bravamente romper, com o estado de degradação em que se encontram milhares de homens e mulheres (*pobres*) presos.

Mello e Gomes (2004, p.1) afirmam que:

O Estado e a sociedade, uma vez que esta população descende, em sua maioria, das camadas menos abastadas, excluídas da sociedade produtiva formal e até mesmo da informal, sobrevivendo além do limite da pobreza. E, diante deste quadro de desresponsabilização do Estado, combinado à passividade e ao conformismo da sociedade civil, assiste-se ao aumento da violência urbana, que, nesta última década, teve um crescimento alarmante.



Assim posto, Mello e Gomes (2004, p.2) complementam dizendo que a prisão continua a se apresentar com um cenário deprimente, que torna a pena extensiva aos familiares do homem que se encontra preso: os filhos se tornam órfãos de pais vivos, enviúva a esposa de marido combalido, prejudica o credor do preso tornando-o insolvente, desadapta o encarcerado à sociedade, suscita graves conflitos de ordem sexual, amontoa seres humanos em jaulas sujas e úmidas, onde vegetam em olímpica disputa por um parco espaço.

A promiscuidade interna é tamanha que, com o tempo, leva o preso a perder o sentido de dignidade e honra que ainda lhe resta, isto é, em vez do Estado, pelo cumprimento da pena, nortear a sua reintegração ao meio social, dotando o encarcerado de capacidade ética, profissional e de honra, age de forma inversa, inserindo o condenado num sistema que segundo Oliveira (apud Coelho 2003, p.1):

[...] nada mais é do que um aparelho destruidor de sua personalidade, pelo qual não serve para o que diz servir, neutraliza a formação ou o desenvolvimento de valores; estigmatiza o ser humano; funciona como máquina de reprodução da carreira no crime; introduz na personalidade a prisionização da nefasta cultura carcerária; estimula o processo de despersonalização; legitima o desrespeito aos direitos humanos.”  
Nota-se, portanto, que o desrespeito ao preso não atinge apenas os seus direitos, agride a sua própria condição de ser humano, rebaixando-os à situação de animais insignificantes.

Seja qual for à finalidade da prisão, uma coisa é certa: ela não intimida e não regenera; ao contrário, embrutece e perverte, insensibiliza e revolta; descaracteriza, desambienta, inverte a natureza, geram cínicos e hipócritas. É a fábrica da reincidência e da profissionalização, que produz e reproduz criminosos. Oliveira (apud Lyra 1984, p.285).

As prisões não diminuem a taxa de criminalidade, podem sim, aumentá-las, multiplicá-las ou transformá-las como bem nos lembra Foucault (1997, p.221).

E ainda existem discursos falidos que dizem que nas prisões pode-se submeter o indivíduo à reeducação e à ressocialização, como se de certa forma, fora dela, esse mesmo indivíduo tivesse acesso a elas, na forma de educação e socialização, o qual é de direito, porém, não de um direito constitucionalmente cumprido. Thompson (1998, p.17) lembra que o estabelecimento carcerário é um fracasso se o alvo for reeducação, seja no Brasil, nos Estados Unidos, na Inglaterra ou na Noruega. Considera



que esse fracasso é atribuído ao déficit de profissionais para o tratamento na área prisional, destacando os seguintes profissionais: médicos, psicólogos, educadores e assistentes sociais. E, considerando os dizeres de Thompson, podemos acrescentar ainda o pensamento de Toledo, (1994, p.282) onde ele argumenta sobre esse fracasso das prisões no âmbito da reeducação e da ressocialização:

[...] não se pode falar em reeducação e ressocialização num ambiente promíscuo e absolutamente degradante para a condição humana. Prisões lotadas apenas fomentam o surgimento de seres revoltados, sem a menor possibilidade de aceitação perante a sociedade quando de seu retorno à liberdade. Também não se pode omitir que os custos para a manutenção de penitenciárias oneram sensivelmente os cofres públicos.

E se falando em gastos, o Departamento Penitenciário Nacional (DEPEN), em Maio de 2006, mostrou em reportagem que os prejuízos que a violência traz para a sociedade não estão presentes apenas no cotidiano dos cidadãos brasileiros. Manter “um presidiário no Brasil” hoje, onera os cofres da União em aproximadamente R\$ 18.000,00 mil por ano. E, de acordo ainda com estimativas do DEPEN, cada presidiário custa em média, de R\$ 1.000,00 a R\$ 2.000,00 por mês, o equivalente a mais de quatro salários mínimos, fixados em R\$ 350,00<sup>3</sup>. Um estudante das instituições públicas no país custa a metade desse valor. Segundo pesquisa feita pelo Tribunal de Contas da União (TCU), um estudante universitário custa aproximadamente, R\$ 790,00 por mês e R\$ 9.488,00 por ano.

O DEPEN estima que existam hoje, 361,4 mil presos em delegacias e penitenciárias de todo o Brasil. Se cada detento custa em média, de R\$ 1.000,00 a R\$ 2.000,00 por mês, manter a população prisional do país gera um custo mensal de aproximadamente R\$ 542,1 milhões por mês e R\$ 6,5 bilhões por ano. O Programa Universidade do Século XXI, criado pelo Ministério da Educação, para reformar a educação superior e estruturar as instituições federais, gastou em 2005, pouco mais que isto, o equivalente a R\$ 7,5 bilhões. O Fundo de financiamento ao estudante do ensino superior (FIES), do Ministério da Educação, aplicou R\$ 787 milhões em 2005, oito vezes menos do que foi gasto com todos os presidiários do Brasil.

Na mesma reportagem há uma nota afirmando que, para minimizar os altos custos com o sistema carcerário brasileiro, especialistas e organizações civis defendem

---

<sup>3</sup> Valor do salário mínimo no ano de 2006.



uma maior aplicação das penas alternativas, como: prestação de serviços sociais, limpeza de muros e praças, ajuda em hospitais, dentre outros. Embora esteja previsto na Constituição e no Código Penal, esse tipo de pena ainda é pouco utilizado no Brasil. Estima-se que com a aplicação de penas alternativas, o custo de um preso poderia ser reduzido em até 10 vezes e o índice de reincidência despencaria de 42,5% para 17,5% .

Essa estimativa só vem confirmar o quanto é alto o custo de uma penitenciária para os cofres públicos, ou seja, para o bolso do povo, que, apesar de todos os investimentos, está sempre vinculada ao fracasso. Com isso, é interessante questionar: a que interesses servem os gastos para a manutenção de uma política pública já tão desacreditada e ultrapassada? Araújo (1995, p.5) afirma que para a sociedade deve-se uma satisfação, com Projetos e Políticas Públicas que apontem para uma efetiva recuperação do condenado e não simplesmente o aumento do número de vagas nas penitenciárias, que servem somente para justificar gastos públicos e incentivar a ótica prisional da segregação tipificada de certos grupos sociais.

Assim, Medeiros (2001, p.2) nos diz que:

Em geral, os presidiários são vistos com menosprezo pela sociedade que, muitas vezes, sob influência dos meios de comunicação, acredita que o desrespeito aos direitos fundamentais do preso representa um castigo adequado e a violência a que são submetidos é tolerada, justificada e até mesmo aplaudida.

Complementa Guindani (2001, p.49) que a forma com que a sociedade se cala quanto às condições subumanas em que vivem os apenados nas penitenciárias, também é uma forma de violência. Diz ainda que, o Assistente Social, por meio de múltiplas intervenções, pode desenvolver e fortalecer as relações entre a sociedade e os sujeitos estigmatizados, e despertar nessa sociedade, opiniões próprias frente às questões relacionadas à violência dentro das penitenciárias, buscando assim, a construção de um novo olhar que permita se enxergar a complexidade do espaço prisional.

Cabe ainda acrescentar, com relação às estimativas do DEPEN, quanto à redução dos gastos no sistema penitenciário, onde se acredita que, através de Medidas e penas alternativas, os gastos com o sistema prisional diminuiriam consideravelmente, como também diminuiria o índice de reincidência. Com isso, fez-se necessário o levantamento do que realmente são as “Medidas e Penas Alternativas” e a partir daí,

focamos somente na questão da prestação de serviços à comunidade (PSC) <sup>4</sup>. E é no próximo capítulo que poderemos verificar se de fato há uma redução nos gastos com o sistema penitenciário e se essa Medida é uma alternativa ao sistema carcerário, ou simplesmente, mais um equívoco da Administração judiciária.

---

<sup>4</sup> PSC: Abreviatura de Prestação de Serviço à Comunidade

## II CAPÍTULO

### 2. PENAS E MEDIDAS ALTERNATIVAS

#### 2.1 Penas Alternativas

As penas alternativas estão previstas no Código Penal desde a reforma realizada em 1984. Com o advento da Lei 9714/98, que alterou os artigos do Código Penal relativos às penas alternativas, estas passaram a dividir-se em:

- I - prestação pecuniária;
- II - perda de bens e valores;
- III - (VETADO);
- IV - prestação de serviço à comunidade ou entidades públicas;
- V - interdição temporária de direitos;

São condições para a aplicação das penas restritivas de direitos:

- Que a pena privativa de liberdade aplicada à pessoa não seja superior a 04 (quatro) anos e o delito não tenha sido cometido com violência ou grave ameaça à pessoa. Se o delito for culposo (cometido sem a intenção) cabe pena restritiva de direitos, qualquer que seja a pena aplicada;
- Que a pessoa não seja reincidente em crime doloso (cometido com intenção);
- Que a culpabilidade, os antecedentes, a conduta social e a personalidade da pessoa sentenciada, bem como os motivos e as circunstâncias em que ocorreu o delito indiquem que a substituição por pena alternativa seja suficiente para prevenir a reincidência;

Segundo a Central de Apoio a Medidas e Penas Alternativas (CEAMPA, 2000, P.1):

‘Pena Alternativa’ é a expressão popular que equivale, em termos jurídicos, às penas restritivas de direitos ou penas substitutivas, que podem ser aplicadas às pessoas que, preenchendo uma série de



requisitos previstos em lei, cometeram delitos de pequena e média gravidade. Assim, na própria sentença que os condenaram fica estabelecido que, ao invés de serem recolhidas numa penitenciária, estas pessoas cumprirão um tipo de sanção que substitui a pena privativa de liberdade.

A Pena Alternativa visa, sem rejeitar o caráter ilícito do fato, dificultar, evitar, substituir ou restringir a aplicação da pena de prisão ou sua execução ou ainda, pelo menos, a sua redução. Trata-se de uma Medida punitiva, de caráter educativo e socialmente útil, imposta ao autor da infração penal, no lugar da pena privativa de liberdade”, (Gomes, 1997, p.111).

A pena alternativa a ser aplicada depende da apreciação de elementos objetivos e pessoais do condenado, bem como da segurança de sua efetiva execução. Além disso, as penas alternativas são condicionais, isto é, somente poderão ser aplicadas se os condenados realmente cumprirem as obrigações que lhes foram impostas.

Segundo os juízes competentes para aplicação das penas alternativas, a alternativa penal mais eficaz é a “prestação de serviços à comunidade”, que consiste na atribuição ao condenado de tarefas gratuitas às entidades assistenciais, hospitais, escolas, orfanatos e outros estabelecimentos congêneres, em programas comunitários, estatais ou entidades públicas. Lembra-nos Martins (1999, p.143) que, hodiernamente, estendeu-se a entidades públicas, em razão das dificuldades encontradas para encaminhar os cidadãos apenados às Instituições, até então limitadas, e que deveriam cumprir Medidas e penas alternativas.

Acrescenta ainda Martins (1999, p. 144/145) que:

Os obstáculos atinentes à colocação do condenado em determinada instituição não desaparecerão apenas por ser possível a indicação de entidades públicas. Pode-se dizer que tenham minorado, mas não foram de todo afastados. A consciência geral de que todo e qualquer condenado é perigoso ou indesejável, ainda persiste, e levará algum tempo para que se modifique o pensamento geral da comunidade.

Conclui Martins (1999, p. 143) que:

[...] as entidades receiam em receber um condenado, por mais leve que tenha sido a infração cometida. Esse preconceito, existente contra todos quantos registram a existência de processo crime, tem sido um dos entraves à reinserção dos sentenciados à vida comunitária.

Marques (1998, p.3) fala que a sociedade precisa compreender que a adoção indiscriminada da pena de prisão, além de economicamente inviável é ineficaz. Essa nova política em favor das penas alternativas é fruto da constatação empírica, já adotada em outros países, que tem contribuído para a diminuição dos índices de criminalidade. Acrescenta o autor que as penas alternativas têm se mostrado um instrumento de eficiente controle contra a criminalidade, além de mais humano e mais barato.

É obvio que essas Penas restritivas de direitos são incomparavelmente mais baratas relacionadas às Penas privativas de liberdade, porém, ambas não trazem resultados significativos quando se considera que elas, por si só, são capazes de promover a ressocialização, a reeducação, a inserção social do indivíduo que cumpre tais penas. Complementa Bittencourt (1996, p.25) que:

[...] a ressocialização não é o único e nem o principal objetivo da pena, mas sim, uma das finalidades que deve ser perseguida na medida do possível. Salienta também que não se pode atribuir às disciplinas penais a responsabilidade de conseguir a completa ressocialização do delinqüente, ignorando a existência de outros programas e meios de controle social através do qual o Estado e a sociedade podem dispor para cumprir o objetivo socializador, como a família, a escola, a igreja, etc.



## 2.2 Medidas Alternativas

As Medidas alternativas foram introduzidas no Direito Penal brasileiro a partir da Lei 9099/95 (Lei dos Juizados Especiais Criminais) e tornaram-se possíveis a partir de dois novos institutos introduzidos pela citada lei: a Suspensão Condicional do Processo e a Transação Penal.

Medida Alternativa, segundo a Central de Apoio a Medidas e Penas Alternativas (CEAMPA, 2000, P.1), é uma sanção decorrente de uma transação penal, como alternativa à restrição de liberdade, realizada entre o Ministério Público e o autor de infração de menor potencial ofensivo<sup>5</sup> e homologada pelo Juiz. Embora seja uma aplicação de uma sanção, não decorre de sentença condenatória.

Complementa Lima (2000, p. 19) que:

Medida alternativa é qualquer instituto legal cabível antes ou após a condenação que evite o encarceramento; como exemplos temos a clássica suspensão condicional da pena (sursis) concebida desde o século passado e a suspensão condicional do processo, que permite a suspensão do processo mesmo antes do início da instrução criminal.

A Lei 9099/95 inaugura um modelo consensual de justiça, a partir do qual todos os atores envolvidos num processo judicial participam da solução do conflito causado pelos fatos que lhe deram origem: o acusado, a vítima, o promotor e o Juiz. Assim, nos delitos cuja pena mínima for igual ou inferior a 01 (um ano), o Ministério Público, ao oferecer a denúncia, pode propor a suspensão condicional do processo, por dois a quatro anos, desde que o acusado preencha alguns requisitos legais e aceite cumprir as condições acordadas em audiência.

Entre estas condições, além da prestação de serviços à comunidade, figuram: doação de gêneros diversos (alimentos, medicamentos, etc.), retomada de estudos através do ensino à distância, tratamento para desintoxicação, confecção de documentação civil e encaminhamento para cursos profissionalizantes.

---

<sup>5</sup> Entendem-se como infrações de menor potencial ofensivo as contravenções penais e os crimes a que a lei comine pena máxima não superior a um ano, excetuados os casos em que a lei preveja procedimento especial (Art. 61, Lei 9.099/95). No entanto, surge uma nova lei, a LEI 10.259/2001, que revogou parcialmente o art. 61 da Lei dos Juizados Especiais Criminais (LEI 9.099/95), em consequência, devem ser considerados delitos de menor potencial ofensivo, aqueles que a lei comine no máximo, pena detentiva não superior a dois anos ou multa.



Assim sendo, cumprem pena alternativa as pessoas que cometeram delitos de pequena e média gravidade e que foram condenadas pelo Juiz a cumprir um tipo de sanção alternativa à pena de prisão, substitutiva à prisão, portanto. Legalmente, esta Medida alternativa é calculada à razão de 01 hora de trabalho para cada dia de pena que a pessoa precisaria cumprir no regime fechado. Assim, a prestação de serviços à comunidade como forma de Medida alternativa implica geralmente num período maior de tempo para cumprimento e numa certa inflexibilidade em relação às condições em que será cumprida a pena.

Cumprem Medida alternativa as pessoas que estão sendo processadas judicialmente por um delito que lhes foi atribuído. Por serem réus primários e não oferecerem risco à sociedade, o Ministério Público apresenta-lhes uma proposta que, se aceita, tornará suspenso o processo por 02 anos. Nesta proposta estarão presentes determinadas condições que deverão ser cumpridas, entre elas a prestação de serviços à comunidade. Neste caso, as pessoas não foram julgadas nem condenadas e, por isso, seu período de cumprimento da prestação de serviços à comunidade tem sido fixado em períodos menores. No caso da suspensão condicional do processo pode haver uma certa flexibilidade nas condições de cumprimento da Medida, desde que tais alterações tenham justificativas comprovadas e sejam autorizadas pelo Juiz e pelo Promotor de Justiça.

Os crimes sujeitos às Medidas alternativas são: pequenos furtos, apropriação indébita, estelionato (falsificação), acidente de trânsito, desacato à autoridade, uso de drogas, lesões corporais leves e outras infrações de menor gravidade.

Com o advento da nova lei, as penas alternativas são as seguintes:

1) Prestação pecuniária (art. 43, I, CP) - consiste no pagamento à vítima, a seus dependentes ou a entidade pública ou privada com destinação social de importância fixada pelo juiz, não inferior a 1 nem superior a 360 salários mínimos.

2) Perda de bens e valores pertencentes ao condenado em favor do Fundo Penitenciário Nacional (art. 43, II, CP). Deve ser considerado para a estipulação do montante o prejuízo causado pela infração penal ou o proveito obtido por ele ou terceiro.

3) *Prestação de serviço à comunidade ou a entidades públicas é segundo o Código Penal - Art. 46;*

§ 1º A prestação de serviços à comunidade ou a entidades públicas consiste na atribuição de tarefas gratuitas ao condenado



§ 2º A prestação de serviço à comunidade dar-se-á em entidades assistenciais, hospitais, escolas, orfanatos e outros estabelecimentos congêneres, em programas comunitários ou estatais.

§ 3º As tarefas a que se refere o § 1º serão atribuídas conforme as aptidões do condenado, devendo ser cumpridas à razão de uma hora de tarefa por dia de condenação, fixadas de modo a não prejudicar a jornada normal de trabalho.

§ 4º Se a pena substituída for superior a um ano, é facultado ao condenado cumprir a pena substitutiva em menor tempo (art. 55), nunca inferior à metade da pena privativa de liberdade fixada.

4) Proibição de exercício de cargo, função ou atividade pública, bem como de mandato eletivo (art. 47, I, do CP).

5) Proibição de exercício de profissão, atividade ou ofício que dependam de habilitação oficial, de licença ou autorização do Poder Público (art. 47, II, do CP).

6) Suspensão de autorização ou habilitação para dirigir veículo (art. 47, III, do CP).

7) Proibição de freqüentar determinados lugares (art. 47, IV, do Código Penal).

8) Limitação de fim de semana ou “prisão descontínua” (art. 43, VI e art. 45, § 1º, do CP).

9) Multa (art. 44, § 2º do CP).

10) Prestação inominada (art. 45, § 2º do CP) em que havendo aceitação do condenado, o juiz poderá substituir a prestação pecuniária em favor da vítima por qualquer prestação de outra natureza.

É importante que se deixe claro, que as penas e Medidas alternativas podem ser revogadas, isto é, podem ser convertidas em pena privativa de liberdade quando o condenado descumprir a restrição imposta ou, quando sobrevier condenação à pena privativa de liberdade. Na primeira hipótese, a conversão é obrigatória, na segunda a conversão é facultativa.

É importante também salientar que a transação penal não é pena, e sim Medida alternativa. A alternativa é ao processo penal e não à pena de prisão (Netto, 2000, p.15). Reforçando essa visão Coyle (1998, p. 42) argumenta que o número de pessoas recebendo punições não diminuiu e muitas continuam a serem mandadas para a prisão. Na verdade, o que houve foi que as punições alternativas foram aplicadas às



pessoas que sofreram sanções não privativas de liberdade, que, de qualquer maneira, não seriam encarceradas e essas mesmas sanções não foram devidamente aplicadas aos casos realmente de pena privativas de liberdade. Isso quer dizer que, as penas alternativas estão sendo indevidamente aplicadas aos infratores que, de qualquer forma, não iriam para a prisão, onde tão logo não poderiam ser tratadas como alternativas à prisão, pois segundo o Art. 44 (CP) as penas restritivas de direitos são autônomas e “substituem as privativas de liberdade”.

## **2.3 As Regras de Tóquio e a Aplicação das Penas e Medidas Alternativas no Brasil**

As Regras de Tóquio, ou Regras Mínimas das Nações Unidas sobre as Medidas Não-privativas de Liberdade, surgiram como resposta à visão arcaica que antes vigia oriunda da Escola Clássica, que tratava o delito como uma ofensa ao Estado, punida de forma severa, funcionando a severidade da pena como fator inibidor da ocorrência de novos crimes e elemento retributivo dirigido à pessoa do delinqüente. Via-se, então, a pena de prisão como a forma mais eficaz para a expiação da infração cometida, sem qualquer caráter de ressocialização do apenado.

A Organização das Nações Unidas (ONU), preocupada com a execução das penas, aprovou em 1955, Regras Mínimas para o Tratamento dos Presos e, na década de 1970, passou a recomendar a adoção de formas de pena não privativa da liberdade, a serem cumpridas na comunidade. Em 14 de Dezembro de 1990, a Assembléia Geral da ONU aprovou a Resolução 45/110, que estabeleceu as Regras Mínimas das Nações Unidas para Elaboração de Medidas Não Privativas de Liberdade, denominadas “Regras de Tóquio”.

Princípios Gerais da Regra de Tóquio;

### **1. Objetivos fundamentais**

1.1. As presentes Regras Mínimas enunciam uma série de princípios básicos tendo em vista favorecer o recurso a Medidas não privativas de liberdade, assim como garantias mínimas para as pessoas submetidas a Medidas substitutivas da prisão.

1.2. As presentes Regras visam encorajar a coletividade a participar mais no processo da justiça penal e, muito especialmente, no tratamento dos delinqüentes, assim como desenvolver nestes últimos o sentido da sua responsabilidade para com a sociedade.

1.3. A aplicação das presentes Regras tem em conta a situação política, econômica, social e cultural de cada país e os fins e objetivos do seu sistema de justiça penal.

1.4. Os Estados membros esforçam-se por aplicar as presentes Regras de modo a realizarem um justo equilíbrio entre os direitos dos delinqüentes, os direitos das vítimas e as preocupações da sociedade relativas à segurança pública e à prevenção do crime.



1.5. Nos seus sistemas jurídicos respectivos, os Estados membros esforçam-se por introduzir Medidas não privativas de liberdade para proporcionar outras opções a fim de reduzir o recurso às penas de prisão e racionalizar as políticas de justiça penal, tendo em consideração o respeito dos direitos humanos, as exigências da justiça social e as necessidades de reinserção dos delinquentes.

No Brasil observaram-se as recomendações da ONU na Reforma da Parte Geral do Código Penal de 1984 e na Lei de Execuções Penais (Leis 7.209 e 7.210/84), estabelecendo-se alternativas à pena de privação de liberdade: a multa e a restrição de direitos, sendo que esta última compreendia a limitação de fim de semana, interdição temporária de direitos e a prestação de serviços à comunidade, através de política criminal voltada a restringir a prisão aos casos de constatada necessidade.

Porém o ponto culminante desse quadro evolutivo deu-se com a publicação da Lei nº 9099/95 e nº 9714/98, como pode ser facilmente deduzido a partir das palavras do Ministro Nelson Jobim citado por Martins (1999, p. 18):

[...] infelizmente não temos, ainda, condições de suprir por inteiro a pena privativa de liberdade, caminhamos a passos cada vez mais largos para o entendimento de que a prisão deve ser reservada para os agentes de crimes graves e cuja periculosidade recomende seu isolamento do seio social. Para os crimes de menor gravidade, a melhor solução consiste em impor restrições aos direitos do condenado, mas sem retirá-lo do convívio social. Sua conduta criminosa não ficará impune, cumprindo, assim, os desígnios da prevenção especial e da prevenção geral. Mas a execução da pena não o estigmatizará de forma brutal como a prisão, antes permitirá, de forma bem mais rápida e efetiva, sua integração social. Nessa linha de pensamento é que se propõe, no projeto, a ampliação das Penas alternativas à Pena de prisão.

A tendência mundial é que as penas segregadoras e de caráter punitivo, que ainda existem hoje em muitos países, se preocupem em aderir às novas modalidades, que são as Alternativas penais que privilegiem o caráter educativo das penas, para que sejam mais humanas e envolvam toda a comunidade nos problemas decorrentes da criminalidade.

Segundo Garcia (2004, p.18)

É inegável que o aumento da aplicação de alternativas penais em detrimento às falidas penas privativas de liberdade vai ao encontro do hodierno entendimento da comunidade internacional que busca efetivar o caráter reeducativo da pena. Entretanto, não é razoável crer que apenas a utilização de medidas alternativas não-privativas de liberdade será a panacéia para todos os problemas relativos à eficiente penalização do infrator.



Garcia (2004, p. 19) ainda faz algumas indagações e ponderações a respeito das alternativas penais como, por exemplo; se a lei penal não estaria sendo muito abrandada? Ou estaria o condenado solto consciente de que a Medida alternativa cumprida é uma sanção penal? Será possível realmente a efetiva fiscalização e monitoramento de todos aqueles submetidos ao cumprimento de penas alternativas?

Bem, dessas indagações de Garcia (2004), a última é, seguramente, a que lança maior preocupação e dúvidas quanto à aplicabilidade da Medida. Embora determine o art. 66, V, da Lei nº 7.210/84 que a fiscalização e o monitoramento das Medidas alternativas incumbe ao Juiz da Vara de Execuções Penais, este não está conseguindo atender satisfatoriamente ao mandamento legal, em face da falta de recursos humanos e materiais para tanto. Podemos compreender ainda melhor essa questão, se conhecemos algumas das cláusulas do Provimento nº 10/92, o qual estabelece as bases do Programa de Prestação de Serviços à Comunidade. Diz o citado Provimento:

- **5.** Para a execução da pena restritiva de direito em questão, em consonância com o preceito do art. 149 da Lei de Execução Penal, há de se pressupor o conhecimento das aptidões e condições pessoais do apenado, o conhecimento das instituições onde os serviços poderão ser prestados e controle eficaz do cumprimento da pena.
- **6.** Para a implantação do Programa de Prestação de Serviços à Comunidade, portanto, é necessário que o juiz da execução da pena estabeleça:
  - a) um levantamento das instituições existentes na comarca, de caráter assistencial, particular ou pública, e sem fins lucrativos, aptas para a recepção dos apenados;
  - b) o conhecimento das condições pessoais do condenado, quanto à natureza dos serviços que poderá prestar;
  - c) a instalação de um serviço de apoio para o recolhimento de informações e acompanhamento de resultados.
- **9.2.** O Serviço de Assistência Social deverá, também, fiscalizar o cumprimento da pena, acompanhando a execução e visitando



periodicamente a instituição conveniada, emitindo relatórios regulares.

Embora prescrita nesse Provimento, a fiscalização e monitoramento dessas Medidas se torna inviável quando não se tem recursos para tais finalidades, e Lima (2001, p. 7) deixa isso bem claro quando afirma que:

As penas e medidas alternativas, se bem monitoradas, podem se constituir em um fantástico coadjuvante da justiça social, aquela que está farta de só punir as mesmas classes sociais e quer levantar novas frentes de batalhas. Não temos dúvidas que a aplicação bem acompanhada de sanções alternativas é bem mais útil à sociedade que a prisão do infrator. Temos visto muitos casos de recuperação integral do infrator ao lhe ser dada uma segunda chance.

É interessante lembrar aqui também, dos benefícios trazidos pelas alternativas penais à sociedade e ao Estado. Entre elas podemos destacar algumas relacionadas por Lima (2001, p. 8) que são: a oportunidade que o condenado tem para exercer uma ocupação lícita, um aprendizado, e, concomitantemente, responder perante a sociedade pelas normas de conduta infringidas; o fato de o infrator não ter sua personalidade abalada ou mesmo radicalmente alterada pelo convívio diário e isolado com toda sorte de marginais que se amontoam nos presídios, evitando, assim, o potencial surgimento de organizações criminosas que, posteriormente, poderão ser altamente perigosas para a ordem pública; a ausência futura do estigma de ex-presidiário, o que, com toda certeza, restringe sua reinserção no meio dos setores sociais; a possibilidade de o infrator, prestando serviços à comunidade, demonstrar suas aptidões profissionais e artísticas, levando-o ao exercício consciente da cidadania; possibilidade que tem o juiz de adequar a pena à gravidade objetiva do fato delituoso; mão-de-obra gratuita para as entidades que acolherem os condenados; doação de alimentos, medicamentos e produtos similares para entidades beneficiadas e conveniadas; elaboração de um programa de justiça social envolvendo o judiciário e organizações governamentais e não governamentais visando à parceria, e muitas outras vantagens.

Porém, é importante que se ressalve neste, que não há diminuição efetiva do número de presos nas prisões, já que o alcance da lei 9.714/98 não atinge a maioria da população carcerária; aliás, os cidadãos, na sua maioria, ainda continuam sendo presos (pena privativa de liberdade). O Estado continua se eximindo do seu papel e a justiça

continua sendo lenta na aplicação de penas alternativas (pena restritiva de direitos), o que só reforça a visão de Lima (2001, p. 11), quando diz:

Vivemos em um país onde o planejamento, sequer, médio é uma utopia. Sabemos que o sistema penitenciário é caótico, desorganizado, que se gasta muito e os resultados são ínfimos. As penas alternativas não constituem uma panacéia, não estamos no mundo mágico de oz. É verdade que as autoridades ao invés de falarem em penas e medidas alternativas, deveriam estar investindo nos setores primários da sociedade como educação, emprego, planejamento familiar, na melhor distribuição de renda tão responsável por esse tipo de criminalidade que temos no Brasil, todavia não podemos cruzar os braços, nós que somos células da sociedade precisamos exercitar nossa cidadania e buscar alternativas [...].

Enfim, as Medidas e penas alternativas à prisão estabelecem um novo paradigma dentro do sistema penal, é a formulação de um modelo de intervenção junto ao indivíduo em conflito com a lei, sem referendar uma visão positivo-funcionalista, Lima (2001, p.12). O que quer significar que o fato dos homens serem diferentes, não os torna desiguais. E é nessa visão segundo Guindani (2001, p. 43) que o Assistente social, por meio de suas múltiplas intervenções, pode conquistar um espaço fundamental dentro das questões relacionadas ao sistema penitenciário, desenvolvendo o fortalecimento das relações entre sujeitos estigmatizados e despertar a comunidade para a necessidade de mudar o rumo das proporções assumidas pela violência e a criminalidade. Com isso, promover o processo de inclusão social dos apenados, bem como a desmistificação da identidade socialmente construída.



## 2.4 O Serviço Social e a Implementação de Penas e Medidas Alternativas

Embora esteja prevista em Lei desde 1984, só a partir do final da década de 90, temos observado experiências de implementação das Medidas/penas alternativas no Brasil, com o advento da Lei 9.099/95 e da Lei 9.714/98, que possibilitaram a sua aplicação, notadamente a Prestação de Serviços à Comunidade.

Em Santa Catarina, o Desembargador Napoleão Xavier do Amarante, então Corregedor Geral da Justiça do Estado, no uso de suas atribuições, estabeleceu as bases para implementação da Prestação de Serviços à Comunidade através do Provimento nº 10/92, elaborado após as seguintes considerações:

- considerando a Prestação de Serviços à Comunidade na condição de pena restritiva de direito;
- considerando que a penalidade em questão é uma conquista jurídica importantíssima, pois possibilita um efetivo processo de reeducação e ressocialização do apenado, quebrando a idéia generalizada de impunidade para as infrações tidas como de menor gravidade;
- considerando que a Prestação de Serviços à Comunidade oportuniza a integração do indivíduo com a comunidade em que vive, comprometendo-o à reflexão sobre o delito e suas conseqüências individuais e coletivas, propiciando ao prestador do serviço atuação em liberdade, tendo convívio social e familiar,

Resolve:

1. Estabelecer as bases do Programa de Prestação de Serviços à Comunidade, em todas as Comarcas do Estado, para implementação num prazo máximo de noventa (90) dias.
2. A prestação de serviços à comunidade consiste na atribuição ao condenado de tarefas gratuitas junto a entidades assistenciais, hospitais, escolas, orfanatos e outros estabelecimentos congêneres, em programas comunitários ou estatais (art. 46 do Código Penal).

3. As tarefas serão atribuídas conforme as aptidões do condenado, devendo ser cumpridas durante oito horas semanais, aos sábados, domingos e feriados ou em dias úteis, de modo a não prejudicar a jornada normal de trabalho (art. 46, parágrafo Único), nos horários estabelecidos pelo juiz (art. 149, III, da Lei de Execução Penal).
4. A prestação de serviços à comunidade é forma de pena restritiva de direito (art. 43, I), aplicada nas hipóteses definidas nos arts. 44 e 78, 1, do Código Penal, tendo caráter autônomo e substitutivo das penas privativas de liberdade.
5. Para a execução da pena restritiva de direito em questão, em consonância com o preceito do art. 149 da Lei de Execução Penal, há de se pressupor o conhecimento das aptidões e condições pessoais do apenado, o conhecimento das instituições onde os serviços poderão ser prestados e controle eficaz do cumprimento da pena.
6. Para a implantação do Programa de Prestação de Serviços à Comunidade, portanto, é necessário que o juiz da execução da pena estabeleça:
  - a) um levantamento das instituições existentes na comarca, de caráter assistencial, particular ou pública, e sem fins lucrativos, aptas para a recepção dos apenados;
  - b) o conhecimento das condições pessoais do condenado, quanto à natureza dos serviços que poderá prestar;
  - c) a instalação de um serviço de apoio para o recolhimento de informações e acompanhamento de resultados.
7. O levantamento das instituições com possibilidade de serem conveniadas poderá ser realizado por Assistente Social do Juízo, onde houver, ou por Assistente Social da Prefeitura Municipal ou da Legião Brasileira de Assistência (LBA).
- 7.1. O Assistente Social promoverá a colheita de informações sobre a natureza das atividades da instituição, o número eventual de vagas disponível, a habilitação exigida para o trabalho a ser realizado pelo prestador, condições físicas e de pessoal para acompanhar o cumprimento da



pena, restrições quanto ao tipo de delito, horários para a prestação do serviço conforme formulário em anexo.

7.2. Os dados obtidos pelo Assistente Social, nos termos do item anterior, deverão compor um fichário, que instrumentará a escolha do local onde o prestador de serviço deverá cumprir a pena.

8. Feito o levantamento de que trata o item 7, e procedida a escolha da instituição beneficiária, deverá ser firmado um convênio entre o juízo da execução e o estabelecimento de prestação de serviço, com regulação do modo de cumprimento da pena, definição do número de vagas e do sistema de controle, conforme modelo em anexo.

9. Caberá ao juiz da execução, na conformidade do art. 149, da Lei de Execução Penal, a designação da entidade ou programa comunitário ou estatal, devidamente credenciado ou conveniado que dará cumprimento à pena.

9.1. O Serviço de Assistência Social deverá previamente entrevistar o apenado, para conhecer das suas aptidões e condições pessoais, para que o juiz tenha elementos para a sua decisão e para que o prestador possa ser encaminhado para a instituição mais adequada.

9.2. O Serviço de Assistência Social deverá, também, fiscalizar o cumprimento da pena, acompanhando a execução e visitando periodicamente a instituição conveniada, emitindo relatórios regulares.

9.3. Nas comarcas onde não houver assistente social judiciário, o programa deverá ser implantado com a colaboração da LBA e/ou da Prefeitura Municipal.

9.4. A entidade beneficiada com a prestação de serviços encaminhará mensalmente, ao juiz da execução, relatório circunstanciado das atividades do condenado, bem como, a qualquer tempo, comunicação sobre ausência ou falta disciplinar (art. 150, LEP).

10. A execução da pena de prestação de serviços à comunidade é atividade inserida na competência da Vara das Execuções Criminais da comarca da Capital, cabendo-lhe assumir o programa, através de pessoal próprio e de outros setores administrativos do foro, além de outros Órgãos da administração pública.

10.1. Nas comarcas do interior a coordenação e execução do programa incumbirá aos juízes criminais.

10.2. Nas comarcas providas de duas Varas, com competência genérica para o cível e para o crime, a coordenação do programa incumbirá ao juiz da 1ª Vara.

10.3. Nas comarcas providas de mais de uma Vara Criminal, a coordenação incumbirá ao juiz da 2ª Vara Criminal (art. 103, § 2º, do Código Judiciário).

10.4. De qualquer modo, para que o programa tenha êxito, é indispensável à cooperação de todos os magistrados da jurisdição criminal de todas as comarcas, que deverão definir os rumos do projeto, fazendo avaliações sistemáticas de resultado.

Prevista também em Lei, a Assistência social aos presidiários e suas famílias é um direito, como mostra os artigos 22 e 23 da LEP <sup>6</sup>, que “tem por finalidade amparar o preso e o internado e prepará-los para o retorno à liberdade”.

E ainda incumbe ao Serviço de Assistência Social:

- I – conhecer os resultados dos diagnósticos e exames;
- II – relatar, por escrito, ao diretor do estabelecimento, os problemas e as dificuldades enfrentadas pelo assistido;
- III – Acompanhar o resultado das permissões de saídas e das saídas temporárias;
- IV – Promover, no estabelecimento, pelos meios disponíveis, a recreação;
- V – Promover a orientação do assistido, na fase final do cumprimento da pena, de modo a facilitar o seu retorno à liberdade;
- VI – Providenciar a obtenção de documentos, dos benefícios da previdência social e do seguro por acidente de trabalho;
- VII – Orientar e amparar, quando necessário, a família do preso, do internado e da vítima”.

No entanto, a atuação do Assistente Social no campo do sistema penitenciário é bem modesta, ganhando espaço aos poucos, com mais destaque no Programa de “Prestação de Serviço à Comunidade”, colocada em prática no Poder Judiciário (Fóruns de Justiça), órgãos ligados às Secretarias Estaduais de Justiça ou Secretarias Municipais

---

<sup>6</sup> LEP: Lei de execuções Penais



da Infância, Secretaria de Ação Social e até mesmo por Organizações Não Governamentais - ONG's ligadas à defesa de direitos humanos. Apresenta-se como um grande desafio, pois nesses espaços existem ainda muitas limitações quanto à autonomia do profissional de Serviço Social, para trabalhar o indivíduo como um ser de direitos e não somente como um ser de deveres. Garantir a esses indivíduos um mínimo de dignidade e de respeito aos seus direitos elementares, com políticas públicas sérias e eficazes, que permitam aos cidadãos refletirem e se conscientizarem do seu papel dentro da sociedade, é tarefa desses profissionais, assim como de outros, como advogados, educadores, psicólogos e a própria sociedade.

E é através dessa visão que as penas/medidas alternativas vêm sendo adotadas em diversos países, incluindo o Brasil, como forma de uma política, com o objetivo de recorrer menos ao encarceramento, ficando esta pena privativa de liberdade reservada apenas para os crimes graves e aos apenados de alta periculosidade, Martins (1999, p.18). E o que seriam esses apenados de alta periculosidade?

Podemos dizer que são aqueles cidadãos que oferecem perigo à sociedade, mas em contrapartida, podemos classificá-los como cidadãos que diariamente tem os seus direitos violados e que dentro de uma sociedade como a nossa (Siqueira, 2001, p. 57) onde o acesso ao trabalho, à moradia, à saúde e à educação não é para todos, certamente se irá conviver sempre com o agravamento da questão social. Questão social esta que Iamamoto (2001, p. 27) refere-se ao Serviço Social como a base de fundação como especialização do trabalho. E complementa que:

Questão social apreendida como conjunto das expressões das desigualdades da sociedade capitalista madura, que tem uma raiz comum: a produção social é cada vez mais coletiva, o trabalho torna-se mais amplamente social, enquanto a apropriação dos seus frutos mantém-se privada, monopolizada por uma parte da sociedade.

De certa forma, acredita Guindani (2001, p. 50), a intervenção do Serviço Social poderá se constituir um espaço reflexivo ao voltar-se não só para as questões do delito e da pena, mas, também, para as questões sociais que acompanham esses delitos, a fim de desvendá-las, trabalhando-as e apresentando propostas viáveis frente às situações trazidas pelos cidadãos apenados ou pelo estabelecimento penal.

Diante desta realidade, cabe ao assistente social ocupar campo profissional com responsabilidade, ética e política, colaborando com as transformações necessárias e inserindo, como salienta Iamamoto (1992), “o novo no fazer profissional”. Para tanto,

necessita negar a base tradicional e conservadora, afirmando um novo perfil técnico, não mais um agente subalterno ou apenas executivo, mas um profissional competente técnico, teórico e politicamente. Conforme Iamamoto, a prática é ato, movimento e, como tal, necessita ser pensada, analisada e revista. E a revisão desta prática contribui para o Projeto profissional que se espera construir, voltado para a construção contínua de relações sociais democráticas.

Segundo Torres (2004, p.05), cabe ao Serviço Social do sistema penitenciário brasileiro construir um novo Projeto de intervenção, que busque romper com as atribuições de caráter conservador, superando as determinações institucionais, construindo uma intervenção que legitime sua mediação a partir dos usuários, ampliando-se suas ações aos demais movimentos e organizações da sociedade neste campo. A partir desta nova perspectiva, o Serviço Social pode ser reconhecido pela população carcerária, pelo seu compromisso com suas necessidades, na luta pela garantia de seus direitos humanos preservados.

E é dentro desse contexto que o Serviço social deve intervir, onde emergem as diferentes expressões das questões sociais nas relações entre sujeitos apenados e sociedade Guindani (2001, p. 50), pois segundo Siqueira (2001, p.73), a Assistência Social se constitui um elemento chave para a construção da cidadania, que sempre é negada ao cidadão apenado, como também a uma parcela significativa da sociedade.



## 2.5 A Prestação de Serviços à Comunidade como recurso para aplicação de Medidas e Penas Alternativas

Vivenciando um novo momento na área judicial e na luta contra a impunidade, a política de encarceramento vem sendo cada vez mais substituída pela aplicação de Medidas/Penas Alternativas, isto é, de penas não privativas de liberdade, reservando-se a prisão apenas para os casos mais graves e violentos, para os criminosos de alta periculosidade. Isso porque a pena de prisão não tem cumprido a contento seus objetivos (ressocializar, reeducar e punir), sendo da maior importância a participação da comunidade na prevenção ao delito, acompanhando o transgressor através de tarefas que o motivem a repensar seus valores e a sensibilizar-se com as necessidades de seus semelhantes. Essa é a proposta que o Manual de Aplicação das Penas e Medidas Alternativas (2000) apresenta de forma educativa e socialmente útil.

Um ponto a ser questionado neste é a forma como as Medidas e Penas Alternativas estão sendo aplicadas e se de fato corresponde a algum tipo de alternativa ao encarceramento ou é simplesmente um meio encontrado pelas partes interessadas para mascarar a realidade.

Segundo Martins (1999, p.40), cronologicamente, de acordo com a indicação do próprio normativo penal, a primeira das penas restritivas de direito consistia na *Prestação de Serviço à Comunidade*. Preenchidas as exigências legais informadas, era dado ao Juiz aplicar ao condenado referida reprimenda que consistia na atribuição ao condenado de tarefas gratuitas junto a entidades assistenciais, hospitais, escolas, orfanatos e outros estabelecimentos congêneres, em programas comunitários ou estatais (art.46).

Para Martins (apud Mirabete 1997, p. 269) a Prestação de Serviço à Comunidade dependerá amplamente do apoio da sociedade.

O sucesso da inovação dependerá, e muito, do apoio da comunidade e das autoridades judiciais, possibilitando a oportunidade para o trabalho do sentenciado, o que demonstra as dificuldades do sistema adotado diante da reserva com o que o condenado é encarado no meio social. Trata-se, porém, de uma medida de grande alcance e, aplicada com critério, poderá produzir efeitos salutar, despertando a sensibilidade popular.



Na realidade, uma sociedade só pode participar de algo quando este é apresentado a ela e quando visa benfeitorias. Percebe-se que esse não é o caso da Prestação de Serviço à Comunidade, pois a sociedade tem pouco acesso a esse tipo de informação e, por isso, é inviável que se cobre dela um respaldo. Martins (1999, p.143) fala das dificuldades que se encontra para direcionar um apenado à prestação de serviços à comunidade, pois, mesmo sendo ela gratuita, as entidades mostram-se receosas e até preconceituosas quanto a esse tipo de iniciativa. Consta-se a falta de um trabalho ético voltado para tal finalidade, porque o desconhecido, às vezes, nos causa medo.

Coyle (1998, p.42) faz um comentário muito interessante a respeito das alternativas às prisões, em seu artigo *Penas Alternativas à Prisão na Inglaterra*. Ele diz que as opções não são capazes de diminuir o número de pessoas nas penitenciárias. Há um número crescente de pessoas recebendo punição de privação de liberdade e também sofrendo punições alternativas. Complementa, através de dados de um estudo feito nas Nações Unidas em Helsinque, que verificou e concluiu que, de acordo com estatísticas apresentadas nas Nações Unidas, a alternativa não-carcerária (...) é empregada em substituição a outras não-privativas de liberdade, e não em substituição ao encarceramento.

Complementa Coyle (1998, p.42) em seu argumento que, é muito difícil evitar essa situação, pois para se dar um basta nesses acontecimentos é preciso exigir dos Juízes comprometimento para com as sanções alternativas, onde os cidadãos cumpram esses tipos de sanções quando estes estiverem sujeitos à pena privativa de liberdade e não ao contrário, como tem sido feito.

A Prestação de Serviço à Comunidade como o próprio nome já diz é a retribuição do apenado para com a sociedade de seu delito cometido, é de objetivo ressocializador e reeducador numa visão jurídica, porém, resta saber se esse objetivo jurídico tem de fato respaldo institucional, já que não podemos ter uma visão simplista e sonhadora quando o que está em jogo é o trabalho realizado por técnicos, ou “não”, para o desenvolvimento de Programas de prestações de serviços à comunidade.

Santos (2005, p. 37) complementa essa visão dizendo que a prestação de serviços à comunidade traz muitos benefícios, como o de caráter compensatório, onde o cidadão apenado procura reparar o erro que cometeu. Fala também do caráter preventivo, que faz o delituoso refletir sobre a sua pena e, por fim, fala do caráter



educativo, onde o sentenciado se vê como pessoa, descobrindo seu valor dentro da sociedade e se sentindo respeitado por ela.

Entretanto, Mendes 2004 (apud Bitencourt, 1997, p. 231) fala das dificuldades para aplicação da prestação de serviços à comunidade e levanta questões que não poderiam e não podem ficar sem respostas que são: “Como se fará o acompanhamento, fiscalização e orientação do apenado que receber essa sanção penal”? Como será feito o controle das aptidões pessoais dos condenados para destiná-los às atividades correspondentes? Quais as instituições, programas comunitários ou estatais existentes na comunidade, bem como “quais são suas disponibilidades”?

Para tais questionamentos Mendes (2004, p. 35) complementa que essa é uma realidade de difícil enfrentamento pelos magistrados, pois realizar convênios com as instituições, entrevistar os cidadãos submetidos a uma Medida ou pena alternativa, acompanhar a execução e cumprimento das mesmas, é uma tarefa que demanda tempo e pessoal qualificado. E olhando por esse ângulo podemos concluir que de fato Mendes (2004) tem toda razão, pois, para trabalhar com essa demanda, tem que ser um profissional qualificado e não somente alguém que se julgue apto para tal finalidade, sem nenhum tipo de formação na área.

Para podermos então compreender e chegarmos a uma conclusão a respeito da prestação de serviços à comunidade é preciso que se conheça um Programa que trabalhe com esse tema, bem como saber dos seus procedimentos. Diante disso, torna-se apropriado fazermos uma ponte entre a prestação de serviços à comunidade e o Programa Cidadão Responsável, Programa este, que trabalha com a PSC desde 1998, na Secretaria da Ação Social do Município de São José.

## CAPITULO III

### 3. O PROGRAMA DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO À COMUNIDADE

#### 3.1 Programa Cidadão Responsável

O Programa Cidadão Responsável é um convênio entre a Prefeitura Municipal e o Fórum de Justiça do município de São José, que tem por objetivo a cooperação entre poderes intervenientes, os quais possibilitam a execução das penas restritivas de direito na forma de Prestação de Serviço à Comunidade, que são impostas pelo Juízo da Vara Criminal, da Vara Especial Criminal e da Vara de Execução Penal<sup>7</sup>, de forma a atenderem e cumprirem fielmente o espírito da lei penal e o Provimento nº10/92, da Corregedoria Geral de Justiça.

Hoje, esse Programa é coordenado por uma Assistente Social, porém, desde a sua implantação, em maio de 1998, encontrava-se sob a coordenação do setor administrativo da Secretaria da Ação Social do Município de São José. No período de 2000 a 2004 recebeu auxílio de uma profissional de Psicologia.

Cabe ressaltar que o Provimento deixa claro de quem é essa atribuição: “Nas comarcas onde não houver Assistente Social judiciário (Grifo nosso), o Programa deverá ser implantado com a colaboração da LBA e/ou da Prefeitura Municipal”. E complementa que:

O Serviço de **Assistência Social** deverá previamente entrevistar o apenado, para conhecer das suas aptidões e condições pessoais, para que o juiz tenha elementos para a sua decisão e para que o prestador possa ser encaminhado para a instituição mais adequada. (Provimento nº 10/92) (Grifo nosso).

Esse programa tem o compromisso de atender e entrevistar os cidadãos que vêm até a Secretaria da Ação Social, provenientes do Fórum de São José, com o intuito de fazer-se cumprir as Medidas/Penas alternativas que lhes são cabíveis e encaminhá-los

---

<sup>7</sup> Somente como nota de esclarecimento, a Vara de Execução Penal no ano desse trabalho de pesquisa fazia parte da Comarca de São José.



conforme as aptidões dos apenados, disponibilidade das Entidades Conveniadas, bem como da disponibilidade de dias e horários dos cidadãos para o seu cumprimento, que não pode ultrapassar oito horas semanais.

O Programa tem ainda o compromisso de fornecer mensalmente ao Fórum, um relatório sobre o cumprimento das Medidas/penas alternativas, nas quais os cidadãos estão inclusos. Esse relatório é entregue mensalmente ao Fórum de São José, até a finalização das Medidas/Penas Alternativas, quando então são arquivados no Programa.

Esse Programa tem por finalidade, também, desenvolver atividades relativas com a ressocialização e reeducação dos apenados. Todavia, não há estrutura física para esse propósito e nem mesmo pessoal técnico disponível para esse trabalho. Conforme Iamamoto (2001, p. 99):

Para ser consumida e transformada em atividade, a força de trabalho exige meios e instrumentos de trabalho e uma matéria-prima ou objeto de trabalho que sofrerá alterações mediante a ação transformadora do trabalho. Quem dispõe dos meios de trabalho - materiais, humanos, financeiros etc. -, necessários à efetivação dos programas e projetos de trabalho é a entidade empregadora [...].

Com o ingresso do Serviço Social na coordenação do Programa Cidadão Responsável, no início de 2005, buscou-se conectá-lo aos objetivos que o mesmo propunha, ou seja, cumprir fielmente o espírito do *Termo de convênio* (ANEXO I) feito entre o Fórum e a Prefeitura Municipal de São José.

O Programa supracitado apresentava grandes pendências em relação aos antigos autos<sup>8</sup>; não havia quase nenhuma posição do Fórum a respeito dos cidadãos, o que dificultou a eficácia do trabalho desenvolvido, mais precisamente, no que se refere a não apresentação dos cidadãos para o cumprimento da Prestação dos Serviços à Comunidade. Essa falta de conexão que ainda existe entre as partes, deixa o Programa fragmentado, pois, sem informações precisas, o trabalho se torna burocrático e pouco eficiente.

O grande desafio enfrentado pelo Serviço Social no desenvolvimento desse Programa foi colocá-lo para funcionar de maneira eficaz. Como havia sido relatado anteriormente, o mesmo era coordenado pelo Setor administrativo, onde, por excesso de atribuições e, principalmente, pela falta de pessoal e de estrutura administrativa, o referido Setor não conseguiu priorizar e viabilizar a aplicabilidade do Programa. Baptista

---

<sup>8</sup> Autos: Peça de um processo judicial



(2003, p. 37) diz que, no nível das relações estruturais da sociedade, evidentemente, nem sempre o Assistente social pode ultrapassar os limites colocados pelo âmbito de sua intervenção, mas pode desocultá-los, mostrando que, se pode sim, conviver com a realidade, sem, contudo, ser conivente a ela.

Concordando com a visão de Baptista (2003), pode-se dizer então que o Programa Cidadão Responsável foi todo reestruturado, elaborou-se um procedimento padrão para o atendimento do programa (ANEXO II), onde foi detalhado passo a passo o atendimento aos cidadãos, bem como o atendimento às entidades conveniadas com o Programa e o Fórum de São José. Dentro desse procedimento, ficam todos os modelos de ofícios, para que, futuramente, quem venha administrar esse Programa o encontre de maneira organizada, e que a partir dessa iniciativa, contribua para que o mesmo tenha num futuro próximo, um bom reconhecimento.

Após sua reestruturação, através dos procedimentos de atendimento, foi necessário fazer um levantamento em todos os Autos encontrados no arquivo do Programa, entre os anos de 2001 a 2005, o qual possibilitou uma visão ampla de sua real situação, mostrando o quanto seria rico o trabalho a ser desenvolvido. Tornou-se necessário e exaustivo uma pesquisa em todos os dossiês (total de 239) que se encontravam no Programa, sendo que, na sua maioria, os cidadãos sequer compareceram ao Programa para iniciar a sua PSC. O que mais chamou atenção foi que o Fórum de São José, a respeito desse acontecimento, não tinha nenhuma posição para dar ao Programa, pois o mesmo desconhecia esse índice<sup>9</sup>, deixando claro que o convênio firmado entre o mesmo e a Secretaria da Ação Social não vinha trabalhando de forma mútua, para com seus objetivos e suas devidas atribuições.

Com a pesquisa, pretendeu-se também contribuir com o Programa através de uma minuciosa coleta de dados nos dossiês, para a fundamentação de um Perfil, baseado nos dados encontrados dentro do arquivo ativo e do arquivo inativo do Programa Cidadão Responsável, que se encontra em atividade desde maio de 1998. Esses dados serviram para construir o perfil dos cidadãos que fazem parte do Programa, o qual não dispunha de nenhum tipo de sistematização dos dados para que os Profissionais pudessem recorrer.

Na verdade, esta foi a primeira vez que se fez um trabalho dentro desse Programa, envolvendo-o como um todo, para que se pudesse saber qual a real situação

---

<sup>9</sup> Ver índice pg. 58 dessa monografia



do mesmo dentro da Secretaria da Ação Social e até mesmo fora dela, como o relacionamento entre Programa Cidadão Responsável X Fórum de São José X Entidades Colaboradoras X Cidadãos.

É importante ressaltar que esse processo de reestruturação só foi possível graças à coordenação de uma profissional de Serviço Social, que priorizou o Programa de Prestação de Serviço à Comunidade como um meio de se trabalhar o cidadão apenado na sociedade.

Segundo o provimento nº10 da Corregedoria Geral de Justiça, de 1992, a Prestação de Serviços à Comunidade tem reconhecimento, pela importância de sua política de repressão à criminalidade, contribuindo para a ressocialização, reeducação e reinserção dos apenados na sociedade, isso é o que se acredita e se espera acontecer dentro dos Programas de prestação de serviço à comunidade. Mas numa realidade totalmente diferente do planejado e almejado, é vivenciado em pelo menos um desses Programas que, por falta de infra-estrutura, de pessoal especializado na área, de reconhecimento institucional e desconhecimento do que são as Medidas e penas alternativas, as palavras ressocialização, reeducação e reinserção dos apenados tornam-se somente viáveis dentro de um dicionário em que há significados, mas que não atendem seus objetivos, por se encontrarem distante da realidade.

### 3.2 Metodologia da Pesquisa

A princípio foram levantados todos os dados dos cidadãos que cumpriam Medidas e penas alternativas dentro do Programa Cidadão Responsável, através de um fichamento, com as seguintes informações: nome, números dos Autos, data de recebimento do Termo de audiência expedido pelo Fórum; data de apresentação do cidadão ao Programa Cidadão Responsável; Instituição para a qual foi encaminhado o cidadão para prestar a PSC (Prestação de Serviços à Comunidade); e se estava cumprindo regularmente ou não. (ANEXO III).

A partir desse levantamento, o passo seguinte foi encaminhar essa listagem ao Fórum de São José, com o intuito de se obter uma resposta rápida e precisa sobre todos os casos levantados, tomando como base, os processos antigos que se encontravam pendentes dentro do arquivo do Programa.

Acessando o site do Tribunal de Justiça de Santa Catarina ([www.tj.sc.gov.br](http://www.tj.sc.gov.br)) verificou-se que, muitos dos Autos pendentes dentro do Programa já haviam sido finalizados há muito tempo, enviados a outra comarca ou até mesmo convertidos em outra penalidade, sem que se tivesse qualquer contato documentado do Fórum. O entendimento dos técnicos é de que houve descaso do Fórum para com o Programa ou falta de comunicação entre ambos. A estratégia então utilizada foi não ficar a espera de resultados, mas sim, encontrar outros meios para consegui-los;

A resposta do Fórum demorou precisamente dois meses para chegar ao Programa, comprovando com isso a falta de comprometimento desses Profissionais, que deveriam partilhar dos mesmos objetivos no que tange ao cumprimento da Medida de Prestação de Serviços à Comunidade. Essa contrapartida agilizaria o processo de trabalho e o cumprimento integral da Medida/pena, como também, a apresentação espontânea do cidadão ao Programa. Com o fornecimento da lista que havia anteriormente sido enviada ao Fórum, verificou-se quais Autos poderiam ser arquivados, muito embora essa providência já tivesse sido tomada quando da consulta prévia feita ao *site* do Tribunal de Justiça.

O procedimento seguinte foi imprimir do *site* as confirmações de arquivamento e anexá-los aos Autos para que tudo ficasse devidamente documentado,



para maior transparência ao trabalho desenvolvido e para aqueles que ainda estavam por se desenvolver.

Com dados mais precisos e documentados o trabalho começou então a fluir; retomou-se a análise dos casos restantes, um a um, chegando a uma listagem por Varas - *Autos pendentes da Execução Penal*, *Autos pendentes da Vara Especial Criminal* e *Autos pendentes da Vara Criminal* -, e, oficializando todos, novamente as listagens foram encaminhadas ao Fórum, agora nas suas Varas específicas.

Tais Ofícios receberam, sem demora, as primeiras listagens, sendo a primeira delas a da Vara Especial Criminal, acompanhada pela Vara Criminal, ficando somente em atraso com o Programa, a Vara de Execução Penal. Dos 60 Autos que se encontram pendentes, 48 são da Vara de Execução Penal.

Foram levantados ainda, através de um questionário previamente elaborado, dados pessoais dos cidadãos inseridos no Programa, como: Idade, sexo, tipo de delito, tempo de cumprimento das Medidas/penas alternativas, tipo de infração, e se elas se enquadravam dentro das Medidas ou penas alternativas, assim como o ano de seu cumprimento. (ANEXO IV).

A ênfase nos pontos relatados acima favoreceu a coleta de dados importantes para fundamentar o perfil do cidadão dentro do Programa Cidadão Responsável, iniciativa esta primordial durante todas as etapas do trabalho, pois, a partir do perfil dos cidadãos do Programa foi possível direcionar os trabalhos e contribuir para que, no futuro, possam ser realizados em favorecimento dos mesmos.

Esta Pesquisa foi realizada por meio dos métodos quanti e qualitativos, e sua avaliação foi realizada de forma sistemática, durante todo o processo de sua execução.

Os instrumentos utilizados para essa pesquisa foram: investigação documental nos dossiês encontrados nos arquivos do Programa; visitas institucionais; visitas ao Fórum e o recebimento e acompanhamento dos cidadãos ao Programa Cidadão Responsável. É importante ressaltar que, embora sabendo que esse último procedimento já faz parte do Programa, destaca-se a sua importância no direcionamento das outras etapas da pesquisa, tendo em vista que anteriormente, o Programa continha lacunas, estas, deixadas pelas sucessivas Coordenações anteriores.

Finalizando as estratégias de ação, vale ressaltar que todos os pontos pesquisados e posteriormente avaliados, foram de grande importância para a fundamentação desse diferencial, que é a atuação do profissional de Serviço Social



frente ao Programa.

Buscou-se a análise dos dados através das informações obtidas nos dossiês do arquivo do Programa Cidadão Responsável, para avaliar sua real situação e a dos indivíduos que estão inseridos nele. Diante disso, o procedimento foi buscar esclarecimentos das situações encontradas e avaliá-las conforme seu grau de complexidade.

Pretendeu-se nessa pesquisa, também, avaliar o grau de eficácia, eficiência e efetividade das ações desenvolvidas dentro do Programa Cidadão Responsável, e, com resultados próprios, construir uma visão total de tudo o que ocorria dentro do Programa e fora dele. Porém, tal objetivo não foi completamente alcançado por falta de tempo e de uma estrutura para tal finalidade. Para compreendermos melhor a importância da avaliação dentro de um Programa, diz Arretche:

[...] somente a avaliação de programas efetivamente implementados poderá estabelecer uma relação casual entre uma determinada modalidade política pública e o sucesso ou fracasso na realização de seus propósitos ou ainda entre esta política e um dado resultado ou impacto sobre a situação social prévia à sua implementação (ARRETCHÉ, 1998, p. 31).

A avaliação dessa pesquisa foi realizada de forma contínua e permanente, durante todo seu processo de execução; mostrou-se primordial a dedicação dos agentes envolvidos diretamente e indiretamente<sup>10</sup> no Programa Cidadão Responsável para que, em médio prazo, se consiga obter resultados relevantes e caminhar com mais autonomia dentro do que o Programa se propõe.

A visualização da realidade do Programa como um todo poderá sugerir melhoramentos quanto a sua organização, os planejamentos das ações, direcionamentos de atividades e o mais importante, a intervenção feita com relação às questões sociais que estão inseridas dentro das Prestações de Serviços à Comunidade, que não são devidamente trabalhadas. Lembra-nos Baptista, (2003, p.34) que:

A posição do planejador ante essas demandas deve ser de desocultamento/desmistificação/decodificação, de modo a apreender, implícita nelas, suas dimensões mais concretas. Se pretende elaborar essas demandas, reconstruindo o objetivo de ação, precisa

<sup>10</sup> **Agentes diretos:** Coordenadora do Programa Cidadão Responsável; Equipe de profissionais da Diretoria da Ação Social e Idoso; Secretaria da Ação Social; Fórum de São Jose; Entidades Conveniadas e cidadãos apenados; **Agentes indiretos:** Funcionários da Secretaria da Ação Social de outros Programas.



compreendê-la, entendendo também as múltiplas formas como elas são percebidas e vivenciadas pelos seus agentes, desmistificando as ideologias que lhe serviram de gênese. Deste modo, o respaldo de novas propostas e assentado e de suas circunstâncias.

### 3.3 O Perfil dos Prestadores de Serviço à Comunidade ou a Entidades Públicas

Segundo Lima (2004, p. 6, apud Miotto, 2002):

[...] a temática da pesquisa, deve ser inerente a todo processo interventivo, pois, não existe intervenção *sem planejamento e documentação*. São os processos interventivos que garantem auxílio e legalidade a formulação de agendas públicas e a proposição de políticas sociais que responda pela demanda dos usuários e alimente o processo de construção coletiva de reivindicações, afirmações e efetivação dos direitos sociais.

Considerando esse pensamento, faz-se necessário acrescentar ainda, segundo Lima (2004, p. 6, apud Miotto, 2002), em relação ao planejamento, que envolve muitas coisas, como: a construção/reconstrução do objeto; o estudo da situação apresentada; a definição e objetivos para desenvolver as ações; a formulação e escolha de alternativas para subsidiar essas ações; montagem de Planos, Programas e/ou Projetos; a implementação dessas ações, bem como sua implantação; o controle de execução e uma avaliação desse processo, traçando as ações a serem executadas. E, se pensando em alternativas, buscou-se como forma de planejamento desse trabalho, a reestruturação de todo o Programa Cidadão Responsável, visto a urgência de se colocar em atividade e, com eficácia, o trabalho desenvolvido pela Assistente Social, Coordenadora do Programa, que busca a organização dos trabalhos burocráticos, mas prioriza o trabalho a ser desenvolvido com o ser humano, fazendo com que este cumpra sua Medida/Pena Alternativa como um dever, mas que o faça de forma a não ferir seus direitos.

No art. 5º da Constituição da República Federativa do Brasil, nossa lei Maior, deixa-nos claro em seu inciso 49 que:

“E assegurados aos presos o respeito à integridade física e moral”

A complementação do inciso 47, com relação à pena, diz o seguinte:

Não haverá penas:

- a) De morte, salvo em caso de guerra declarada, nos termos do art.84, XLX;
- b) De caráter perpétuo;
- c) De trabalhos forçados;
- d) De banimento;
- e) Cruéis;



Concorda-se com Carvalho (1997, p.115), quando ele afirma, “que a avaliação é um dever ético. As organizações que atuam nas esferas públicas precisam apresentar à sociedade os resultados/produtos de sua ação.” Complementando esses dizeres de Carvalho (1997), é importante ressaltar que a divulgação dos resultados é imprescindível, pois é o que garante a confiabilidade na Instituição e o apoio popular ao trabalho que vem sendo desenvolvido.

O espaço ao alcance da ação profissional do Assistente Social, dentro do Programa Cidadão Responsável, configura-se em um nível privilegiado, já que é a primeira vez que esse profissional é inserido dentro desse Programa, onde pode e deve exercer influência sobre os aspectos sociais ocultos dentro da sua própria demanda, e a partir daí, viabilizar mudanças.

Dentre as atividades rotineiras desenvolvidas pelo Serviço Social destacam-se:

- Atendimentos e encaminhamentos aos cidadãos apenados;
- Visitas semanais à Comarca de São José;
- Visitas mensais às Entidades Conveniadas;
- Elaboração de relatórios mensais referentes ao cumprimento das Medidas e Penas Alternativas;
- Procedimentos operacionais burocráticos de toda documentação que envolve o Programa.

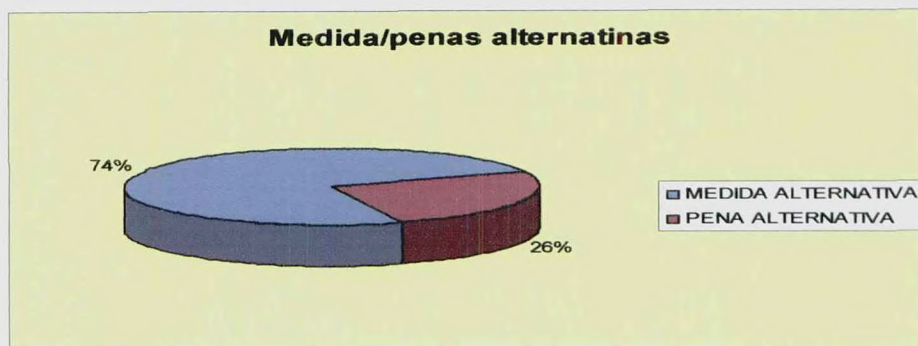
Nessa pesquisa foram analisados **239 (duzentos e trinta e nove)** dossiês dentro do Programa, entre os anos de 2001 e 2005 (dados encontrados no arquivo do Programa). Até maio de 2005 foram arquivados **70(setenta) Autos** por motivos de *conclusão da Medida ou pena; ou entregue a outro juízo ou mesmo em conversão de outro tipo de pena que não seja a Prestação de Serviço à Comunidade*. Após maio de 2005 foram arquivados, mediante o levantamento feito, **mais 89(oitenta e nove) Autos**, restando então, **80(oitenta) Autos**. Desses **80**, apenas **11 (onze)** deles estavam cumprindo regularmente a PSC, o que nos mostra que **69(sessenta e nove) Autos** se encontravam em situação irregular. Desses **69 (sessenta e nove)** pendentes, **23 (vinte e três)** são da Vara Especial Criminal e **46 (quarenta e seis)**, da Vara de Execução Penal.

Vale ressaltar nesses dados que, o número expressivo de Autos pendentes da Vara de Execução Penal está relacionado com o pouco comprometimento desses profissionais que estão à frente dessa Vara. Essa afirmação decorre das várias tentativas frustradas em busca da agilidade para obter informações a respeito desses Autos, apesar da lista encaminhada contendo o rol dos cidadãos que deveriam ser investigados e intimados para prestarem o PSC.

Entretanto, o levantamento foi feito dentro das possibilidades, não obstante os limites institucionais, com base nos **239 (duzentos e trinta e nove) Autos** encontrados dentro do Programa Cidadão Responsável.

O primeiro dado pesquisado:

**Se os cidadãos cumprem mais Medidas Alternativas ou Penas Alternativas:**



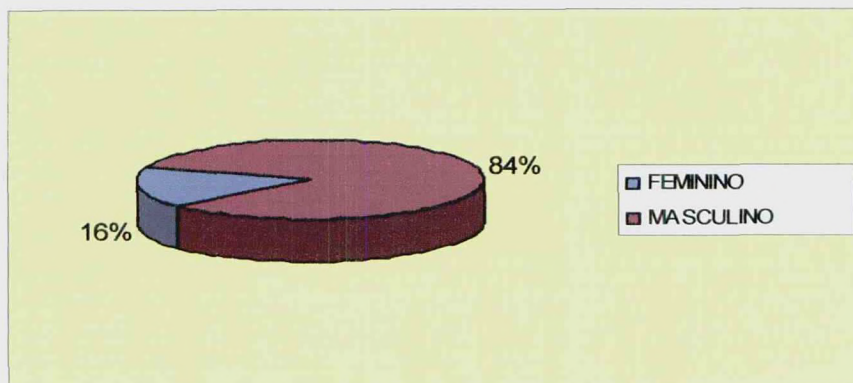
**Fonte:** Dados referentes aos dossiês do arquivo do Programa Cidadão Responsável, no período de maio de 2005 a novembro de 2005.

- Medidas alternativas – 178
- Penas Alternativas – 61

Percebe-se que a maioria dos cidadãos cumprem Medidas Alternativas, onde essas Medidas não ultrapassam a 01(um) ano. No decorrer dessa pesquisa vai se perceber que essas Medidas equivalem ao número de crimes considerados de “Bagatelas”, que segundo Martins (apud Silva, 1997, p. 7) são crimes de pouca significância, não produzindo grande repercussão social, ajustando-se ao princípio da insignificância do Direito Penal e exigindo assim, tímida intervenção do Estado no seu poder repressor.



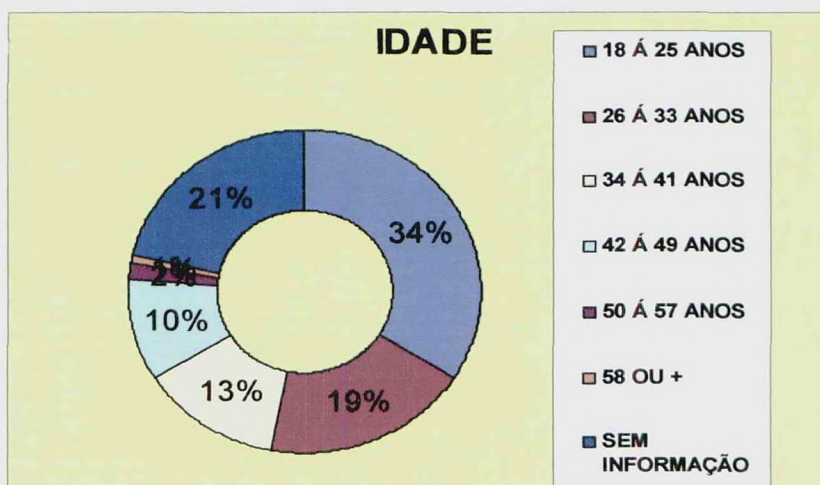
### Outros dados pesquisados: sexo e idade dos cidadãos



**Fonte:** Dados referentes aos dossiês do arquivo do Programa Cidadão Responsável, no período de maio de 2005 a novembro de 2005.

- 16% Feminino
- 84% Masculino

Verificou-se nesse dado que a maioria dos cidadãos que cumprem Medidas e penas alternativas é do sexo masculino, porém, é significativa a presença do sexo feminino. Em pesquisa realizada no Fórum do Norte da Ilha (Florianópolis) quanto ao fator sexo dos prestadores de serviços à comunidade, Santos (2005, p. 40) diz que [...] segundo as informações coletadas, demonstra que a composição da população beneficiada pela prestação de serviços à comunidade é exclusivamente masculina. Já Polmann (1998, p. 53), verificou que [...] a totalidade dos sentenciados que prestam serviços à comunidade na atualidade é do sexo masculino, porém, em outros tempos, houve sentenciados do sexo feminino [...] sendo em número inferior aos do sexo masculino.



**Fonte:** Dados referentes aos dossiês do arquivo do Programa Cidadão Responsável, no período de maio de 2005 a novembro de 2005.

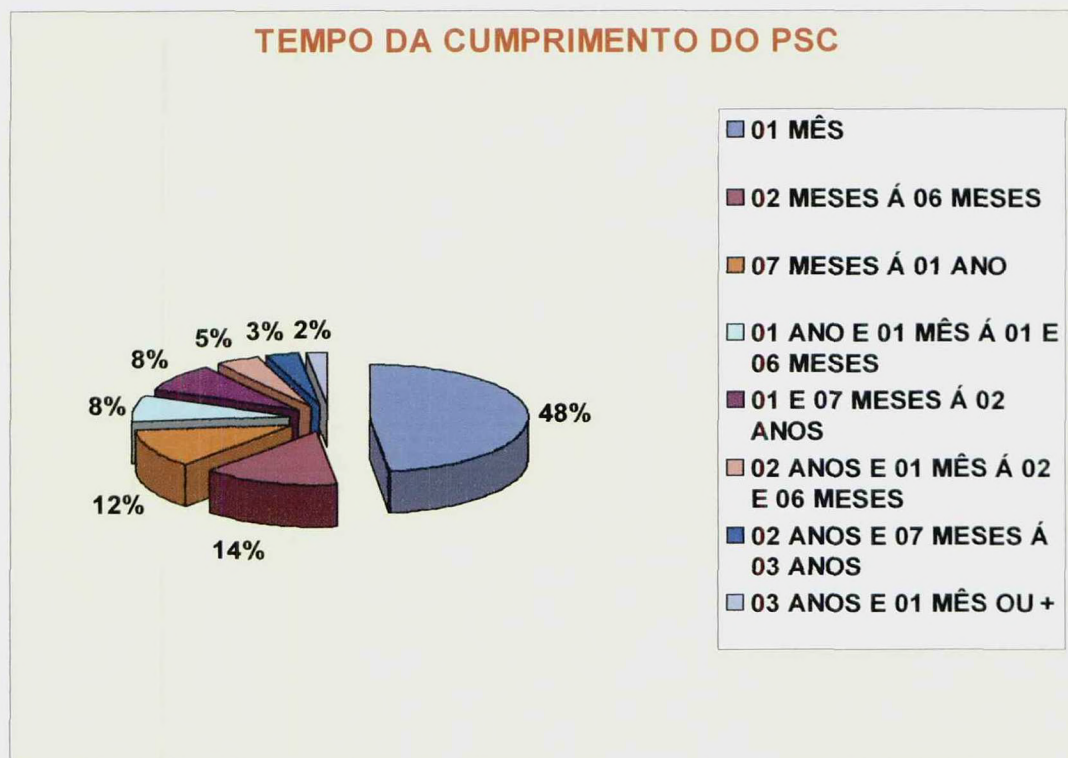
- **34% - 18 a 25 anos**
- **19% - 26 a 33 anos**
- **13% - 34 a 41 anos**
- **10% - 42 a 49 anos**
- **2% - 50 a 57 anos**
- **1% - 58 anos ou mais**
- **21% - Sem Informação.**

Com relação à idade desses cidadãos, podemos observar que o maior índice é constatado na passagem da adolescência para a vida adulta, entre 18 e 25 anos. Em pesquisa sobre o perfil etário, Santos (2005, p. 41) verificou também que o índice nessa fase é mais expressivo e diz que [...] dados indicam que 8 de cada 10 prestadores têm 27 anos ou menos e que mais da metade deles (6 de cada 10 casos) é menor de 24 anos. Já Polmann (1998, p. 54) observou em sua pesquisa [...] que a maioria dos prestadores tem de 20 a 30 anos [...]. Isso reforça que os trabalhos desenvolvidos com os adolescentes precisam ser mais intensos, para que esse índice diminua.



Dados referentes aos delitos:

### Período de cumprimento das Medidas/penas Alternativas:



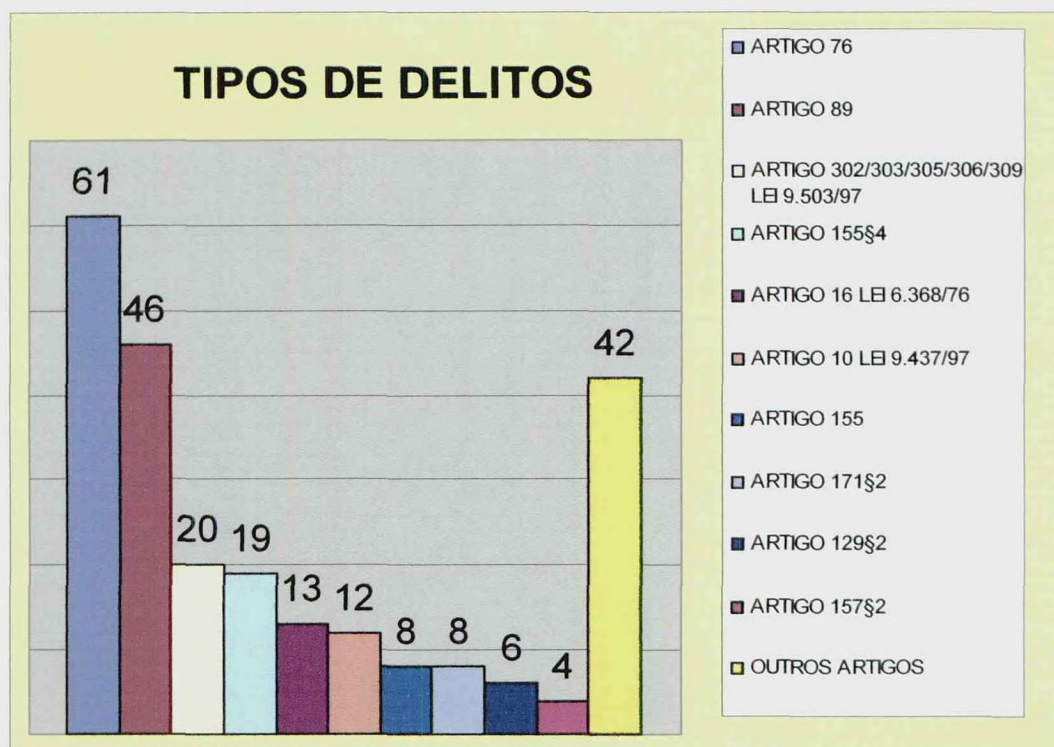
**Fonte:** Dados referentes aos dossiês do arquivo do Programa Cidadão Responsável, no período de maio de 2005 a novembro de 2005.

- 01 mês – 48%
- 02 meses a 06 meses – 14%
- 07 meses a 01 ano – 12%
- 01 ano e 01 mês a 01 ano e 06 meses – 08%
- 01 ano e 07 meses a 02 anos – 08%

- 02 anos e 01 mês a 02 anos e 06 meses – 05%
- 02 anos e 07 meses a 03 anos – 03%
- 03 anos ou mais – 02%

Quanto ao tempo de cumprimento das Medidas e penas alternativas podemos observar que 74% dos 239 Autos pesquisados, se enquadram na Lei 9.099/95, que respalda as Medidas alternativas, mostrando que a maioria dos delitos encontrados no Programa é realmente de baixa lesividade e de menor potencial ofensivo.

## TIPOS DE DELITOS



**Fonte:** Dados referentes aos dossiês do arquivo do Programa Cidadão Responsável, no período de maio de 2005 a novembro de 2005.

Abaixo, podemos verificar quais os tipos de delitos mais frequentes atendidos pelo Programa, conforme gráfico acima:



- **61 – Artigos 76 Lei 9099/95** - Havendo representação ou tratando-se de crime de ação penal pública incondicionada, não sendo caso de arquivamento, o Ministério Público poderá propor a aplicação imediata de pena restritiva de direitos ou multas, a ser especificada na proposta.

§ 1º Nas hipóteses de ser a pena de multa a única aplicável, o Juiz poderá reduzi-la até a metade.

§ 2º Não se admitirá a proposta se ficar comprovado:

I - ter sido o autor da infração condenado, pela prática de crime, à pena privativa de liberdade, por sentença definitiva;

II - ter sido o agente beneficiado anteriormente, no prazo de cinco anos, pela aplicação de pena restritiva ou multa, nos termos deste artigo;

III - não indicarem os antecedentes, a conduta social e a personalidade do agente, bem como os motivos e as circunstâncias, ser necessária e suficiente a adoção da medida.

§ 3º Aceita a proposta pelo autor da infração e seu defensor, será submetida à apreciação do Juiz.

§ 4º Acolhendo a proposta do Ministério Público aceita pelo autor da infração, o Juiz aplicará a pena restritiva de direitos ou multa, que não importará em reincidência, sendo registrada apenas para impedir novamente o mesmo benefício no prazo de cinco anos.

§ 5º Da sentença prevista no parágrafo anterior caberá a apelação referida no art. 82 desta Lei.

§ 6º A imposição da sanção de que trata o § 4º deste artigo não constará de certidão de antecedentes criminais, salvo para os fins previstos no mesmo dispositivo, e não terá efeitos civis, cabendo aos interessados propor ação cabível no juízo cível.

- **46 – Artigos 89 Lei 9099/95** - Nos crimes em que a pena mínima cominada for igual ou inferior a um ano, abrangidas ou não por esta Lei, o Ministério Público, ao oferecer a denúncia, poderá propor a suspensão do processo, por dois a quatro anos, desde que o acusado não esteja sendo processado ou não tenha sido condenado por outro crime, presentes os demais requisitos que autorizariam a suspensão condicional da pena (art. 77 do Código Penal).

§ 1º Aceita a proposta pelo acusado e seu defensor, na presença do Juiz, este, recebendo a denúncia, poderá suspender o processo, submetendo o acusado a período de prova, sob as seguintes condições:

I - reparação do dano, salvo impossibilidade de fazê-lo;

II - proibição de freqüentar determinados lugares;

III - proibição de ausentar-se da comarca onde reside, sem autorização do Juiz;

IV - comparecimento pessoal e obrigatório a juízo, mensalmente, para informar e justificar suas atividades.

§ 2º O Juiz poderá especificar outras condições a que fica subordinada a suspensão, desde que adequadas ao fato e à situação pessoal do acusado.

§ 3º A suspensão será revogada se, no curso do prazo, o beneficiário vier a ser processado por outro crime ou não efetuar, sem motivo justificado, a reparação do dano.

§ 4º A suspensão poderá ser revogada se o acusado vier a ser processado, no curso do prazo, por contravenção, ou descumprir qualquer outra condição imposta.

§ 5º Expirado o prazo sem revogação, o Juiz declarará extinta a punibilidade.

§ 6º Não correrá a prescrição durante o prazo de suspensão do processo.

§ 7º Se o acusado não aceitar a proposta prevista neste artigo, o processo prosseguirá em seus ulteriores termos.

- **20 – Artigo 302/303/305/306/ 309 Lei 9503/97:**

- Art. 303 - Lei 9.503/97 - Homicídio culposo na direção de veículo automotor e homicídio culposo na direção de veículo automotor sem prestar socorro à vítima do acidente.
- Art. 303 - Lei 9.503/97 - Praticar lesão corporal culposa na direção de veículo automotor.
- Art. 305 - Lei 9.503/97 - Afastar-se o condutor do veículo do local do acidente, para fugir à responsabilidade penal ou civil que lhe possa ser atribuída.
- Art. 306 - Lei 9.503/97 - conduzir veículo automotor, na via pública, sob a influência de álcool ou substâncias de efeitos analógicos, expondo a dano potencial a incolumidade de outrem.
- Art.309- Lei 9.503/97 - Dirigir veículo automotor, em via pública, sem a devida permissão para dirigir e habilitação ou, ainda, se cassado direito de dirigir, gerando perigo ou dano.

- **19 - Artigo 155§ 4 - Subtrair, para si ou para outrem, coisa alheia móvel/Furto qualificado:**

- § 4º - com destruição ou rompimento de obstáculo à subtração da coisa;
- II - com abuso de confiança, ou mediante fraude, escalada ou destreza;
- III - com emprego de chave falsa;
- IV - mediante concurso de duas ou mais pessoas.



- **13 - Artigos 16 Lei 6.368/76** – Adquirir, guardar ou trazer consigo, para uso próprio, substâncias entorpecentes ou que determine dependência física ou psíquica.
- **12 - Artigo 10 Lei 9.437/97** – Possuir, deter, portar, fabricar, adquirir, vender, alugar, expor à venda ou fornecer, receber, ter em depósito, transportar, ceder, ainda que gratuitamente, emprestar, remeter, empregar, manter sob guarda e ocultar arma de fogo, de uso permitido, sem a autorização e em desacordo com determinação legal ou regulamentar.
- **08 -Artigo 171§2** – Estelionato e outras fraudes: Obter, para si ou para outrem, vantagem ilícita, em prejuízo alheio, induzindo ou mantendo alguém em erro, mediante artifício, ardil, ou qualquer outro meio fraudulento.
- **08- Artigo 155 --** Subtrair, para si ou para outrem, coisa alheia móvel.
- **06 – Artigo 129§1** - Ofender a integridade corporal ou a saúde de outrem: Lesão corporal de natureza grave.
- **04 – Artigo 157§ 2** - Subtrair coisa móvel alheia, para si ou para outrem, mediante grave ameaça ou violência a pessoa, ou depois de havê-la, por qualquer meio, reduzido à impossibilidade de resistência.
- **42- Outros tipos de artigos**

Observamos com esses dados que o maior índice se encontra na relação dos tipos de delitos dos artigos 76 e 89 da Lei 9.099/95, pois todos sabem que esses artigos não fazem parte da Lei Penal, mas sim da Lei que dispõe sobre os Juizados Especiais cíveis e criminais e outras providências. Entretanto, é assim que chega o termo de audiência enviado pelo Fórum de São José ao Programa Cidadão Responsável.

É interessante ressaltar que, para o Fórum, o apenado está enquadrado nesses dois artigos; o papel do mediador do Programa é, inicialmente, tentar compreender qual o tipo do delito cometido pelo cidadão, além de fazer a triagem e dar os devidos procedimentos. Mesmo que o apenado lhe forneça essa informação, o mediador ainda tem a incumbência de desmistificar a sua veracidade.



Talvez coubesse ao Programa verificar o tipo de delito através da internet, no site do Tribunal de Justiça ([www.tj.sc.gov.br](http://www.tj.sc.gov.br)) ou mesmo por telefone com o Fórum de São José, porém, isso se constituiria em mais uma burocracia para reparar as lacunas deixadas por aqueles que cuidam desse trabalho, o que só reforçaria a idéia de que não há, ainda, entre o Fórum de São José e o Programa Cidadão Responsável, uma comunicação eficiente e uma boa parceria, estas, necessárias ao bom funcionamento do Programa.

Difícil acreditar que essa dificuldade existe, mas ela é real. O trabalho conjunto não acontece e percebe-se com clareza o desrespeito pelo trabalho desenvolvido pelo Programa, sendo a Prestação de Serviços à Comunidade considerado um Programa desvalorizado, seja pela insatisfação do trabalho desenvolvido ou pelo próprio descrédito da versão sonhadora de que a prestação de serviços à comunidade ressocializa e reeduca o cidadão.

É interessante frisar que se tentou obter do Fórum de São José os respectivos tipos de delitos, nos quais se enquadravam os cidadãos citados nos artigos 76 e 89 da Lei 9.099/95 dessa pesquisa, porém, o Programa não foi atendido, com a alegação de que não era permitido se ter acesso a esse tipo de informação. Não informaram, também, se esse é um procedimento padrão, em virtude do sigilo dos dados. Para o Programa, que administra a triagem desses cidadãos, bem como os encaminhamentos às Entidades e o acompanhamento da Medida até sua finalização, mister que se tenha à mão informações complementares àquelas que se detecta no momento da entrevista (triagem).

Os profissionais responsáveis pela administração do Programa Cidadão Responsável questionam as lacunas que restaram abertas nesta pesquisa, haja vista o descaso demonstrado pelo Fórum de Justiça neste Programa específico - Prestação de Serviços à Comunidade -, levando esses profissionais a interpretá-lo como falta de confiança no próprio Programa, que não conseguiu, ainda, a confiabilidade necessária para obter informações fundamentais à implementação do Programa. E se perguntam: para que serve a parceria? Para que serve o convênio firmado? Qual a finalidade da Prestação de Serviços à comunidade?

Em síntese, podemos afirmar que a parceria firmada não valoriza, da maneira como deveria, o trabalho que vem sendo desenvolvido. Lembra-nos Iamamoto (1998, p.61) que, qualquer processo de trabalho precisa de uma matéria-prima ou objeto sobre o



qual incide a ação do sujeito, ou seja, o trabalho desenvolvido requer meios e instrumentos para que possam serem efetivados, a fim de trazerem resultados.

Iamamoto (1998, p. 60) nos fala mais sobre essa questão do trabalho e diz que:

O trabalho é uma atividade fundamental do homem, pois mediatiza a satisfação de suas necessidades diante da natureza e de outros homens. Pelo trabalho, o homem se afirma como um ser social e, portanto, distinto da natureza. [...] É por meio do trabalho que o homem se afirma como um ser que dá respostas prático-conscientes aos seus carecimentos, às suas necessidades.

Assim, conclui-se que as Instituições parceiras - Programa Cidadão Responsável e Fórum de São José - não mantêm um trabalho integrado, o que prejudica sobremaneira a dinâmica do Programa de Prestação de Serviços à Comunidade, que poderia alcançar melhores resultados, se ambas trabalhassem com o mesmo objetivo. Com isso, poderiam promover, permanentemente, os ajustes necessários ao cumprimento das Medidas e penas alternativas.

Quanto ao tipo de delito cometido, verificou-se que 107 dos 239 Autos pesquisados se enquadram na Lei 9.099/95, que dispõe sobre as Medidas alternativas (aqueles que se encontram identificados como artigo 76 e 89 da respectiva Lei e não constam em nenhum registro quanto ao tipo de infração cometida pelo apenado). Ainda a respeito do tipo de delito cometido, podemos destacar os mais habituais dentro do programa que são: *os Artigos 302/303/305/306/309 Lei 9503/97(Lei de Trânsito), os Artigos 155, os Artigos 155§4, os Artigos 16 Lei 6.368/76, os Artigos 10 Lei 9.437/97, os Artigos 171§2,, os Artigos 129§1, os Artigos 157§ 2* e outros tipos de artigos que por não se tratarem de números expressivos para a pesquisa, foram enquadrados como “outros tipos de artigos”( ANEXO V).

De acordo com o gráfico anterior, verificou-se que a maior incidência de delitos está relacionada ao artigo 302/303/305/306/309 da Lei 9503/97 (Lei de trânsito). Entretanto, não podemos nos basear neste dado como sendo definitivo, pois, pelo número expressivo de dados não informados pelo Fórum de São José (artigo 76 e 89 da Lei 9.099/95) consideramos equivocado apontar esse dado como definitivo, já que as informações quanto ao tipo de delitos mais frequentes no Programa se encontram “embutidos” dentro de uma burocracia ou procedimento que só a algumas pessoas interessam.

Santos (2005, p. 53) verificou em sua pesquisa que o maior índice quanto ao tipo de delitos está relacionado ao porte de drogas [...] a maioria dos delitos praticados pelos prestadores de serviços foi o de porte de drogas, mais especificamente, a maconha. Já Polmann (1998, p. 58) observou que [...] a maioria dos delitos são de furto simples.

Outro dado pesquisado nesta pesquisa foi o número de convênios firmados com Instituições durante os anos de 1998 a 2005 (1998 foi o ano de fundação do Programa Cidadão Responsável na Secretaria da Ação Social), com o objetivo de verificar as opções de encaminhamentos para os cidadãos apenados, visando com isso, facilitar ao cidadão a sua locomoção à Instituição designada. É imprescindível lembrar que o Programa facilita aos cidadãos o cumprimento da prestação de serviços à comunidade, próximos as suas residências. Quando isso não é possível, torna-se um dos principais dificultadores ao cumprimento integral das Medidas/Penas Alternativas, pois, nas entrevistas realizadas, a maioria dos cidadãos apenados é pobre e não possui recursos para locomoção. Diferentemente do que constatou Santos (2005, p. 56) em sua pesquisa, quando concluiu que [...] grande parte da população prestadora de serviços à comunidade, atendida pelo Serviço Social do Fórum do Norte da Ilha, é oriunda das camadas mais “elitizadas” da sociedade, com famílias que os sustentam economicamente.

#### Números de convênios realizados entre 1998 a 2005 dentro do Programa Cidadão Responsável:



**Fonte:** Dados referentes aos dossiês do arquivo do Programa Cidadão Responsável, no período de maio de 2005 a novembro de 2005.



- Ano de 1998- **05 Convênios**
- Ano de 1999- **01 Convênios**
- Ano de 2000- **02 Convênios**
- Ano de 2001- **01 Convênios**
- Ano de 2002- **01 Convênios**
- Ano de 2003- **01 Convênios**
- Ano de 2004- **01 Convênios**
- **Ano de 2005- 06 Convênios**
- Sem data- **04 Convênios**

Os convênios foram realizados num total de 22 (ANEXO VI), sendo oportuno observar que o maior número foi no ano de 2005, na atual Coordenação de Serviço Social, quando se tornaram necessários e indispensáveis, já que não haviam opções para encaminhamentos dos cidadãos em sua própria comunidade.

## IV CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente trabalho teve por finalidade mostrar como vinha sendo administrado o Programa de Prestação de Serviços à Comunidade, na Secretaria da Ação Social, mais precisamente dentro do “Programa Cidadão Responsável”, cujo convênio, de nº 41/98, foi firmado entre o Fórum e a Prefeitura do município de São José.

Com a inserção do profissional de Serviço Social, mostrou-se necessária uma reestruturação em todo o Programa, com a elaboração de um procedimento padrão para seu funcionamento, detalhando passo a passo os encaminhamentos dos cidadãos, bem como o entendimento com o Fórum de São José e com as entidades conveniadas.

Entretanto, para que essa reestruturação se tornasse viável, foi necessário que se fizesse, também, uma pesquisa que apontasse o perfil da população prestadora de serviços à comunidade, que era atendida pelo Programa Cidadão Responsável. Esta foi de suma importância, pois, comprovadamente, não se tinha no Programa nenhum dado com o qual pudesse se basear.

Realizada a pesquisa, concluiu-se que a maioria dos cidadãos que cumprem prestação de serviços à comunidade está enquadrada na Lei 9.099/95, demonstrando que essa parcela significativa de cidadãos cumpre Medida alternativa e está respondendo por delitos realmente de menor potencial ofensivo.

Concluiu-se, também, que, com relação ao sexo e idade, a maioria é do sexo masculino, porém, é significativa a presença do sexo feminino. Em relação à faixa etária, percebeu-se que a maioria é jovem e encontra-se na faixa de idade entre a adolescência e a vida adulta.

Quanto ao tipo de delito, verificou-se que a incidência deles está relacionada aos artigos 302/303/305/306/309 da Lei 9503/97<sup>11</sup>. Porém, este dado não é considerado definitivo, pois se levou em conta o número expressivo de dados não informados pelo Fórum de São José (artigo 76 e 89 da Lei 9.099/95), sendo, portanto, um equívoco apontar esse dado como conclusivo.

---

<sup>11</sup> Já descritos na pg. 67



Constatou-se, ainda, que o número de convênios realizados no ano de 2005, ano da atual Coordenação, foi superior aos realizados entre 2001 e 2004, reforçando assim, o diferencial do trabalho do Assistente Social frente a esse Programa.

Ao levantar o perfil dos prestadores de serviços, considerando as dificuldades para obter as informações que a pesquisa exigia, tanto dentro da área institucional do Programa, quanto fora dela, verificou-se que realmente as “Medidas e penas alternativas” correspondiam ao que propunha o Manual de Aplicação das Penas e Medidas Alternativas, do Ministério da Justiça (2000, p. 09). “[...] penas alternativas aplicadas aos delitos de baixa lesividade têm funcionado com elevado índice de ressocialização [...]”. Então, foi necessário fazer uma ponte entre as “possíveis” causas desses delitos com as Medidas e penas alternativas, cujo objetivo principal, pela Lei dos Juizados Especiais, segundo Luz (2000, p. 120) [...], é buscar a ressocialização do infrator.

No decorrer desse trabalho, propôs-se então uma reflexão sobre as questões acopladas dentro das motivações que levam as pessoas a cometerem vários tipos de delitos, sendo eles de menor potencial ofensivo ou não. Partiu-se do ponto que, de certa forma, todas essas pessoas infratoras também sofrem, diariamente, violações de seus direitos (constitucionalmente adquirido) pelos seus governantes, e nem por isso são ressarcidos dessa violação, o que só reforça as palavras de Foucault (1987, p.229) onde ele diz que “seria hipocrisia ou ingenuidade acreditar que a lei é feita para todos e em nome de todos”.

Faço minhas as palavras de Polmann (1998, p. 87) onde ela diz com propriedade que:

A maior violência não se encontra nos pequenos delitos, e sim nos grandes “crimes” cometidos pelos que detêm o poder, o dinheiro, isto é, a situação de vida perpassada pela violência da exclusão, da falta de alternativa, da carência, é que levam várias pessoas a procurarem um meio de sobrevivência pouco convencional. Em sua maioria são pessoas humildes, que não tiveram acesso à educação, à saúde, habitando em locais sem o mínimo de infra-estrutura e recebendo quando tem emprego um salário miserável.

A verdadeira violência encontra-se em privar os indivíduos de uma vida decente, onde possa ter um mínimo de dignidade para sua sobrevivência, sem estarem à margem da criminalidade.



Diante dessa realidade, questionou-se neste trabalho se as Medidas e penas alternativas de fato correspondem aos seus propósitos: ressocializar, reeducar e reinserir o cidadão apenado. Neste caso, tomando por base o Programa de Prestação de Serviços à Comunidade, podemos afirmar que o Programa Cidadão Responsável não conseguiu, ainda, atender integralmente os dispositivos do Provimento nº 10/92 (já mencionado nos capítulos anteriores), por absoluta carência de recursos - falta de profissionais qualificados para tal finalidade e infra-estrutura deficitária para desempenhar um bom trabalho -, o que, só por isso, impede que se alcance, definitivamente, o espírito da Medida, que prevê a *Ressocialização, Reeducação e Reinserção* dos cidadãos à sociedade. Neste trabalho específico, mostraram-se como meras coadjuvantes do Programa.

A questão abordada anteriormente sobre a difícil comunicação entre o Programa Cidadão Responsável e o Fórum de São José leva-nos a avaliar que ambos ainda estão se adequando ao Programa e ajustando pontos obscuros, à medida que as dificuldades vão surgindo. Assim, aos poucos, vão sendo trabalhados seus objetivos. A falta de comunicação entre ambos pode ter sido um dos fatores preponderantes para que o Programa de Prestação de Serviços à Comunidade chegasse ao estágio que chegou, isto é, sendo trabalhado de maneira burocrática, por vezes ineficiente, e sem que se cogitasse a possibilidade dessas penas e Medidas alternativas cumprirem, eficientemente, seu papel ressocializador e reeducador.

Para que as Medidas e penas alternativas cheguem ao estágio almejado pelo Ministério da Justiça, de acordo com os objetivos preconizados em seu Manual de Aplicação das Penas e Medidas Alternativas (2000), ainda falta muito. Sugere-se que para os Mediadores (pessoas qualificadas que recebem esses cidadãos apenados) seja possibilitado um acompanhamento técnico permanente, para que estes possam prestar contas das ações desenvolvidas, seus índices de inadimplência, suas dúvidas e sugestões. Fundamental que se dê a eles suporte efetivo para este trabalho específico - PSC -, cuja base estrutural apresenta boas condições para resultados do mesmo nível. Os caminhos a serem trilhados para o alcance desses objetivos deverão tomar uma outra direção: o da humanização, contrariando a prática atual, que é a burocratização.

Enfim, este trabalho de conclusão de curso pretendeu mostrar algumas lacunas existentes no Programa Cidadão Responsável, mais precisamente, no que tange às



prestações de serviços à comunidade, deixando aqui, alguns subsídios para futuras intervenções profissionais. Acredita-se que o sucesso do Programa dependerá do respaldo Institucional que, doravante, deverá priorizar o profissional de Serviço Social na condução do trabalho, o que, com certeza, garantirá a sua autonomia e a sua eficácia.

## V REFERÊNCIAS BIBLIOGRAFICAS

**ANDRADE**, Vera Regina Pereira de. **Sistema penal máximo x cidadania mínima**. Códigos da violência na era da globalização. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2003.

**ARAÚJO**, Edna del Pomo. **Vitimização Carcerária: visão sociológica**. Available from: <<http://www.mj.gov.br/Depen/pdf/Vitimiza>>.

**ARRETCHE**, M. T. **Tendências no estudo sobre avaliação. Avaliação de políticas sociais: uma questão em debate**. São Paulo: Ed. Cortez, 1998.

**BAPTISTA**, Myrian Veras. **Planejamento Social: intencionalidade e instrumentação**. Ed. Veras São Paulo, 1999.

**BRASIL**, Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. 27. Ed. São Paulo: Saraiva, 2001.

**BITENCOURT**, C.R. **Falência da Pena de Prisão – causas e alternativas**. São Paulo. Ed. Revista dos Tribunais, 1993.

**BOURDIEU**, Pierre. **O poder simbólico**. 8. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2005.

\_\_\_\_\_. **Sobre a televisão**. Rio de Janeiro: Ed. Jorge Zahar, 1997.

\_\_\_\_\_. **O Desencantamento do mundo**. São Paulo: Perspectiva, 1979.

**BRANDT**, Daiana. **A influência da mídia na construção da cultura do medo quanto à criminalidade**. **Jus Navigandi**, Teresina, ano 9, n. 753, 27 jul. 2005. Disponível em: <<http://jus2.uol.com.br/doutrina/texto.asp?id=7071>>. Acesso em: 06 dez. 2006.

**CANOTILHO**, José Joaquim Gomes. **Direito constitucional e teoria da constituição**. 2. ed., Lisboa: Almedina, 1998.

**GARCIA**, Flúvio Cardinelle Oliveira. **Os Fins da Pena no Estado Democrático de Direito**. **Jus Vigilantibus**, Vitória, 24 Mai. 2004. Disponível em: <[http://jusvi.com/doutrinas\\_e\\_pecas/ver/906](http://jusvi.com/doutrinas_e_pecas/ver/906)>. Acesso em: 02 Jan. 2007.

**CANTO**, Dilton Ávila. **Regime Inicial de Cumprimento de Pena Reclusiva ao Reincidente**. Dissertação Mestrado em Direito. Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2000.

**CHAUI**, Marilena. **Sobre o medo, sentidos da paixão**. Org. Adauto Novaes. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.

**CINQUE**, Milton Carlos. **A CRIMINALIDADE E A CHACINA SOCIAL – Suas Analogias e Consequências**, Monografia de Conclusão do Curso de Direito da Universidade Estadual de Londrina. 2000.



**COYLE A (1999) Penas Alternativas a Prisão, in: Seminário sobre as Novas Tendências e Perspectivas do Direito: *British-Brazilian Law Week 1998*, Ministério da Justiça, Brasília.**

**DEPEN – Departamento Penitenciário Nacional. Sistema penitenciário no Brasil – Diagnostico e propotas.** Ministério da Justiça, 2005.

**DUTRA, Valvim M.** Extraído de Enciclopédias **Projeto Renasce Brasil**, <<http://www.renascebrasil.com.br>>. Capitulo III e IX, 2005.

**ESCOREL, Sarah. Conceituando e Contextualizando a Exclusão Social. TEMAS CODEPLAN 2: Políticas Públicas: Exclusão Social. Companhia do Desenvolvimento do Planalto Central,- Brasília: CODEPLAN, 1998.**

**FAGÚNDEZ, Paulo Roney Ávila. Raízes da Violência.** 2000.Disponível em: C:\Documents and Settings\Owner\My Documents\pasta textos\RAÍZES DA VIOLÊNCIA.htm . Acesso em 02 Jan. 2007.

**FRANCO, Alberto Silva. Crimes hediondos.** 4. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2000.

**FOUCAULT, Michel. Vigiar e punir: a história da violência nas prisões.** 26. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2002.

**GUINDANI, M. K. A. Tratamento Penal: a dialética do instituído e do instituinte,** Serviço Social & Sociedade, São Paulo, n° 67, p.38- 52, Ed. Coretz, 2001.

**GOMES, Luiz Flávio. Suspensão Condicional do Processo penal.** São Paulo. Editora Revista dos Tribunais, 2ª.edição, 1997.

**GOFFMAN, Erving. Manicômios, Prisões e Conventos.** Tradução de Dante Moreira Leite. 6.ed. São Paulo, Perspectiva, 1961.

**HOBBS, Thomas. O Leviatã ou matéria, forma e poder de um Estado Eclesiástico e Civil.** In *Os Pensadores*, 4. ed. São Paulo: Cultura, 1998.

**IAMAMOTO, Marilda. O Serviço social na Contemporaneidade.** São paulo, Cortez, 2001.

**LIMA, Flávio Augusto Fontes de. Penas e medidas alternativas: avanço ou retrocesso?** in [www.direitocriminal.com.br](http://www.direitocriminal.com.br), 08.06.2001. Acesso em 02 Jan. de 2007.

**LIMA, Telma Cristiane Sasso de. Serviço Social e Intervenção Profissional.** Florianópolis, UFSC/CSE/DSS, 2004, Mimeo

**LUZ, Orandyr Teixeira. Aplicação de Penas Alternativas,**Ed. A-B Cultura e qualidade, 2000.

**MANUAL DE MONITORAMENTO DAS PENAS E MEDIDAS ALTERNATIVAS.** Brasília: Secretaria Nacional de Justiça, Central Nacional de Apoio e Acompanhamento às Penas Alternativas, 2000.



**MATTA, Roberto da. As Raízes da Violência no Brasil: reflexões de um antropólogo social. In: A Violência Brasileira. São Paulo: Ed.Brasiliense.**

**MARTINS, Jorge Henrique Schaefer. Penas Alternativas: Comentários da Lei Nº9.714/98. Ed. Juruá, 1999.**

**MEDEIROS, Andréa dos Santos Silva. O Combate a prisão perpetua acima da Lei. O Serviço social na luta pelos direitos humanos de presos doentes mentais.**

**MENDES, C. M. Penas Alternativas: aspectos favoráveis da prestação de serviço à comunidade ou entidades públicas. Florianópolis, 2004 (trabalho de conclusão de curso) Centro sócio- econômico. Departamento de serviço social. Universidade Federal de Santa Catarina.**

**MELLO, H.A e GOMES, M.F. L. Uma análise sócio- estrutural do cumprimento da pena em regime fechado de segurança máxima: o caso do instituto de reeducação penal. Florianópolis, 2004.**

**MICHAELIS. Moderno dicionário da língua portuguesa. São Paulo: Melhoramentos, 2003.**

**MICHAUD, Yves. A violência. São Paulo, Editora Ática, ano 1989.**

**MINAYO, M.C.S. (1994). A Violência Social sob a Perspectiva da Saúde Pública. In: Cadernos de Saúde Pública. Rio de Janeiro, n. 10.**

**MIRABETE, Júlio Fabrine, Execução Penal, 9ª ed. São Paulo: Atlas, 2000.**

**MOREIRA, Elizabeth Huber. A mídia e o exercício do poder na atualidade. Santa Cruz do Sul, RG: EDUNISC. 2002.**

**OLIVEIRA, André Luiz Corrêa de. Pressupostos para uma análise crítica do sistema punitivo. Jus Navigandi, Teresina, a. 10, n. 872, 22 nov. 2005. Disponível em: <<http://jus2.uol.com.br/doutrina/texto.asp?id=7612>>. Acesso em: 27 Jan. 2007.**

**PASTANA, Débora Regina. Cultura do medo, reflexões sobre violência criminal, controle social e cidadania no Brasil. São Paulo: Método, 2003. 157 p.**

**POLMANN, Adriana Aparecida. Pena Alternativa de prestação de serviço à comunidade: uma opção ao sistema judiciário. (trabalho de conclusão de curso) Centro sócio- econômico. Departamento de serviço social. Universidade Federal de Santa Catarina, 1998.**

**SANTOS, Marcela. Claudino. Criminalidade e desigualdade social: uma realidade no processo de aplicação da medida alternativa de prestação de serviços à comunidade - Florianópolis. (trabalho de conclusão de curso) Centro sócio- econômico. Departamento de serviço social. Universidade Federal de Santa Catarina, 2005.**



**SIQUEIRA, J. R.** Otrabalho e a assitencia na reintegração do preso à sociedade, Serviço Social & Sociedade, São Paulo, nº 67, p.53- 75, Ed. Coretz, 2001.

**TOURAINÉ, Alain.** *Crítica da modernidade*. 3 ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 1995.

**THOPSON, Augusto.** *A questão Penitenciária*. 4ª ed. Rio de Janeiro: Forense, 1993.

**TOLEDO, Francisco de Assis.** *Princípios básicos de direito penal*. 5. ed. São Paulo: Saraiva, 1994.

**TORRES, A. A.** *Lei de Execução penal em vigor e as atribuições do serviço social no sistema penitenciário*. Florianópolis, 2004.

**WACQUANT, Loïc.** *As prisões da miséria*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.

**SOUZA, Marcus Valério Guimarães.** *A importância das penas alternativas na recuperação do apenado*. <http://www1.jus.com.br/doutrina/texto.asp?id=954>. 04.1999; Acesso em: 27 Jan. 2007.

## **ANEXOS**



## **ANEXO I**



Estado de Santa Catarina  
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ

**TERMO DE CONVÊNIO Nº 041/98**

**TERMO DE CONVÊNIO QUE ENTRE SI CELEBRAM  
O MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ (SC) E O JUÍZO  
CRIMINAL DA COMARCA DE SÃO JOSÉ (SC).**

**MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ**, pessoa jurídica de direito público interno, CGC nº 82.892.274/0001-05, com sede na Praça Arnaldo Souza, nº 38, nesta cidade, neste ato representada pelo Sr. Dário Elias Berger, Prefeito Municipal, doravante denominada de PREFEITURA e o **JUÍZO CRIMINAL DA COMARCA DE SÃO JOSÉ**, neste ato representado pela Dra. Maria Elqísa Neves May, Juíza de Direito Substituta em exercício na Vara Criminal desta Comarca, doravante denominado de JUÍZO CRIMINAL, celebram o presente Convênio de cooperação, mediante as seguintes cláusulas e condições:

**CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO:**

O presente convênio tem por objetivo a implantação de programa de cooperação entre os Poderes intervenientes que possibilitará a execução das penas restritivas de direito na forma de Prestação de Serviços à Comunidade que forem impostas pelo Juízo Criminal, de forma a atender e cumprir fielmente o espírito da Lei Penal e Provimento nº 10/92 da Corregedoria Geral de Justiça. A este programa, dar-se-á o nome de "PROGRAMA CIDADÃO RESPONSÁVEL".

**CLÁUSULA SEGUNDA - DAS OBRIGAÇÕES DA PREFEITURA:**

- a) - receber o apenado sempre que acompanhado de ofício do Juízo Criminal da Comarca de São José, direcionando-o, com o auxílio de um Assistente Social, à Instituição ou Órgão onde prestará seus serviços em cumprimento a decisão judicial;





Estado de Santa Catarina  
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ

- b) - comunicar ao Juízo Criminal da Comarca de São José, no prazo máximo de 5 (cinco) dias da data da apresentação do sentenciado, a destinação do apenado, fornecendo o endereço completo da Instituição ou Órgão que o recebeu;
- c) - manter prontuário completo de todo sentenciado, nele fazendo constar a guia de execução com os dados pessoais deste, o número do Processo Criminal, a infração cometida, a data da sentença, a pena que foi aplicada, a data da apresentação do sentenciado ao servidor municipal, o local onde cumprirá a pena, o serviço que prestará, a assiduidade, bem como anotações sobre o comportamento do apenado;
- d) - comunicar ao Juízo Criminal da Comarca de São José (SC), mensalmente, até o dia 05 (cinco) de cada mês, a assiduidade e o comportamento do sentenciado, durante todo o prazo de cumprimento da pena;
- e) - prestar orientação técnica, através da Assistência Social, sempre que o sentenciado dela necessitar;
- f) - fiscalizar o correto cumprimento da sentença diretamente no local da prestação do serviço imposto, bem como o tratamento que os apenados vem recebendo das pessoas que com estes conviverem durante o cumprimento da pena, no seu ambiente de trabalho, comunicando ao Juízo Criminal da Comarca de São José (SC), qualquer fato ou ocorrência desabonadora tanto dos sentenciados quanto das pessoas que com eles se envolverem;
- g) - manter cadastro de entidades públicas ou privadas que possam receber a prestação de serviços dos sentenciados objeto deste convênio, na conformidade do que dispõe os itens 2 e 7 do Provimento nº 10/92 acima citado;
- h) permitir, incondicionalmente a fiscalização do Órgão do Ministério Público da Comarca de São José (SC), prestando-lhe todas as informações que forem solicitadas.

**CLÁUSULA TERCEIRA - DAS OBRIGAÇÕES DO TRIBUNAL:**

O JUÍZO CRIMINAL, através do Juiz da execução criminal da Comarca de São José (SC), compromete-se a:





Estado de Santa Catarina  
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ

- a) - fazer apresentar mediante ofício acompanhado de cópia do termo da Audiência Admonitória, da guia de execução e cópia da sentença, os apenados com "penas restritivas de direito de prestação de serviços à comunidade" à PREFEITURA, diretamente ao servidor que for, pelo Chefe do Poder Executivo Municipal, designado a cumprir deste Convênio;
- b) - instruir e preparar os servidores municipais que estarão encarregados da missão objeto deste Convênio;

**CLÁUSULA QUARTA - DAS PROIBIÇÕES:**

- a) A PREFEITURA não poderá, a qualquer título e sob qualquer pretexto modificar, quer quanto a sua modalidade ou quantificação a sentença e / ou guia de execução que, por este convênio, receber para dar cumprimento;
- b) - não será permitida, a qualquer título e sob qualquer pretexto, a concessão de qualquer regalia que não constar expressamente no decreto condenatório ou que não advier de autorização expressa do Juízo Criminal da Comarca de São José (SC);
- c) - nenhum sentenciado poderá ser submetido ao cumprimento de sua pena em estabelecimento de direito privado que, de alguma forma, objetivar lucro financeiro;

**CLÁUSULA QUINTA - DO PRAZO:**

O prazo estabelecido para a execução deste convênio será indeterminado vigorando a partir de sua homologação pela egrégia Câmara Municipal de Vereadores (art. 77 da Lei Orgânica Municipal).





Estado de Santa Catarina  
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ

**CLÁUSULA SEXTA - DA RESCISÃO:**

O presente convênio poderá ser rescindido unilateralmente pelo JUIZO CRIMINAL quando comprovada qualquer irregularidade que implique no descumprimento de quaisquer das cláusulas aqui previstas, acarretando, neste caso, a imediata suspensão do mesmo.


Poderá haver rescisão, também, por mútuo consenso das partes, a qualquer época.


**CLÁUSULA SÉTIMA - DO FORO:**


As questões decorrentes da execução do presente convênio serão dirimidas pelo Juiz das Execuções Criminais da Comarca de São José, e, quando necessário, conjuntamente com a PREFEITURA.

E, para a completa validade do que ficou acordado, firmam o presente convênio em 03 (três) vias, de igual teor e forma.

São José, em 22 maio de 1998.

  
**DÁRIO ELIAS BERGER**  
Prefeito Municipal

  
**DRA. MARIA ELOÍSA NEVES MAY**  
Juíza de Direito Substituta



## **ANEXO II**





**Procedimento Operacional Padrão para atendimento**  
**Programa Cidadão Responsável**

- 1- Atender o cidadão desde que este esteja munido dos autos e do devido encaminhamento do judiciário;
- 2- Preencher ficha de Apresentação ao Programa Cidadão Responsável, marcando data da entrevista com a assistente social;  
**Modelo:** meus documentos/cidadão responsável/ficha de apresentação.

**Ficha de Apresentação ao Programa Cidadão Responsável**

Data de apresentação ao programa ____ / ____ / ____.
Nome: _____
N.º dos autos: _____
Entrevista com a assistente social marcada para ____ / ____ / ____.
Horário: _____
Assinatura do Funcionário responsável pelo atendimento _____
Fone: (0xx48) 281-6742

- 3- Após a entrevista, o assistente social informará ao técnico administrativo do Programa, a entidade que o cidadão prestará o PSC, seguidos dos dias e horário do cumprimento do mesmo, através do formulário de encaminhamento em duas vias. Sendo que um formulário deverá ser arquivado na pasta do cidadão e a outra entregue ao mesmo para a apresentação à entidade.

**Modelo:**

Nome: _____	Idade: _____
Prazo: _____	Carga _____
Horária: _____	Horário: _____
Dia (s) da _____	
Semana _____	
Instituição: _____	
Data de Início: _____	Data de _____
Término _____	
Responsável pela Entidade _____	
Função _____	
Obs: _____	
N.º dos autos: _____	
Data ____ / ____ / ____.	
<p style="text-align: center;">_____ (Assinatura e carimbo do profissional responsável)</p>	
Fone: (0xx48) 281-6742	

- 4- Encaminhar ofício à Entidade que o cidadão prestará serviço comunitário (em três vias sendo: uma via arquivar nos autos, uma via para entidade e uma via para controle da secretaria setor adm.), informando o período do PSC (início e término), os dias da semana e respectivos horários a serem cumpridos, assim como a função que o mesmo deverá desempenhar. É importante salientar a importância da entidade estar encaminhando mensalmente o relatório de frequência ao Programa Cidadão Responsável, para o devido encaminhamento ao Fórum.

Modelo: Arquivo/meus documentos/ofício 2005/ofício para entidade apresentação.

Ofício nº xxx/2005/DASI

São José, xx de xxxxxxxx de 2005.

Senhor (a) Presidente do xxxxxxxxxxxxxx  
xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx  
Rua: xxxxxxxx, nº - bairro  
88100-000 – São José – SC

Assunto: **Autos nº 000.00.000000-0**  
Senhor (a),

1. Cumprimentando-o (a) cordialmente, vimos por meio deste informar que o Sr. xxxxxxxxxxxxxxxxxxxx, apresentou-se à Secretaria da Ação Social dia xx/xx/xxxxx;
2. Irá cumprir a Prestação de Serviços à Comunidade nesta entidade, (nome da entidade) xxxxxxxxxxxx, durante xx (xx) meses, devendo cumprir 08 (oito) horas semanais, de xxxx a xxxx feira, xxxx horas por dia, na função de xxxxxx;
3. Iniciará o PSC dia xx/xx/xxxx com término previsto para xx/xx/xxxx
4. Cabe ressaltar ainda, que o relatório de frequência da prestação de serviços, deverá ser entregue na Secretaria da Ação Social até o 5º dia útil de cada mês.

Atenciosamente,

Rita de Cássia Melquíades Elias  
Secretária Municipal da Ação Social

Válbia Campos Pereira



- 5- Encaminhar Ofício ao Fórum (em três vias sendo: uma via arquivar nos autos, uma via para fórum e uma via para controle da secretaria setor adm.), endereçado à Juíza ou ao Juiz comunicando a apresentação do cidadão ao Programa e a entidade que o mesmo prestará serviço comunitário.

**Modelo:** Arquivo/meus documentos/ofício 2005/ofício para fórum apresentação

Ofício nº xx/2005/DASI

São José, xx de xxxxxxxxxxxx de 2005.

Senhora Juíza de Direito  
Dra. Maria Eloísa Neves May  
Poder Judiciário – Comarca de São José  
88117-200 – São José – SC

Assunto: **Autos nº 00000000000000-0**

Senhora Juíza,

1. Cumprimentando-a cordialmente, vimos por meio deste informar que o **Sr. XXXXXXXXXXXX**, apresentou-se à Secretaria da Ação Social dia xx/xx/xxxx;
  2. Irá cumprir sua Prestação de Serviços à Comunidade na entidade XXXXXXXXX, durante 02(dois) anos, devendo cumprir 08 (oito) horas semanais na função de serviços gerais, de segunda a quinta feira, sendo duas horas por dia;
  3. Iniciará o PSC dia xx/xx/xxxx com término previsto para xx/xx/xxxx
- Atenciosamente,

Rita de Cássia Melquíades Elias  
Secretária Municipal da Ação Social

Válbia Campos Pereira  
Assistente Social

- 6- Inserir na **Lista Geral de PSC** (arquivado no computador, em Programa Cidadão Responsável), o nome do cidadão com o respectivo número dos autos, entidade, início e término do PSC.
- 7- Inserir os dados do cidadão na **lista de PSC da entidade** que o mesmo prestará seus serviços.
- 8- Cada cidadão deverá ter uma pasta com a identificação do seu nome e do respectivo programa. **EX:**

JOÃO MARIA DA SILVA

PROGRAMA CIDADÃO RESPONSÁVEL

Esta pasta deverá conter:

- \* Cópia dos autos,
- \* Ficha de apresentação ao programa,
- \* Ficha de encaminhamento à entidade,
- \* Cópia dos ofícios (protocolados) encaminhados e recebidos do fórum,
- \* Cópia dos ofícios (protocolados) encaminhados e recebidos da entidade que o cidadão cumpre o PSC,
- \* Cópia dos relatórios de frequência,

**9- CONTROLE MENSAL:** No ultimo dia de cada mês, entrar em contato com as entidades conveniadas, lembrando-as de encaminhar o relatório de frequência até o 5º dia útil do mês subsequente. Após receber o relatório de frequência da entidade, deverá ser encaminhado ofício ao fórum informando a frequência ou não do cidadão às suas atividades na instituição. **MODELO:**

Ofício nº xxx/2005/DASI

São José, xx de xxxxxxxx de 2005.

Senhora Juíza de Direito  
Dra. Maria Eloísa Neves May  
Poder Judiciário – Comarca de São José  
88117-200 – São José – SC

Assunto: **Autos nº 000.00.000000-0**

Senhora Juíza,

1. Cumprimentando-a cordialmente, vimos por meio deste informar que o Sr. **xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx**, cumpriu regularmente sua Prestação de Serviços à Comunidade, durante o mês de **xxxxxxxxxx/05**, em entidade conveniada com o Programa Cidadão Responsável, conforme relatório de frequência em anexo.

Atenciosamente,

Rita de Cássia Melquíades Elias  
Secretária Municipal da Ação Social

Válbia Campos Pereira  
Assistente Social  
CRESS 2132/12ª Região/SC



- O ofício deverá ser 01(uma) via para a secretária assinar. Neste deverá ser anexado o relatório de frequência do PSC original.
- Após assinatura da secretária, providenciar 02(duas) cópias do ofício, o qual deverá seguir a seguinte rotina:

**Esta pasta deverá conter:**

- 1- Encaminhar 02(duas) via de ofício para o fórum, sendo que a 2º via do ofício deverá retornar ao programa protocolada.
- 2- A 2º via do ofício com o xerox do relatório de frequência já protocolada deverá ser arquivado na pasta do cidadão que esta cumprindo o PSC.
- 3- A 3º via do ofício deverá ser encaminhado ao arquivo geral da secretaria (setor administrativo).

**10-** Ao término do cumprimento da Prestação de Serviços à Comunidade pelo cidadão, o profissional do Programa Cidadão responsável. deverá providenciar:

- \* Inserir na lista geral de PSC **concluído** (arquivado no computador, em Programa Cidadão Responsável), o nome do cidadão com o respectivo nº dos autos, início e término do PSC.
- \* Ofício ao Fórum, informando que o cidadão cumpriu seu PSC, poderá ser no mesmo ofício relativo a última frequência.
- \* Os autos deverão ser retirados da pasta, e acondicionados em envelope devidamente identificado.
- \* Se possível, arquivar o auto mediante a impressão da confirmação da finalização do PSC do cidadão, que é encontrado no site do tribunal de justiça. **MODELO:** ([www.tj.sc.gov.br](http://www.tj.sc.gov.br)), Processo de 1º grau, Comarca de São José e Número do processo e dar ok.
- \* O envelope com os documentos deverão ir para o arquivo morto.

## **ANEXO III**



### LISTA DOS AUTOS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS À COMUNIDADE

[illegible]



**Relatório das Prestações de S de Serviços Comunitários da Vara da Execução Penal**

Nº	Nome	Autos	Observação	Data da última movimentação
1	Maria João da Silva	064.99.999999-9	PENDENTE	9/5/2005
2	Maria João da Silva	064.99.999999-9	ARQUIVADO	ARQUIVADO
3	Maria João da Silva	064.99.999999-9	PENDENTE	19/4/2005
4	Maria João da Silva	064.99.999999-9	PENDENTE	19/4/2005
5	Maria João da Silva	064.99.999999-9	PENDENTE	14/7/2004
6	Maria João da Silva	064.99.999999-9	ARQUIVADO	ARQUIVADO
7	Maria João da Silva	064.99.999999-9	ARQUIVADO	ARQUIVADO
9	Maria João da Silva	064.99.999999-9	PENDENTE	6/5/2005
11	Maria João da Silva	064.99.999999-9	ARQUIVADO	ARQUIVADO
12	Maria João da Silva	064.99.999999-9	ARQUIVADO	ARQUIVADO
13	Maria João da Silva	064.99.999999-9	PENDENTE	jun/04
14	Maria João da Silva	064.99.999999-9	ARQUIVADO	ARQUIVADO
15	Maria João da Silva	064.99.999999-9	PENDENTE	14/6/2004
16	Maria João da Silva	064.99.999999-9	ARQUIVADO	ARQUIVADO
17	Maria João da Silva	064.99.999999-9	PENDENTE	jun/04
18	Maria João da Silva	064.99.999999-9	PENDENTE	11/5/2005
19	Maria João da Silva	064.99.999999-9	PENDENTE	21/3/2005
20	Maria João da Silva	064.99.999999-9	PENDENTE	13/4/2005
21	Maria João da Silva	064.99.999999-9	ARQUIVADO	ARQUIVADO
22	Maria João da Silva	064.99.999999-9	ARQUIVADO	ARQUIVADO
23	Maria João da Silva	064.99.999999-9	ARQUIVADO	ARQUIVADO
24	Maria João da Silva	064.99.999999-9	ARQUIVADO	ARQUIVADO
25	Maria João da Silva	064.99.999999-9	PENDENTE	8/9/2004
26	Maria João da Silva	064.99.999999-9	PENDENTE	6/5/2005
27	Maria João da Silva	064.99.999999-9	PENDENTE	26/4/2004
28	Maria João da Silva	064.99.999999-9	PENDENTE	3/3/2005
29	Maria João da Silva	064.99.999999-9	PENDENTE	7/12/2004
30	Maria João da Silva	064.99.999999-9	PENDENTE	5/1/2005
31	Maria João da Silva	064.99.999999-9	PENDENTE	10/11/2004
32	Maria João da Silva	064.99.999999-9	PENDENTE	11/4/2005
33	Maria João da Silva	064.99.999999-9	ARQUIVADO	ARQUIVADO



34	Maria João da Silva	064.99.999999-9	PENDENTE	9/5/2005
35	Maria João da Silva	064.99.999999-9	ARQUIVADO	ARQUIVADO
36	Maria João da Silva	064.99.999999-9	PENDENTE	9/5/2005
37	Maria João da Silva	064.99.999999-9	PENDENTE	19/4/2005
38	Maria João da Silva	064.99.999999-9	PENDENTE	31/5/2005
39	Maria João da Silva	064.99.999999-9	PENDENTE	19/4/2005
40	Maria João da Silva	064.99.999999-9	PENDENTE	9/9/2004
41	Maria João da Silva	064.99.999999-9	PENDENTE	1/4/2005
42	Maria João da Silva	064.99.999999-9	PENDENTE	18/2/2005
43	Maria João da Silva	064.99.999999-9	PENDENTE	12/5/2005
44	Maria João da Silva	064.99.999999-9	ARQUIVADO	ARQUIVADO
45	Maria João da Silva	064.99.999999-9	ARQUIVADO	ARQUIVADO
46	Maria João da Silva	064.99.999999-9	ARQUIVADO	ARQUIVADO
47	Maria João da Silva	064.99.999999-9	PENDENTE	9/9/2004
48	Maria João da Silva	064.99.999999-9	PENDENTE	5/8/2004
49	Maria João da Silva	064.99.999999-9	ARQUIVADO	ARQUIVADO
50	Maria João da Silva	064.99.999999-9	ARQUIVADO	ARQUIVADO
51	Maria João da Silva	064.99.999999-9	PENDENTE	9/6/2004
52	Maria João da Silva	064.99.999999-9	ARQUIVADO	ARQUIVADO
53	Maria João da Silva	064.99.999999-9	PENDENTE	9/5/2004
54	Maria João da Silva	064.99.999999-9	ARQUIVADO	ARQUIVADO

OBS: NOMES DOS CIDADÃOS RESERVADOS, BEM COMO N° DE AUTOS



**RELATÓRIO DAS PRESTAÇÕES DE SERVIÇO À COMUNIDADE/VARA ESPECIAL CRIMINAL**

<b>Nº</b>	<b>NOME</b>	<b>Nº DOS AUTOS</b>	<b>OBSERVAÇÃO</b>	<b>DATA DA ÚLTIMA MOVIMENTAÇÃO</b>
1	José da Silva	064.11.111111-1	Arquivado	Arquivado
2	José da Silva	064.11.111111-1	Arquivado	Arquivado
3	José da Silva	064.11.111111-1	Arquivado	Arquivado
4	José da Silva	064.11.111111-1	Arquivado	Arquivado
5	José da Silva	064.11.111111-1	Pendente	19/5/2005
6	José da Silva	064.11.111111-1	Arquivado	Arquivado
7	José da Silva	064.11.111111-1	Arquivado	Arquivado
8	José da Silva	064.11.111111-1	Pendente	Pendente
9	José da Silva	064.11.111111-1	Pendente	14/3/2005
10	José da Silva	064.11.111111-1	Arquivado	Arquivado
11	José da Silva	064.11.111111-1	Arquivado	Arquivado
12	José da Silva	064.11.111111-1	Arquivado	Arquivado
13	José da Silva	064.11.111111-1	Pendente	17/3/2005
14	José da Silva	064.11.111111-1	Arquivado	Arquivado
15	José da Silva	064.11.111111-1	Arquivado	Arquivado
16	José da Silva	064.11.111111-1	Arquivado	Arquivado
17	José da Silva	064.11.111111-1	Arquivado	Arquivado
18	José da Silva	064.11.111111-1	Pendente	6/5/2005
19	José da Silva	064.11.111111-1	Arquivado	Arquivado
20	José da Silva	064.11.111111-1	Arquivado	Arquivado
21	José da Silva	064.11.111111-1	Arquivado	Arquivado
22	José da Silva	064.11.111111-1	Arquivado	Arquivado
23	José da Silva	064.11.111111-1	Pendente	2/3/2004
24	José da Silva	064.11.111111-1	Pendente	15/3/2005
25	José da Silva	064.11.111111-1	Arquivado	Arquivado
26	José da Silva	064.11.111111-1	Arquivado	Arquivado
27	José da Silva	064.11.111111-1	Pendente	2/5/2005
28	José da Silva	064.11.111111-1	Pendente	16/5/2005



29	José da Silva	064.11.111111-1	Arquivado	Arquivado
30	José da Silva	064.11.111111-1	Pendente	7/6/2004
31	José da Silva	064.11.111111-1	Arquivado	Arquivado
32	José da Silva	064.11.111111-1	Pendente	18/4/2005
33	José da Silva	064.11.111111-1	Pendente	10/5/2005
34	José da Silva	064.11.111111-1	Pendente	30/5/2005
35	José da Silva	064.11.111111-1	Arquivado	Arquivado
37	José da Silva	064.11.111111-1	Pendente	9/5/2005
38	José da Silva	064.11.111111-1	Arquivado	Arquivado
39	José da Silva	064.11.111111-1	Pendente	18/4/2005
40	José da Silva	064.11.111111-1	Pendente	16/2/2005
41	José da Silva	064.11.111111-1	Arquivado	Arquivado
42	José da Silva	064.11.111111-1	Pendente	25/5/2005
43	José da Silva	064.11.111111-1	Arquivado	Arquivado
44	José da Silva	064.11.111111-1	Pendente	9/11/2004
45	José da Silva	064.11.111111-1	Pendente	15/3/2005
46	José da Silva	064.11.111111-1	Pendente	18/4/2005
47	José da Silva	064.11.111111-1	Pendente	9/5/2005
48	José da Silva	064.11.111111-1	Arquivado	Arquivado
49	José da Silva	064.11.111111-1	Pendente	16/5/2005
50	José da Silva	064.11.111111-1	Arquivado	Arquivado
51	José da Silva	064.11.111111-1	Arquivado	Arquivado
52	José da Silva	064.11.111111-1	Pendente	30/5/2005
53	José da Silva	064.11.111111-1	Pendente	16/5/2005

OBS: NOMES DOS CIDADÃOS RESERVADOS, BEM COMO N° DE AUTOS

## ANEXO IV



**DADOS SOBRE O PERFIL DOS CIDADÃOS QUE SE ENCONTRAM INSERIDOS DENTRO DO PROGRAMA CIDADAO RESPONSÁVEL**

	SEXO	IDADE	TEMPO DE CUMPRIMENTO	MEDIDA/PENA
1	M	27 ANOS	03 ANOS	PENA
2	M	32 ANOS	08 MESES	PENA
3	M	X	03 ANOS E 04 MESES	PENA
4	M	31ANOS	03 ANOS	PENA
5	M	22 ANOS	04 MESES	MEDIDA
6	M	38 ANOS	02 ANOS E 04 MESES	PENA
7	M	21 ANOS	02 MESES	MEDIDA
8	F	24 ANOS	01 MÊS	MEDIDA
9	M	34 ANOS	02 ANOS E 08 MESES	PENA
10	M	32 ANOS	01 ANO	PENA
11	M	44 ANOS	02 ANOS	PENA
12	M	35 ANOS	01 MÊS	MEDIDA
13	M	27 ANOS	01 MÊS	MEDIDA
14	M	29 ANOS	06 MESES	PENA
15	M	33 ANOS	08 MESES E 05 DIAS	PENA
16	M	38 ANOS	03 ANOS E 04 MESES	PENA
17	M	X	01 ANO E 06 MESES	PENA
18	M	44 ANOS	01 MÊS	MEDIDA
19	F	32 ANOS	04 MESES	MEDIDA
20	M	20 ANOS	01 MÊS	MEDIDA
21	M	22 ANOS	01 MÊS	MEDIDA
22	F	24 ANOS	01 ANO E 15 DIAS	PENA
23	M	28 ANOS	01 ANO E 10 MESES	PENA
24	M	38 ANOS	01 MÊS	MEDIDA
25	M	23 ANOS	01 ANO E 10 MESES	PENA
26	F	36 ANOS	01 ANO E 06 MESES	PENA
27	M	21 ANOS	01 MÊS	MEDIDA
28	F	44 ANOS	01 ANO E 06 MESES	PENA
29	M	22 ANOS	01 MÊS	MEDIDA
30	M	21 ANOS	03 MESES	MEDIDA
31	M	51 ANOS	01 ANO	PENA

32	M	X	01 MÊS	MEDIDA
33	M	24 ANOS	03 MESES	MEDIDA
34	F	21 ANOS	01 MÊS	MEDIDA
35	F	21 ANOS	03 MESES	MEDIDA
36	M	61 ANOS	01 MÊS	MEDIDA
37	M	21 ANOS	02 MESES	MEDIDA
38	M	27 ANOS	01 ANO	PENA
39	M	X	01ANO	PENA
40	M	23 ANOS	02 ANOS	PENA
41	M	23 ANOS	04 MESES	MEDIDA
42	M	39 ANOS	01 MÊS	MEDIDA
43	M	35 ANOS	01 ANO	PENA
44	M	32 ANOS	01 MÊS	MEDIDA
45	M	24 ANOS	01 MÊS	MEDIDA
46	M	28 ANOS	01 MÊS	MEDIDA
47	F	23 ANOS	01 MÊS	MEDIDA
48	F	49 ANOS	03 MESES	MEDIDA
49	M	21 ANOS	01 MÊS	MEDIDA
50	M	51 ANOS	01 ANO	PENA
51	M	X	01 ANO	PENA
52	M	21 ANOS	01 MÊS	MEDIDA
53	M	22 ANOS	02 ANOS	PENA
54	M	X	01 ANO E 02 MESES	PENA
55	M	X	03 ANOS/07 MESES E 15 DIAS	PENA
56	M	X	06 MESES	PENA
57	M	X	02 ANOS	PENA
58	M	X	02 ANOS	PENA
59	M	29 ANOS	01 MÊS	MEDIDA
60	M	18 ANOS	01 MÊS	MEDIDA
61	F	X	03 ANOS/07 MESES E 15 DIAS	PENA
62	M	28 ANOS	01 MÊS	MEDIDA
63	M	37 ANOS	03 MESES	PENA
64	F	44 ANOS	03 MESES	PENA
65	F	X	02 ANOS E 04 MESES	PENA
66	M	24 ANOS	01 ANO	PENA
67	M	28 ANOS	02 ANOS	PENA



68	M	24 ANOS	01 MÊS	MEDIDA
69	M	X	01 ANO E 04 MESES	PENA
70	M	X	02 ANOS E 08 MESES	PENA
71	M	22 ANOS	01 MÊS	MEDIDA
72	M	18 ANOS	01 ANO E CINCO MESES	PENA
73	M	X	02 ANOS	PENA
74	M	26 ANOS	01 MÊS	MEDIDA
75	M	26 ANOS	01 MÊS	MEDIDA
76	M	X	01 ANO E 04 MESES	PENA
77	M	X	02 ANOS E 04 MESES	PENA
78	M	38 ANOS	01 ANO E 08 MESES	PENA
79	M	X	02 ANOS E 04 MESES	PENA
80	M	44 ANOS	01 ANO	PENA
81	M	20 ANOS	01 MÊS	MEDIDA
82	M	23 ANOS	01 MÊS	MEDIDA
83	M	X	01 MÊS	MEDIDA
84	M	29 ANOS	01 MÊS	MEDIDA
85	M	X	01 ANO E 04 MESES	PENA
86	M	22 ANOS	02 MESES	MEDIDA
87	M	19 ANOS	01 MÊS	MEDIDA
88	M	42 ANOS	02 ANOS E 01 MÊS	PENA
89	M	X	01 ANO	PENA
90	M	21 ANOS	01 MÊS	MEDIDA
91	M	19 ANOS	01 MÊS	MEDIDA
92	M	23 ANOS	02 ANOS E 06 MESES	PENA
93	M	27 ANOS	08 MESES	PENA
94	M	X	01 ANO E 04 MESES	PENA
95	M	42 ANOS	02 ANOS	PENA
96	M	25 ANOS	06 MESES	PENA
97	M	26 ANOS	01 MÊS	MEDIDA
98	M	25 ANOS	01 MÊS	MEDIDA
99	F	29 ANOS	03 ANOS	PENA
100	M	X	08 MESES	PENA
101	M	X	01 ANO E 03 MESES	PENA
102	F	X	01 ANO E 02 MESES	PENA
103	M	39 ANOS	01 MÊS	MEDIDA

104	M	31 ANOS	06 MESES	PENA
105	M	49 ANOS	02 ANOS E 11 MESES	PENA
106	M	X	02 ANOS E 04 MESES	PENA
107	F	X	01 MÊS	MEDIDA
108	M	19 ANOS	01 MÊS	MEDIDA
109	M	38 ANOS	02 MESES	MEDIDA
110	M	23 ANOS	01 MÊS	MEDIDA
111	M	20 ANOS	02 MESES	MEDIDA
112	M	23 ANOS	01 MÊS	MEDIDA
113	M	20 ANOS	01 ANO E 04 MESES	PENA
114	M	27 ANOS	01 MÊS	MEDIDA
115	F	39 ANOS	01 MÊS	MEDIDA
116	M	48 ANOS	02 MESES	MEDIDA
117	M	X	01 MÊS	MEDIDA
118	M	24 ANOS	01 MÊS	MEDIDA
119	M	X	02 ANOS E 04 MESES	PENA
120	M	25 ANOS	07 MESES	PENA
121	M	25 ANOS	01 ANO E 04 MESES	PENA
122	M	43 ANOS	01 MÊS	MEDIDA
123	M	43 ANOS	01 MÊS	MEDIDA
124	M	34 ANOS	01 MÊS	MEDIDA
125	F	36 ANOS	01 MÊS	MEDIDA
126	F	31 ANOS	01 MÊS	MEDIDA
127	M	20 ANOS	04 MESES	PENA
128	M	32 ANOS	01 MÊS	MEDIDA
129	M	32 ANOS	01 MÊS	MEDIDA
130	M	24 ANOS	01 MÊS	MEDIDA
131	M	44 ANOS	01 MÊS	MEDIDA
132	M	X	02 ANOS	PENA
133	M	22 ANOS	08 MESES	PENA
134	F	28 ANOS	01 MÊS	MEDIDA
135	M	48 ANOS	01 MÊS	MEDIDA
136	M	56 ANOS	01 MÊS	MEDIDA
137	M	24 ANOS	01 MÊS	MEDIDA
138	M	19 ANOS	01 MÊS	MEDIDA
139	M	26 ANOS	03 ANOS	PENA



140	M	X	08 MESES	PENA
141	F	X	01 ANO E 02 MESES	PENA
142	M	X	02 ANOS E 06 MESES	PENA
143	M	23 ANOS	01 MÊS	MEDIDA
144	M	X	01 ANO E 04 MESES	PENA
145	M	29 ANOS	01 MÊS	MEDIDA
146	M	24 ANOS	01 MÊS	MEDIDA
147	M	24 ANOS	01 MÊS	MEDIDA
148	M	50 ANOS	02 ANOS	PENA
149	M	25 ANOS	01 MÊS	MEDIDA
150	M	X	02 ANOS	PENA
151	M	X	02 ANOS	PENA
152	M	20 ANOS	01 ANO	PENA
153	M	24 ANOS	01 MÊS	MEDIDA
154	M	32 ANOS	01 MÊS	MEDIDA
155	M	48 ANOS	08 MESES	PENA
156	M	44 ANOS	01 MÊS	MEDIDA
157	M	21 ANOS	01 MÊS	MEDIDA
158	M	38 ANOS	01 MÊS	MEDIDA
159	M	42 ANOS	01 MÊS	MEDIDA
160	M	X	01 ANO E 02 MESES	PENA
161	M	21 ANOS	02 ANOS	PENA
162	F	38 ANOS	01 MÊS	MEDIDA
163	F	34 ANOS	03 MESES	MEDIDA
164	M	41 ANOS	03 MESES	MEDIDA
165	F	41 ANOS	01 MÊS	MEDIDA
166	M	X	01 MÊS	MEDIDA
167	F	X	04 MESES	MEDIDA
168	F	23 ANOS	01 MÊS	MEDIDA
169	M	X	01 ANO	PENA
170	M	23 ANOS	01 MÊS	MEDIDA
171	M	34 ANOS	02 ANOS	PENA
172	M	X	02 ANOS E 04 MESES	PENA
173	M	32 ANOS	01 ANO	PENA
174	M	49 ANOS	01 MÊS	MEDIDA
175	M	31 ANOS	01 MÊS	MEDIDA

176	M	20 ANOS	01 MÊS	MEDIDA
177	M	38 ANOS	01 MÊS	MEDIDA
178	M	43 ANOS	03 MESES	MEDIDA
179	M	29 ANOS	01 MÊS	MEDIDA
180	M	35 ANOS	01 MÊS	MEDIDA
181	F	32 ANOS	02 MESES	MEDIDA
182	M	20 ANOS	01 MÊS	MEDIDA
183	F	38 ANOS	03 MESES	MEDIDA
184	F	18 ANOS	01 MÊS	MEDIDA
185	F	30 ANOS	02 MESES	MEDIDA
186	M	28 ANOS	01 MÊS	MEDIDA
187	F	37 ANOS	01 MÊS	MEDIDA
188	M	30 ANOS	01 ANO	PENA
189	M	18 ANOS	02 ANOS	PENA
190	M	X	02 ANOS E 02 MESES	PENA
191	M	20 ANOS	01 MÊS	MEDIDA
192	M	28 ANOS	01 ANO	PENA
193	M	21 ANOS	01 MÊS	MEDIDA
194	M	20 ANOS	01 MÊS	MEDIDA
195	F	44 ANOS	01 MÊS	MEDIDA
196	M	19 ANOS	01 MÊS	MEDIDA
197	M	X	01 MÊS	MEDIDA
198	M	19 ANOS	01 MÊS	MEDIDA
199	M	20 ANOS	01 MÊS	MEDIDA
200	F	X	02 ANOS E 04 MESES	PENA
201	M	21 ANOS	01 ANO E 04 MESES	PENA
202	F	21 ANOS	03 MESES	MEDIDA
203	M	34 ANOS	01 MÊS	MEDIDA
204	M	20 ANOS	01 MÊS	MEDIDA
205	M	23 ANOS	01 MÊS	MEDIDA
206	M	22 ANOS	01 MÊS	MEDIDA
207	M	48 ANOS	03 MESES	MEDIDA
208	M	46 ANOS	01 MÊS	MEDIDA
209	M	40 ANOS	01 MÊS	MEDIDA
210	M	X	01 ANO E 02 MESES	PENA
211	M	36 ANOS	01 MÊS	MEDIDA



212	M	32 ANOS	01 ANO	PENA
213	M	21 ANOS	01 MÊS	MEDIDA
214	F	42 ANOS	02 ANOS	PENA
215	F	X	06 MESES	PENA
216	M	19 ANOS	01 MÊS	MEDIDA
217	M	X	01 MÊS	MEDIDA
218	M	27 ANOS	01 MÊS	MEDIDA
219	M	X	01 ANO	PENA
220	X	21 ANOS	01 MÊS	MEDIDA
221	F	34 ANOS	01 MÊS	MEDIDA
222	M	X	01 ANO E 02 MESES	PENA
223	F	X	02 ANOS	PENA
224	M	26 ANOS	01 MÊS	MEDIDA
225	M	31 ANOS	01 MÊS	MEDIDA
226	F	X	03 MESES	MEDIDA
227	F	18 ANOS	08 MESES	PENA
228	M	19 ANOS	02 ANOS	PENA
229	M	25 ANOS	01 MÊS	MEDIDA
230	F	23 ANOS	01 MÊS	MEDIDA
231	F	20 ANOS	01 MÊS	MEDIDA
232	F	X	01 ANO	PENA
233	M	32 ANOS	01 MÊS	MEDIDA
234	M	42 ANOS	01 MÊS	MEDIDA
235	M	29 ANOS	06 MESES	PENA
236	M	35 ANOS	01 MÊS	MEDIDA
237	M	32 ANOS	01 MÊS	MEDIDA
238	M	X	04 MESES	MEDIDA
239	M	58 ANOS	01 MÊS	MEDIDA

## ANEXO V



ARTIGO PENAL DO DELITO	NUMEROS
ART. 180§1	4
ART.155	8
ART.1º INCISO I E II LEI 8.137/90	3
ART.76 LEI 9099/95	61
ART.312	2
ART.10 LEI Nº9.437/97	12
ART.89 9.099/95	46
ART.302/303/305/306/309 LEI 9503/97	20
ART.155 §4	19
ART.157 §2º I E II C/C ART14	4
ART.12 LEI 6.368/76	3
ART.121 §3/ ATR.65	3
ART.289 §1CP	1
ART.171 § 2º	8
ART.129 § 2º	6
ART. 184 § 2º	3
ART.16 LEI 6.368/76	13
ART.331	1
ART.334	1
ART.299 § ÚNICO/ ART. 317	1
ART.168§1º	2
ART.172	1
ART.136	1
ART.351§1º	1
ART.147	1
ART.301	1
ART.228 § 3	1
TOTAL	239

**Art. 1º - Lei 8.137/90** Constitui crime contra a ordem tributária suprimir ou reduzir tributo, ou contribuição social e qualquer acessório, mediante as seguintes condutas:

I - omitir informação, ou prestar declaração falsa às autoridades fazendárias;

II - fraudar a fiscalização tributária, inserindo elementos inexatos, ou omitindo operação de qualquer natureza, em documento ou livro exigido pela lei fiscal;

**Art. 10. Lei 9.437/97** Possuir, deter, portar, fabricar, adquirir, vender, alugar, expor à venda ou fornecer, receber, ter em depósito, transportar, ceder, ainda que gratuitamente, emprestar, remeter, empregar, manter sob guarda e ocultar arma de fogo, de uso permitido, sem a autorização e em desacordo com determinação legal ou regulamentar.

**Art. 12. LEI 6368/76** -Importar ou exportar, remeter, preparar, produzir, fabricar, adquirir, vender, expor à venda ou oferecer, fornecer ainda que gratuitamente, ter em depósito, transportar, trazer consigo, guardar, prescrever, ministrar ou entregar, de qualquer forma, a consumo substância entorpecente ou que determine dependência física ou psíquica, sem autorização ou em desacordo com determinação legal ou regulamentar;

**Art. 16. LEI 6368/76** -Adquirir, guardar ou trazer consigo, para o uso próprio, substância entorpecente ou que determine dependência física ou psíquica, sem autorização ou em desacordo com determinação legal ou regulamentar:

**Art 121§ 3 C/ ART. 65- Homicídio simples** -Matar alguém:

**Homicídio culposo** -§ 3º Se o homicídio é culposo.

**Circunstâncias atenuantes**

**Art. 65** - São circunstâncias que sempre atenuam a pena:

I - ser o agente menor de 21 (vinte e um), na data do fato, ou maior de 70 (setenta) anos, na data da sentença;

II - o desconhecimento da lei;

III - ter o agente:

a) cometido o crime por motivo de relevante valor social ou moral;

b) procurado, por sua espontânea vontade e com eficiência, logo após o crime, evitar-lhe ou minorar-lhe as conseqüências, ou ter, antes do julgamento, reparado o dano;

c) cometido o crime sob coação a que podia resistir, ou em cumprimento de ordem de autoridade superior, ou sob a influência de violenta emoção, provocada por ato injusto da vítima;

d) confessado espontaneamente, perante a autoridade, a autoria do crime;

e) cometido o crime sob a influência de multidão em tumulto, se não o provocou.

**Art. 129§ 2º. Lesão corporal** Ofender a integridade corporal ou a saúde de outrem:

Se resulta:

I - Incapacidade permanente para o trabalho;

II - enfermidade incurável;

III perda ou inutilização do membro, sentido ou função;

IV - deformidade permanente;

V - aborto:

**Art. 136 - Maus-tratos** - Expor a perigo a vida ou a saúde de pessoa sob sua autoridade, guarda ou vigilância, para fim de educação, ensino, tratamento ou custódia,



quer privando-a de alimentação ou cuidados indispensáveis, quer sujeitando-a a trabalho excessivo ou inadequado, quer abusando de meios de correção ou disciplina.

**Art. 137 – Rixa-** Participar de rixa, salvo para separar os contendores:

**Art. 147 – Ameaça-** Ameaçar alguém, por palavra, escrito ou gesto, ou qualquer outro meio simbólico, de causar-lhe mal injusto e grave.

**ART 155 - -** Subtrair, para si ou para outrem, coisa alheia móvel.

**ART 155§4-** Subtrair, para si ou para outrem, coisa alheia móvel. **Furto qualificado**

§ 4º - A pena é de reclusão de dois a oito anos, e multa, se o crime é cometido:

I - com destruição ou rompimento de obstáculo à subtração da coisa;

II - com abuso de confiança, ou mediante fraude, escalada ou destreza;

III - com emprego de chave falsa;

IV - mediante concurso de duas ou mais pessoas.

**Art. 157 § 2º – Roubo-** Subtrair coisa móvel alheia, para si ou para outrem, mediante grave ameaça ou violência a pessoa, ou depois de havê-la, por qualquer meio, reduzido à impossibilidade de resistência:

Pena - reclusão, de quatro a dez anos, e multa.

§ 2º - A pena aumenta-se de um terço até metade:

I - se a violência ou ameaça é exercida com emprego de arma;

II - se há o concurso de duas ou mais pessoas;

III - se a vítima está em serviço de transporte de valores e o agente conhece tal circunstância.

IV - se a subtração for de veículo automotor que venha a ser transportado para outro Estado ou para o exterior; (Incluído pela Lei nº 9.426, de 1996)

V - se o agente mantém a vítima em seu poder, restringindo sua liberdade.

**Art. 168§ 1 - Apropriação indébita-** Apropriar-se de coisa alheia móvel, de que tem a posse ou a detenção:

§ 1º - A pena é aumentada de um terço, quando o agente recebeu a coisa:

I - em depósito necessário;

II - na qualidade de tutor, curador, síndico, liquidatário, inventariante, testamenteiro ou depositário judicial;

III - em razão de ofício, emprego ou profissão.

**Art. 171 § 2º - Obter, para si ou para outrem, vantagem ilícita, em prejuízo alheio, induzindo ou mantendo alguém em erro, mediante artifício, ardil, ou qualquer outro meio fraudulento.**

- Nas mesmas penas incorre quem:

**Disposição de coisa alheia como própria**

I - vende, permuta, dá em pagamento, em locação ou em garantia coisa alheia como própria;

**Alienação ou oneração fraudulenta de coisa própria**

II - vende, permuta, dá em pagamento ou em garantia coisa própria inalienável, gravada de ônus ou litigiosa, ou imóvel que prometeu vender a terceiro, mediante pagamento em prestações, silenciando sobre qualquer dessas circunstâncias;

**Defraudação de penhor**

III - defrauda, mediante alienação não consentida pelo credor ou por outro modo, a garantia pignoratícia, quando tem a posse do objeto empenhado;



### **Fraude na entrega de coisa**

IV - defrauda substância, qualidade ou quantidade de coisa que deve entregar a alguém;

### **Fraude para recebimento de indenização ou valor de seguro**

V - destrói, total ou parcialmente, ou oculta coisa própria, ou lesa o próprio corpo ou a saúde, ou agrava as consequências da lesão ou doença, com o intuito de haver indenização ou valor de seguro;

### **Fraude no pagamento por meio de cheque**

VI - emite cheque, sem suficiente provisão de fundos em poder do sacado, ou lhe frustra o pagamento.

**Art. 172 - Duplicata simulada** - Emitir fatura, duplicata ou nota de venda que não corresponda à mercadoria vendida, em quantidade ou qualidade, ou ao serviço prestado.

### **ART. 180 § 1 - Receptação qualificada** (Redação dada pela Lei nº 9.426, de 1996) § 1º

- Adquirir, receber, transportar, conduzir, ocultar, ter em depósito, desmontar, montar, remontar, vender, expor à venda, ou de qualquer forma utilizar, em proveito próprio ou alheio, no exercício de atividade comercial ou industrial, coisa que deve saber ser produto de crime.

**Art. 184§ 2º - Violação de direito autoral**- Violar direitos de autor e os que lhe são conexos:

Na mesma pena do § 1º incorre quem, com o intuito de lucro direto ou indireto, distribui, vende, expõe à venda, aluga, introduz no País, adquire, oculta, tem em depósito, original ou cópia de obra intelectual ou fonograma reproduzido com violação do direito de autor, do direito de artista intérprete ou executante ou do direito do produtor de fonograma, ou, ainda, aluga original ou cópia de obra intelectual ou fonograma, sem a expressa autorização dos titulares dos direitos ou de quem os represente.

**Art. 228§ 3º - Favorecimento da prostituição** - Induzir ou atrair alguém à prostituição, facilitá-la ou impedir que alguém a abandone:

§ 3º - Se o crime é cometido com o fim de lucro, aplica-se também multa.

**Art. 289 - Moeda Falsa**- Falsificar, fabricando-a ou alterando-a, moeda metálica ou papel-moeda de curso legal no país ou no estrangeiro:

Pena - reclusão, de três a doze anos, e multa.

§ 1º - Nas mesmas penas incorre quem, por conta própria ou alheia, importa ou exporta, adquire, vende, troca, cede, empresta, guarda ou introduz na circulação moeda falsa.

**Art. 299§ ÚNICO C/ ART.317 - Falsidade ideológica** - Omitir, em documento público ou particular, declaração que dele devia constar, ou nele inserir ou fazer inserir declaração falsa ou diversa da que devia ser escrita, com o fim de prejudicar direito, criar obrigação ou alterar a verdade sobre fato juridicamente relevante:

**Art. 317** - Solicitar ou receber, para si ou para outrem, direta ou indiretamente, ainda que fora da função ou antes de assumi-la, mas em razão dela, vantagem indevida, ou aceitar promessa de tal vantagem.

**Art. 301 - Certidão ou atestado ideologicamente falso** - **Atestar** ou certificar falsamente, em razão de função pública, fato ou circunstância que habilite alguém a obter cargo público, isenção de ônus ou de serviço de caráter público, ou qualquer outra vantagem.

**Art. 302 Lei 9.503/97-** Praticar homicídio culposo na direção de veículo automotor.



II- pratica-lo em faixa de pedestres ou calçada;

**Art. 303 - Lei 9.503/97** Praticar lesão corporal culposa na direção de veículo automotor.

**Art. 305 - Lei 9.503/97** – Afastar-se o condutor do veículo do local do acidente, para fugir à responsabilidade penal ou civil que lhe possa ser atribuída.

**Art. 306 /309 Lei 9.503/97-** conduzir veículo automotor, na via pública, sob a influência de álcool ou substâncias de efeitos analógicos, expondo a dano potencial a incolumidade de outrem.

**Art.309-** Dirigir veículo automotor, em via pública, sem a devida permissão para dirigir e habilitação ou, ainda, se cassado direito de dirigir, gerando perigo ou dano.

**ART 312 -** Apropriar-se o funcionário público de dinheiro, valor ou qualquer outro bem móvel, público ou particular, de que tem a posse em razão do cargo, ou desviá-lo, em proveito próprio ou alheio:

**Art. 331 – Desacato-** Desacatar funcionário público no exercício da função ou em razão dela:

**Art. 334 - Contrabando ou descaminho-** Importar ou exportar mercadoria proibida ou iludir, no todo ou em parte, o pagamento de direito ou imposto devido pela entrada, pela saída ou pelo consumo de mercadoria.

**Art. 351 - Fuga de pessoa presa ou submetida a medida de segurança-** Promover ou facilitar a fuga de pessoa legalmente presa ou submetida a medida de segurança detentiva:

Pena - detenção, de seis meses a dois anos.

§ 1º - Se o crime é praticado a mão armada, ou por mais de uma pessoa, ou mediante arrombamento, a pena é de reclusão, de dois a seis anos.

## **ANEXO VI**



CONVÊNIOS REALIZADOS NO PROGRAMA CIDADÃO RESPONSÁVEL

ANO	1998	5
ANO	1999	1
ANO	2000	2
ANO	2001	1
ANO	2002	1
ANO	2003	1
ANO	2004	1
ANO	2005	6
ANO	SEM DATA	4

## PROVIMENTO nº 10/92

**Estabelece as bases do Programa de Prestação de Serviços à Comunidade para a execução desta pena restritiva de direito, em cumprimento do art. 46 do Código Penal.**

O Desembargador NAPOLEÃO XAVIER DO AMARANTE, Corregedor Geral da Justiça do Estado, no uso de suas atribuições e, Considerando que a Prestação de Serviços à Comunidade, na condição de pena restritiva de direito, muito embora exista em nosso sistema jurídico desde 11/07/84, com o advento da Lei nº 7.210, que introduziu alteração do Código Penal, ainda não foi implementada pelos juízos criminais no Estado;

Considerando que a penalidade em questão é uma conquista jurídica importantíssima, pois possibilita um efetivo processo de reeducação e ressocialização do apenado, quebrando a idéia generalizada de impunidade para as infrações tidas como de menor gravidade;

Considerando que a Prestação de Serviços à Comunidade oportuniza a integração do indivíduo com a comunidade em que vive, comprometendo-o a reflexão sobre o delito e suas conseqüências individuais e coletivas, propiciando ao prestador do serviço atuação em liberdade, tendo convívio social e familiar;

Considerando que a Prestação de Serviços à Comunidade é pena autônoma e substitui a privativa de liberdade, podendo ainda ser aplicada no primeiro ano do prazo de suspensão condicional da pena e que a inobservância do respectivo preceito tem levado os magistrados a aplicar equivocadamente o sursis especial, tornando letra morta a penalidade em questão;

Considerando a experiência já desenvolvida no Estado do Rio Grande do Sul, onde o projeto tem obtido resultados extraordinários;

### RESOLVE:

1. Estabelecer as bases do Programa de Prestação de Serviços à Comunidade, em todas as Comarcas do Estado, para implementação num prazo máximo de noventa (90) dias.

2. A prestação de serviços à comunidade consiste na atribuição ao condenado de tarefas gratuitas junto a entidades assistenciais, hospitais, escolas, orfanatos e outros estabelecimentos congêneres, em programas comunitários ou estatais (art. 46 do Código Penal).

3. As tarefas serão atribuídas conforme as aptidões do condenado, devendo ser cumpridas, durante oito horas semanais, aos sábados, domingos e feriados ou em dias úteis, de modo a não prejudicar a jornada normal de trabalho (art. 46, parágrafo Único), nos horários estabelecidos pelo juiz (art. 149, III, da Lei de Execução Penal).

4. A prestação de serviços à comunidade é forma de pena restritiva de direito (art. 43, I), aplicada nas hipóteses definidas nos arts. 44 e 78, 1, do Código Penal, tendo caráter autônomo e substitutivo das penas privativas de liberdade.

5. Para a execução da pena restritiva de direito em questão, em consonância com o preceito do art. 149 da Lei de Execução Penal, há de se pressupor o conhecimento das aptidões e condições pessoais do apenado, o conhecimento das instituições onde os serviços poderão ser prestados e controle eficaz do cumprimento da pena.

6. Para a implantação do Programa de Prestação de Serviços à Comunidade, portanto, é necessário que o juiz da execução da pena estabeleça:



a) um levantamento das instituições existentes na comarca, de caráter assistencial, particular ou pública, e sem fins lucrativos, aptas para a recepção dos apenados;

b) o conhecimento das condições pessoais do condenado, quanto à natureza dos serviços que poderá prestar;

c) a instalação de um serviço de apoio para o recolhimento de informações e acompanhamento de resultados.

7. O levantamento das instituições com possibilidade de serem conveniadas poderá ser realizado por Assistente Social do Juízo, onde houver, ou por Assistente Social da Prefeitura Municipal ou da Legião Brasileira de Assistência (LBA).

7.1. O Assistente Social promoverá a colheita de informações sobre a natureza das atividades da instituição, o número eventual de vagas disponível, a habilitação exigida para o trabalho a ser realizado pelo prestador, condições físicas e de pessoal para acompanhar o cumprimento da pena, restrições quanto ao tipo de delito, horários para a prestação do serviço, conforme formulário em anexo.

7.2. Os dados obtidos pelo Assistente Social, nos termos do item anterior, deverão compor um fichário, que instrumentará a escolha do local onde o prestador de serviço deverá cumprir a pena.

8. Feito o levantamento de que trata o item 7., e procedida a escolha da instituição beneficiária, deverá ser firmado um convênio entre o juízo da execução e o estabelecimento de prestação de serviço, com regulação do modo de cumprimento da pena, definição do número de vagas e do sistema de controle, conforme modelo em anexo.

9. Caberá ao juiz da execução, na conformidade do art. 149, da Lei de Execução Penal, a designação da entidade ou programa comunitário ou estatal, devidamente credenciado ou conveniado que dará cumprimento à pena.

9.1. O Serviço de Assistência Social deverá previamente entrevistar o apenado, para conhecer das suas aptidões e condições pessoais, para que o juiz tenha elementos para a sua decisão e para que o prestador possa ser encaminhado para a instituição mais adequada.

9.2. O Serviço de Assistência Social deverá, também, fiscalizar o cumprimento da pena, acompanhando a execução e visitando periodicamente a instituição conveniada, emitindo relatórios regulares.

9.3. Nas comarcas onde não houver assistente social judiciário, o programa deverá ser implantado com a colaboração da LBA e/ou da Prefeitura Municipal.

9.4. A entidade beneficiada com a prestação de serviços encaminhará mensalmente, ao juiz da execução, relatório circunstanciado das atividades do condenado, bem como, a qualquer tempo, comunicação sobre ausência ou falta disciplinar (art. 150, LEP).

10. A execução da pena de prestação de serviços à comunidade é atividade inserida na competência da Vara das Execuções Criminais da comarca da Capital, cabendo-lhe assumir o programa, através de pessoal próprio e de outros setores administrativos do foro, além de outros Órgãos da administração pública.

10.1. Nas comarcas do interior a coordenação e execução do programa incumbirá aos juízes criminais.

10.2. Nas comarcas providas de duas Varas, com competência genérica para o cível e para o crime, a coordenação do programa incumbirá ao juiz da 1ª Vara.

10.3. Nas comarcas providas de mais de uma Vara Criminal, a coordenação incumbirá ao juiz da 2ª Vara Criminal (art. 103, § 2º, do Código Judiciário).

10.4. De qualquer modo, para que o programa tenha êxito, é indispensável a cooperação de todos os magistrados da jurisdição criminal de todas as comarcas, que deverão definir os rumos do projeto, fazendo avaliações sistemáticas de resultado.

PUBLIQUE-SE. REGISTRE-SE. CUMPRA-SE.

Florianópolis, 28 de agosto de 1992.

Des. NAPOLEÃO XAVIER DO AMARANTE

Corregedor Geral da Justiça